

METRO

Tribunal de

Justiça

abre 21 NOV 2011

varas na

Grande Curitiba

► Foram 11 desde fevereiro e serão mais quatro até o fim do ano ► Ampliação é possível pelo Fundo da Justiça

O TJ-PR (Tribunal de Justiça) abriu 11 varas em Curitiba e região metropolitana de fevereiro até agora. Em todo o Paraná, foram 26. De outubro de 2010 até novembro deste ano, foram 41 novas e 16 estatizadas, totalizando 57 unidades no Estado.

Até o fim do ano, mais quatro serão instaladas na RMC. A capital terá duas de Família. Almirante Tamandaré receberá uma Criminal e uma da Infância, Juventude, Família, Registros Públicos e Corregoria do Foro Extrajudicial.

"Cada vez que se instala uma vara, a matéria que estava sob a mão de um magistrado, acumulando trabalho, ganha mais um juiz e servidores, dividindo o trabalho para uma prestação de serviço mais adequada, com maior agilidade de resposta no processo", ex-

plica a supervisora do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, Gianna Bove.

Em São José dos Pinhais, por exemplo, há 700 processos. Se a nova vara Civil não tivesse sido criada, em julho, eles seriam divididos pelas outras duas já existentes. "Sentimos a diferença quase que imediatamente", comenta.

As novas varas contam com sistema eletrônico, o Projudi, que permite processos mais rápidos porque algumas publicações sejam divulgadas no ato.

Tudo isso é possível pelo Fundo da Justiça, criado para prover recursos para a estatização das varas. "É um fundo estadual cuja receita é oriunda das próprias custas do Judiciário", diz Bove.



CAMILA CASTRO
METRO CURITIBA

Novas

Foram 11 varas na RMC:

Curitiba

5ª, 6ª, 7ª e 8ª de Fazenda Pública e a 23ª Civil.

São José dos Pinhais

Infância, Juventude e Anexos e a 3ª Civil.

Araucária

Infância, Juventude e Anexos.

Colombo

2ª Civil e 2ª Criminal.

Campina Grande do Sul

Juizado Especial Civil e Criminal, cuja competência integrou Crime, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Fazenda Rio Grande

Infância e Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Novas varas são debatidas na Alep

A criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Cruzeiro do Oeste e a criação da 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel, duas iniciativas do Tribunal de Justiça, começam a ser discutidas pelo Plenário da Assem-

bleia Legislativa hoje.

Na Ordem do Dia estão relacionadas 11 proposições e mais 37 indicações parlamentares.

Para criar a Vara de Execuções Penais e a Corregedoria dos Presídios de Cruzeiro do Oeste, o projeto de lei nº 824/11, de autoria do Judiciário, altera a Lei Esta-

dual nº 14.277/03 – o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

O projeto de lei nº 827/11, que cria a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho da Comarca de Cascavel também altera a Lei Estadual nº 14.277/03.

● METRO CURITIBA

METRO

CONTINUAÇÃO 21 NOV 2011



21 NOV 2011

METRO

Ayres será cidadão honorário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto será homenageado hoje na Assembléia Legislativa do Paraná. O ministro receberá o título de cidadão honorário do Pa-



raná, em proposição feita pelo deputado Fábio Carmargo.

Ayres é vice-presidente

do Supremo Tribunal Federal, membro da Academia Sergipana de Letras e autor de diversos livros de poesia. Sergipano, ele já foi consultor-geral do estado; procurador-geral de Justiça; procurador do Tribunal de Contas; e chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado (Condes). ● METRO CURITIBA

METRO 2 1 NOV 2011

Conferência traz ministros do Supremo para Curitiba

▷ XXI Conferência Nacional dos Advogados começou ontem com 7 mil participantes ▷ Até quinta-feira, sete ministros do Supremo darão palestras e Paraná vira a 'capital da advocacia brasileira', diz a OAB

Começou ontem, em Curitiba, a XXI Conferência Nacional dos Advogados, que reúne mais de sete mil inscritos nos quatro dias de evento. A conferência terá 120 palestrantes, entre eles os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, entre outros.

Os principais temas deste ano serão liberdade, democracia e meio ambiente. "Vivemos num País onde as liberdades estão presentes, entretanto, precisamos dar conteúdo social, ético e moral a elas", afirma o presidente da OAB (Ordem dos Advoga-

dos do Brasil), Ophir Cavalcante.

A conferência acontece a cada três anos e é o maior evento deste tipo no Brasil. "O Paraná passa a ser, mais uma vez, a capital da advocacia brasileira", diz Ophir.

A ministra Eliana Calmon, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que causou polêmica recentemente ao afirmar que existem "bandidos de toga" também estará presente e vai participar de um painel sobre controle externo no judiciário.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA

RESPOSTA

Advogada Cinthia Alferes Chueire usa o Direito de Resposta para identificar sua posição a respeito de reportagem publicada pelo Impacto PR na última edição. Fazendo considerações a respeito das ações que foram levadas ao Ministério Público, Procuradoria-Geral da Justiça e

IMPACTO PARANÁ

Justiça do Trabalho contra Tatiana Cruz Bove Iatauro, envolvendo no episódio relatado em reportagem com documentos oficiais também o deputado Fábio Camargo, a advogada tem seu relato publicado na página 20 desta edição.

Direito de resposta 19 NOV 2011

"Ao Jornal Impacto Paraná

Embora esteja afastada das minhas atividades profissionais, haja vista meu estado gestacional avançado, sendo que o nascimento do meu filho está previsto para os próximos dias, diante da indignação, ocasionada pela matéria deste Jornal, publicada hoje, dia 11 de novembro de 2011, às folhas 20, 21 e 22, venho, em nome próprio, bem como representando o Deputado Fábio Camargo, o Sr. Rafael Iatauro e, sua esposa, a Sra. Tatianna Cruz Bove Iatauro, expor e requerer o seguinte:

Em que pese o respeito à imprensa, a quem devemos incentivar o direito à liberdade, reprovando, veementemente, qualquer repressão infundada imposta, no intuito de trazer a verdade, devo afirmar que a referida matéria traz argumentos fantasiosos, injustos, com o propósito de inversão da realidade, na tentativa de vitimizar quem cometeu o crime e hostilizar quem é a vítima.

Primeiramente, cumpre ressaltar, que, em hipótese alguma, vamos travar qualquer tipo de discussão sobre o caso, exposto de maneira mentirosa pela senhora, citada na matéria como vítima. Pendências judiciais devem ser resolvidas perante a Justiça, jamais escancaradas como objeto de sensacionalismo por envolver pessoas conhecidas. Não importa o poder aquisitivo ou a notoriedade das partes, a igualdade sempre deve prevalecer. Taxar pessoas como culpadas, por serem mais ou menos conhecidas é estar as discriminando, pré-julgando.

Sequer fomos citados do procedimento em trâmite junto ao Ministério Público, quando acontecer nos manifestaremos prontamente, com a certeza da conclusão à nosso favor.

Na hipótese de existir alguma gravação, envolvendo diálogos meus ou das pessoas as quais represento, se considerada legal e devidamente periciada, não nos trará a ínfima preocupação, muito pelo contrário, sabemos da inocência das nossas atitudes.

A maior vítima desse caso é uma senhora de mais de 90 (noventa) anos. Principalmente em respeito a essa senhora, é que, desde o início, tomamos todas as providências legais cabíveis. Antes que qualquer pessoa agisse, comunicamos os fatos à autoridade policial competente, para as devidas providências.

Definitivamente os crimes mencionados na matéria, ora rechaçada, nunca existiram. Como já dito, não cabe apresentar detalhes, mas quem agiu de forma criminosa, certamente, não fomos nós.

Diante do exposto, solicito seja concedido Direito de Resposta, de forma sucinta, apenas oportunizando a manifestação da discordância e indignação, tanto minhas, quanto das pessoas as quais represento. Por fim, Requeiro que, após a concessão do Direito pretendido, não sejam mencionados, por este Jornal, o meu nome, tampouco das pessoas por mim representadas (Deputado Fábio Camargo, Sr. Rafael Iatauro e Sra. Tatianna Cruz Bove Iatauro), enquanto não houver o competente desfecho judicial sobre o assunto.

Pede Deferimento.

Curitiba, 11 de novembro de 2011.

Cinthia Alferes Chueire"

NR - Publicamos na semana passada documento oficial do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da Justiça, sem qualquer comentário a respeito, já que não nos cabe julgamento de quem quer que seja. Se houve sensacionalismo foi da documentação oficial, pois à imprensa

cabe apenas informar sem preocupação com quem quer que seja. Portanto, não aceitamos determinadas referências contidas na citada correspondência, mas dentro do espírito democrático e da liberdade que sempre conferimos a nossos leitores publicamos a manifestação.

19 NOV 2011

IMPACTO PARANÁ

CNJ visita o Paraná

Além da ministra Eliana Calmon (foto), corregedora nacional de Justiça, outras autoridades ligadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estão sendo comentados como presenças que nos próximos dias estarão no Paraná.



O objetivo é dar sequência e levantamentos finais em relação a irregularidades que foram denunciadas ao CNJ, oportunidade em que os visitantes poderão sentir quantas destas denúncias foram devidamente solucionadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

Há quem diga, inclusive, que nos últimos dias algumas autoridades do CNJ já estariam circulando em nosso estado, observando situações e fazendo um levantamento capaz de permitir uma completa análise em torno de tudo aquilo que desembarcou naquele conselho neste ano.

Eliana Calmon, figura das mais polêmicas, e que ganhou destaque depois que andou gastando o verbo com uma contundente afirmação que foi prontamente respondida pelo presidente do TJ-PR, Miguel Kfourí Neto, que disse com todas as letras, "Não temos bandidos de toga", é aguardada agora no Paraná para confirmar a respeito das suas revelações quanto a irregularidades levantadas em relação ao tribunal paranaense.



Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), será homenageado com o título de Cidadão Honorário do Paraná na solenidade de abertura do citado encontro nacional dos advogados. Quem entregará o título será o deputado estadual Fábio Camargo (PTB), autor do projeto aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná. Os ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes comandarão o ato da entrega.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça afasta presidente do Metrô e para a linha 5

Suspeita é que houve conluio entre construtoras a fim de dividir lotes da obra

Governo estadual afirma que decisão é injusta e que recorrerá; projeto está em fase de demolição de casas

A Justiça paulista determinou ontem o afastamento do cargo do presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, e a suspensão dos contratos para extensão da linha 5-lilás por suspeita de fraude na licitação.

Avelleda, que foi presidente da CPTM (responsável pelos trens) na gestão de José Serra (PSDB), é peça-chave do projeto estratégico do governo Geraldo Alckmin (PSDB) de expandir o metrô, inclusive para a Grande São Paulo.

O governo estadual diz que a suspensão e o afastamento são injustos e que vai recorrer.

A decisão liminar decorre de ação movida por quatro promotores, que querem a anulação da concorrência e a condenação dos responsáveis.

A investigação foi aberta após reportagem da **Folha**, de outubro de 2010, revelando que os vencedores eram conhecidos havia seis meses.

Os contratos envolvem R\$ 4 bilhões e 14 construtoras,

entre elas algumas das maiores do país, como Odebrecht, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa.

A linha 5, que hoje liga Capão Redondo a Santo Amaro, terá mais 11 estações. O trecho suspenso é entre Adolfo Pinheiro e Chácara Klabin, com 11 km. Ele está em fase final de demolição de 224 imóveis já desapropriados.

A decisão deve causar mais atrasos na linha —que já havia sido postergada para 2015.

O trecho Largo Treze-Adolfo Pinheiro faz parte de outro contrato e não é afetado —está previsto para 2013.

Para os promotores, Avelleda levou adiante o processo apesar das evidências de ilegalidades na licitação, classificada por eles como “jogo de cartas marcadas”.

O dirigente não atendeu à recomendação para que os contratos fossem suspensos.

Outro questionamento se refere a uma regra que impedia que uma empresa ganhasse mais de um lote. Com isso, diz a Promotoria, houve prejuízo de R\$ 327 milhões.

O governo chegou a suspender a licitação no final de 2010, mas decidiu retomar o processo em maio passado.

Na decisão, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública, diz que o afastamento de Avelleda é necessário “em face de suas omissões dolosas”.

Diz, ainda, que sua manutenção à frente do Metrô abriria a possibilidade de ele “destruir provas, ou mesmo continuar beneficiando as empresas fraudadoras”.

O governo alegou que as suspeitas não eram suficientes para anular a licitação e que isso iria atrasar a obra.

Para a juíza, “há muito tempo o povo paulistano espera por obras de expansão do metrô”. “Tal justificativa é, no mínimo, indecente.”

CONTINUA

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Estado diz que vai recorrer por 'uma questão de justiça'

Governo afirma que não há irregularidade e que afastar o presidente do Metrô do cargo é 'totalmente descabido'

O governo de São Paulo informou, em nota, que vai recorrer, "por uma questão de justiça", contra a decisão de afastar o presidente do Metrô, Sérgio Avelleda e suspender os contratos para prolongar a linha 5-lilás.

A nota, assinada pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, diz que a pasta ainda não havia sido notificada da decisão.

A partir da notificação, a secretaria, segundo a decisão da juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, terá de pagar R\$ 100 mil por dia que Avelleda permanecer no cargo. A mesma multa vale para a manutenção dos contratos.

A secretaria diz que a decisão de seguir as obras "foi tomada após amplo processo

administrativo no qual não se verificou qualquer fato incontroverso que justificasse o rompimento dos contratos".

Afirma, ainda, que "a eventual interrupção dos contratos sem base em provas materiais submeteria o Estado ao risco de uma longa demanda jurídica e prejuízos".

Para o Estado, a "população seria prejudicada duas vezes: na paralisação das obras e no risco de pagamento, com dinheiro público, de indenizações a empresas".

A secretaria diz ainda que o afastamento de Avelleda se mostra "totalmente descabido", já que a licitação foi aberta na gestão anterior e a decisão de prosseguir os contratos foi tomada por toda a diretoria do Metrô com base em processo administrativo.

A pasta nega o prejuízo de R\$ 327 milhões alegado pela Promotoria. Diz ser cálculo "equivocado e rudimentar", que "parte de pressupostos errados que nunca fizeram parte" das regras da licitação.

Para a juíza, o atraso "não será tão desastroso do que a

continuidade de uma fraude, ou melhor, a chancela de um conluio entre particulares em benefício próprio".

Já o promotor Marcelo Milani diz que a alegação não pode justificar a continuidade do processo. "Não se pode compactuar com prejuízos aos cofres públicos", afirma.

Além de Milani, assinam a ação os promotores Silvio Marques, Marcelo Daneluzzi e Luiz Ambra Neto. "Temos fé no Judiciário. O Brasil não tem dono, tem Justiça", diz Milani sobre o fato de a ação envolver algumas das maiores construtoras do país.

CONSTRUTORAS

As 14 construtoras envolvidas negam a existência de acordo prévio na licitação.

O Consórcio Metropolitano reforçou, em nota, "a idoneidade das empresas que o integram (Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão)".

A CR Almeida disse que "cumprirá as determinações emanadas do Metrô". Todas as empresas ouvidas disseram desconhecer a decisão.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Secretaria defende debate sobre presas algemadas em parto

'Não tem amparo legal', explica representante da Secretaria de Políticas para Mulheres

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres informou que manter presas algemadas durante o parto, conforme relatam detentas do sistema penitenciário paulista que deram à luz, são uma gravíssima violação dos direitos humanos.

Ontem, a **Folha** revelou relatos de uma presa que afirmou ter sido algemada no aparelho ginecológico pelos pés durante o parto no Hospital de Vila Penteado.

A prática foi confirmada por funcionárias, que pediram para não serem identificadas. O caso é investigado pela Pastoral Carcerária.

"Isso não tem amparo legal. Descumpre todas as leis nacionais e internacionais de direitos humanos", disse Aparecida Gonçalves, secretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, vin-

culada à secretaria nacional.

Segundo ela, o Estado é responsável pelos problemas do sistema carcerário, mas o caso deve ser posto em discussão em conferências nacionais de enfrentamento à violência contra mulheres neste ano.

A superlotação dos presídios femininos causada pelo aumento das mulheres envolvidas no tráfico de drogas é hoje o maior problema, segundo Gonçalves.

Com cerca de 11 mil internas, São Paulo representa um terço da população carcerária feminina do país.

O secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, disse que os relatos das presas não são verdadeiros e que elas têm assistência médica total.

O Palácio dos Bandeirantes informou que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) defende a posição de Gomes.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Acusado de ser mandante da morte de juíza nega crime

DO RIO - O tenente-coronel da PM do Rio Cláudio Luiz Silva de Oliveira, acusado de ser o mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, negou qualquer envolvimento com o crime em depoimento prestado ontem no Fórum de Niterói, região metropolitana do Rio. O assassinato, ocorrido em agosto, é atribuído a 11 policiais.

O ex-comandante do Batalhão de São Gonçalo também negou participação em um esquema de "espólio de guerra" —quando armas e bens apreendidos de criminosos são revendidos ilegalmente por PMs.

Ele, que está preso, afirmou à Justiça que não teve conhecimento de nenhum fato do tipo no batalhão que comandava. "Nunca me foi entregue nenhum material advindo de espólio de guerra."

A sequência de interrogatórios dos 11 acusados terminou ontem. O Ministério Público deve apresentar as alegações finais em dez dias. A defesa terá o mesmo prazo.

A partir do dia 9 será agendada nova audiência para decidir se os acusados serão levados à júri popular.

FOLHA DE S. PAULO

É preciso aumentar o rigor da Lei Seca?

FERNANDO COSTA MATTOS

NÃO 19 NOV 2011

Do bar à cadeia em um chope?

O que me chama particularmente a atenção na recente escalada de rigor contra os motoristas que consomem álcool é a tipificação da infração como crime.

Não sou contra considerar ilícito tal comportamento (enquanto infração punível com multa), e acho que o motorista que tiver causado danos à vida de outrem sob efeito do álcool pode ter sua pena bastante agravada. Considero desproporcional à realidade, contudo, considerar tal comportamento um crime, podendo desencadear a prisão do motorista infrator.

Pergunto:

1) Por que não é considerado crime dirigir com sono? Se as estatísticas levassem esse fator em conta, veríamos que muitos acidentes são causados por motoristas que adormecem ao volante. E, se não existir ainda, deve ser fácil inventar algum aparelhinho capaz de medir quanto o indivíduo dormiu nas últimas 24 horas;

2) Por que não é considerado crime dirigir falando ao celular? Dependendo da situação, o celular pode ser muito mais perigoso, no sentido de desconcentrar o motorista, do que meia dúzia de chopes;

3) Por que não é considerado crime dirigir um carro com defeito? To-

dos sabemos que boa parte dos acidentes (isto já foi comprovado) é causada por carros defeituosos. Isso sem falar na má qualidade das estradas, responsáveis por outro tanto dos acidentes, sem que ninguém cogite punir os administradores responsáveis por elas;

4) Por fim, mas não menos importante, por que não é considerado crime dirigir mal? Alguém duvidaria de que essa é outra causa importante (talvez a mais importante, sobretudo quando combinada a um dos três fatores acima) para a ocorrência de acidentes?

Não seria tão difícil assim fiscalizar esse comportamento: por meio das milhares de câmeras que se multiplicam Brasil a fora ("Big Brother" em ação!), poderiam ser verificadas diversas situações típicas de incompetência ao volante (dirigir colado no carro da frente, transitar na faixa da esquerda sem necessidade, fechar o carro do lado, frear bruscamente sem necessidade etc., sem falar naquelas condutas que já são fiscalizadas, mas não são consideradas crime).

Sim: aparentemente, dirigir a 250 km/h é menos grave, aos olhos do legislador pátrio, do que dirigir cautelosamente, para percorrer um trajeto curto, tendo tomado um ou dois

chopes. Pois como responder a essas perguntas e entender as assimetrias da lei a não ser reconhecendo a efetividade, cada vez maior, desse fenômeno que costumo chamar de "neomoralismo da saúde"?

Basta uma coisa problemática estar relacionada a tabaco, a álcool ou a outras drogas para que esses sejam logo considerados os grandes vilões da história, sem levar em conta outros fatores e nuances do problema (vide a recente demonização dos "maconheiros da USP").

Fulano usou droga? Que vá para a cadeia! Sicrano fumou em local fechado? Que vá para a cadeia! (Sim, isso logo será crime!). Beltrano bebeu e dirigiu (não importando se para percorrer uma curta distância entre o bar e sua casa ou se para pegar uma estrada e andar a 250 km/h)? Que vá para a cadeia!... Ora!

Que se construam logo novas cadeias! E não porque as atuais estejam abarrotadas (como estamos fartos de saber), mas porque logo a sociedade inteira estará nelas (tal como foi para o hospício em "O Alienista", de Machado de Assis).

FERNANDO COSTA MATTOS, doutor em filosofia pela USP, é professor de filosofia na Universidade Federal do ABC e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RICARDO FERRAÇO 19 NOV 2011

SIM

Amargo, mas necessário

Anestesiados por tantas tragédias de trânsito, bombardeados por estatísticas alarmantes, corremos o risco de perder o que temos de mais humano: a capacidade de indignação. O recorde de 40.600 mortes em 2010 soa como um número a mais, que não conseguimos traduzir em dor e sofrimento.

E, no entanto, em algum lugar do Brasil, mais uma criança é atropelada enquanto acordamos e escovamos os dentes; um carro na contramão esmaga um homem e duas mulheres enquanto tomamos banho e nos vestimos; mãe e filho agonizam na estrada durante nosso café da manhã. Ao longo do dia, pais avós, amigos, namorados, irmãos e filhos choram e se desesperam.

À noite, enquanto vemos o jornal ou a novela, um motorista imprudente mata duas pessoas; a cada hora da madrugada, quatro jovens morrem entre as ferragens na saída de uma festa ou de um bar.

Peço emprestada uma frase de um dos tantos artigos sobre trânsito publicados recentemente: "Temos um exército de homicidas e suicidas em potencial ao volante, que pilotam estimulados por álcool, deprimidos por drogas ou excitados pela sensação de onipotência".

Não é retórica. Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que, em 2010, esse exército de homicidas e suicidas matou 111 pessoas por dia

e deixou internadas outras 146 mil.

Só no SUS, foram gastos R\$ 187 milhões com acidentados (65% dos sobreviventes vão ficar com sequelas graves). Mais: se as estatísticas incluíssem quem morre dias ou meses depois dos acidentes, por conta dos traumas, seriam cerca de 80 mil vítimas fatais por ano.

São motivos de sobra para revitalizar uma lei que chegou a salvar 3.000 vidas em 2008, quando entrou em vigor a Lei Seca.

De lá para cá, o medo de ser peço no bafômetro foi diminuindo, junto com a fiscalização e com as campanhas de conscientização.

A lei caiu no vazio depois que a Justiça referendou que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Hoje, a maioria dos motoristas se recusa a passar pelo teste e não pode ser incriminada, mesmo se estiver trocando as pernas.

Não adianta ter uma ótima lei se ela não pode ser executada. É esse o maior mérito do projeto que aprovamos no Senado: a tolerância zero dispensa exames técnicos para quantificar o álcool no sangue. Vídeos ou provas testemunhais bastam para incriminar um motorista visivelmente embriagado.

O remédio é amargo demais, alfinetam alguns. Será? É um remédio apropriado para uma epidemia. Um remédio que corta o mal pela raiz (a bebida está por trás de 40%

das mortes no trânsito). Fica claro que dirigir sob efeito de álcool e outras drogas é crime, haja ou não acidente. Entendimento, aliás, já expresso em julgamento por dois ministros do STF.

Vale lembrar que o porte ilegal de armas também é crime, independentemente de assassinato.

Quando o atual Código de Trânsito substituiu o anterior e passou a tipificar e estabelecer punições para crimes de trânsito, ele também foi apontado como um remédio muito amargo. Mas, em apenas um ano —1998—, o saldo das mortes caiu de 35 mil para 30 mil, e seguiu caindo até que o aumento da frota automotiva e o abandono das campanhas educativas alimentaram outra vez a violência; em 2008, o número de mortes chegou a 38 mil.

O remédio da vez foi a Lei Seca, que tratamos agora de resgatar. É o mínimo que podemos e devemos fazer —além de campanhas maciças de educação— diante de tragédias mil vezes anunciadas.

Temos hoje 65 milhões de veículos nas ruas, e a indústria automotiva anuncia investimentos de peso para os próximos anos —munição extra para um exército de motoristas despreparados e irresponsáveis.

RICARDO FERRAÇO é senador pelo PMDB/ES.

FOLHA DE S. PAULO

WALTER CENEVIVA

O Direito mudou a crise

A MAIORIA absoluta dos brasileiros não havia nascido quando eclodiu a crise econômico-financeira de 1929. Os temores que agora nos preocupam têm a invocação diária dos perigos pelos quais passa o planeta. A crise tem, contudo, para o Brasil, caracterização diversa daquela de 82 anos atrás. Diversidade decorrente, para nosso país, das transformações pelas quais passou o Direito brasileiro nesse período e depois de 1945.

Uns poucos exemplos facilitam a compreensão. Antes, a indústria automobilística, o transporte urbano nas maiores cidades, a produção de energia elétrica, a telefonia, o fornecimento de combustíveis, entre outros, eram controlados de fora do Brasil. Nosso Direito era elemento secundário ante o predomínio da administração externa.

O segundo conflito mundial (1939-1945), alterou tudo. O dólar/ouro de Bretton Woods, elevado à condição de moeda mundial, se impôs. Embora tivessem proclamado a independência desde a primeira metade do século 19, nações latino-americanas e suas lideranças se conformavam com a situação de dependência econômica. Após o fim do conflito dois vetores predominaram: o da industrialização imprescindível e do controle nacional das atividades essenciais.

O perfil era antes estritamente binacional. A empresa estrangeira operava no Brasil, mas suas decisões principais vinham de fora, sem interferência dos governos e da lei brasileira. Depois, o Direito se modificou. Privilegiou a produção nacional. Diversificou a atividade agrícola. Ampliou a quantidade e a qualidade dos clientes.

O Direito pode preservar o país, em face do capital internacional, muito mais do que há 80 anos

As relações comerciais do Brasil com o mundo cresceram, assumiram variedade, importância e complexidade marcada pela invocação necessária de um Direito nacional, cujos limites são difíceis de determinar em poucas palavras, mas é perceptível que serão cada vez mais impositivos.

As relações comerciais externas, nos últimos sessenta anos, tiveram evolução constante. Os limites são definidos com maior clareza, a serem sempre avaliados e aprimorados, em face de nossos direitos. Se o planeta chegar ao momento do "salve-se quem puder", sabe-se que o Direito poderá ser sobrepujado pela conveniência da economia. Mas, não com a gravidade de 1929. Mesmo neste mundo globalizado, o esforço será para que o Direito interno seja garantido pelas regras de Constituição e das leis do Brasil. Ao menos, parece indiscutível que o Direito pode preservar o país, em face do capital internacional, muito mais do que há 80 anos.

Verificando o que se passa atualmente na Europa sabe-se de países que lá não tiveram a mesma prudência. A Itália e a Espanha vivem com dificuldade crescente de recompor seus acordos para pagamento dos débitos, porque não se cuidaram. A retomada deles será difícil e danosa a curto prazo. Levarão tempo para voltar ao que eram.

19 NOV 2011

Lembro, para terminar, um fenômeno setorial do qual não se pode esquecer: o principal executivo do Barclays de Londres, Bob Diamond, disse que os bancos precisam ser cidadãos melhores, no contraste entre grandes lucros e os apertos de seus clientes, as populações e seus governos. Quando se chegar a esse ponto será preciso conferir como o Brasil e os brasileiros devem e podem ser amparados com clareza pelo Direito que aplicarmos.

FOLHA DE S. PAULO

Trajetória das

Constituições

é analisada 19 NOV 2011

por historiador

Marco Villa narra a gênese do Estado brasileiro e aponta suas imperfeições

FERNANDO RODRIGUES
DE BRASÍLIA

O livro "A História das Constituições brasileiras", de Marco Antonio Villa, vai além do que sugere o título. É um sobrevoo por décadas de descaso com a democracia no Brasil e flertes constantes do poder com o autoritarismo.

Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car), Marco Villa avisa que a obra "não é mais um livro de direito constitucional". Embora baseado em sólida pesquisa histórica, o texto é uma crônica da vida política do país desde a Independência.

Com um capítulo para cada uma das sete Constituições do Brasil (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988) e um para o STF (Supremo Tribunal Federal), o guardião da Carta, o livro é um roteiro da gênese do Estado brasileiro, suas imperfeições e regras que privaram o país de viver em democracia na maior parte de sua história.

Há aspectos anedóticos e bizarros. No Império, o Congresso só se reunia quatro meses por ano. Na Carta de 1934, a xenofobia explícita limitava a entrada de estrangeiros para garantir a "integração étnica" do imigrante.

O Brasil republicano teve vários nomes. Chamou-se "Estados Unidos do Brasil" de 1891 a 1967. Na ditadura militar, foi apenas "Brasil". E só em 1988 passa a ser "República Federativa do Brasil". A história das Constituições ajuda também a identificar como a representação no Congresso foi sendo ampliada e deturpada. Depois do fim do Estado Novo, em 1946 a Carta aumentou de dois para três o número de senadores de cada Estado — e criou o suplente de senador.

Em 1977, a ditadura determinou que cada senador passaria a ter dois suplentes — políticos sem voto que muitas vezes assumem no lugar do titular. Também naquele ano, aumentou-se para seis o número mínimo de deputados por Estado. Em 1988, os constituintes acharam pouco: elevaram esse piso para oito deputados para cada unidade da Federação. Aprofundaram o descaso com uma das regras clássicas da democracia — "um homem, um voto".

Logo após a Independência, o artigo 99 da primeira Constituição estabelecia que "a pessoa do imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma". Marco Villa anota: "Não é acidental que o autoritarismo esteja tão presente

no Brasil. O país já nasceu com uma organização política antidemocrática. E o poder nunca se reconheceu como arbitrário".

Outro traço da cultura política brasileira é uma espécie de autoengano por parte dos que ocupam o poder. Depois do golpe de 1964, os militares eram obcecados por dar um ar de formalidade aos seus atos, "como se a existência de uma norma fosse uma espécie de salvo-conduto".

A mais democrática de todas as Constituições, a de 1988, é também a mais prolixa: 250 artigos e 70 disposições transitórias. Cheio de boas intenções, o texto fica desconectado do mundo real: a palavra "garantia" aparece 46 vezes; "direitos", 16 vezes; e "deveres", apenas 4.

No capítulo sobre o STF, Marco Villa cita casos em que a Corte Constitucional brasileira foi pusilânime e leniente com os ditadores de turno. Na Revolução de 30, "o Supremo estabeleceu o estranho princípio da legitimidade revolucionária". O "legalismo servil" levou os ministros a "lavarem as mãos diante de inúmeros atos e milhares de prisões políticas".

Em 1969, três ministros foram cassados. Só dois se solidarizaram: um renunciou e outro pediu aposentadoria. Os demais silenciaram.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Governo sanciona lei que acaba com sigilo eterno de documentos

Órgãos públicos terão que responder aos pedidos de informações no prazo de 20 dias

BRENO COSTA
FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

O governo federal se comprometeu ontem, de forma oficial, a mudar radicalmente o acesso a dados e informações produzidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive estatais e sociedades de economia mista, como a Petrobras.

A nova Lei de Acesso a Informações, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, estabelece, entre outros pontos, que nenhum documento produzido por autoridades públicas poderá ficar mais do que 50 anos em sigilo.

Um dos aspectos relevantes da lei, entretanto, é a introdução do conceito de que tudo o que é produzido no âmbito do Estado é automaticamente público e governos não podem impedir o acesso.

Hoje, o acesso a detalhes de informações de estatais é mais restrito do que em órgãos da administração direta, como ministérios. Em parte, por conta do regramento jurídico diferenciado a que essas empresas se submetem.

Pelo menos na teoria, a lei, que entra em vigor daqui a seis meses, iguala todos os ór-

gãos em relação à obrigatoriedade do acesso a informações públicas.

O Ministério da Justiça diz que não há contradição entre a nova lei e a base legal que rege empresas como a Petrobras, e que as estatais, donas de orçamentos bilionários, também terão de cumprir a nova legislação.

A Petrobras disse que não fará comentários antes de analisar todo o texto da lei.

Antes da promulgação da nova lei, documentos considerados sensíveis à segurança nacional podiam ser mantidos em sigilo eternamente.

A nova lei estabelece três graus de sigilo, que deverão ser revistos periodicamente pelos órgãos públicos: documentos "reservados", com prazo de sigilo de cinco anos; "secretos", 15 anos; e "ultrasecretos", com prazo de 25 anos, prorrogáveis por mais um período de 25 anos.

Como forma de controle, a lei determina que todos os órgãos publiquem anualmente, na internet, a relação das informações que tiverem seus sigilos liberados.

Os órgãos públicos terão prazo máximo de 20 dias para responder aos pedidos de informação de interessados.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

STJ determina quebra de sigilo de Agnelo

Procuradoria apura suspeita de que governador do DF recebeu R\$ 256 mil de propina por conta dos desvios no Esporte

Petista afirma que a decisão da corte é uma oportunidade para 'elucidar as acusações que tentam lhe impor'

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou ontem a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos dois últimos ministros do Esporte: Orlando Silva, que deixou o cargo no final de outubro, e o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

A decisão foi tomada pelo ministro Cesar Asfor Rocha, que atendeu a um pedido feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Rocha é relator do inquérito que investiga desvios de dinheiro no Ministério do Esporte por meio de ONGs.

O inquérito foi levado ao STJ por conta do foro privilegiado de Agnelo após a Operação Shaolin investigar as ONGs do policial militar João Dias Ferreira e levantar indícios de que o governador do DF recebeu R\$ 256 mil de propina por conta dos desvios no Ministério do Esporte.

Ferreira acusou Orlando Silva de também receber propina. O policial e suas ONGs tiveram os sigilos quebrados.

No pedido feito ao STJ, o procurador afirma que a quebra dos sigilos servirá para "averiguar a compatibilidade" dos patrimônios dos investigados com a renda declarada por eles. Gurgel ainda sugere na solicitação que será possível verificar se há eventuais coincidências en-

tre movimentações financeiras nas contas de Agnelo e Orlando e operações bancárias de Ferreira e suas ONGs.

O período do sigilo a ser quebrado é de janeiro de 2005 a dezembro de 2010. O STJ determinou que o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeira) informe alguma movimentação suspeita.

Além de uma devassa na vida financeira dos dois, a PGR irá convocar Orlando e Agnelo a se explicarem sobre as irregularidades no Ministério do Esporte. Ainda serão ouvidas outras 26 pessoas ligadas às ONGs investigadas e ao Ministério do Esporte.

A Procuradoria tem ainda uma notícia-crime contra Agnelo, com um depoimento em vídeo no qual o lobista Daniel Tavares acusou o petista de receber propina. Tavares, que depois mudou sua versão, depositou R\$ 5.000 na conta de Agnelo quando o governador era diretor da Anvisa. Agnelo afirma que o pagamento foi a devolução do empréstimo.

A assessoria de Agnelo disse que o governador "apoia" a quebra de sigilo e "encara com naturalidade" a decisão do STJ. "É uma oportunidade de elucidar as acusações que tentam lhe impor", informou a nota. "O STJ é um campo limpo e descontaminado das forças políticas que tentaram criar falsas denúncias."

Segundo Antônio Carlos de Almeida Castro, advogado de Orlando, a investigação é "açodada", mas a quebra de sigilo "provará a inocência" de seu cliente: "É positiva".

Wellington Medeiros, advogado de João Dias Ferreira, disse que a medida mostrará que o policial tem renda compatível com seu patrimônio.

19 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Brasil está em 2º no ranking de violência contra jornalistas na AL

DE SÃO PAULO - Levantamento realizado pelo Instituto Gallup mostra que, neste ano, o Brasil está em segundo lugar na violência contra a imprensa na América Latina —atrás apenas do México, que vive uma guerra de narcotraficantes.

Em 2011, seis profissionais de imprensa foram mortos no país, entre jornalistas e repórteres cinematográficos. O levantamento ainda traz o Brasil na 47ª posição em liberdade de imprensa entre 112 países.

Segundo Daniel Slaviero, da Associação Internacional de Radiodifusão, a situação é muito preocupante. “Temos cobrado insistentemente das autoridades que apurem os fatos e não deixem nenhum caso sem solução”, afirma.

A pesquisa ainda mostra que 79% dos brasileiros consideram que a imprensa no país é livre; para 21%, o país precisa melhorar nesse quesito. No topo do ranking está a Holanda, onde 95% dos entrevistados veem a imprensa como livre; em último está o Chade (27%).

FOLHA DE S. PAULO

Ir à Justiça 20 NOV 2011

contra empresa

aérea rende até

R\$ 13 mil

Passageiro é indenizado em 60% dos casos, aponta levantamento da Folha

COMPANHIAS AÉREAS INDENIZAM PASSAGEIROS

R\$ 228,7 mil é o valor total que as empresas foram condenadas a pagar em 2011

Indenizações são de R\$ 3.500, em média; passageiros precisam comprovar os danos com fotos ou recibos

Quando foi reclamar do sumiço da sua bagagem, a médica Marjorie Colombini, 55, ouviu da TAM que poderia escolher, como compensação, um bilhete de ida e volta para qualquer lugar da América do Sul. Ela disse não. Veio nova oferta, por ela ser "pessoa ímpar", disse a TAM: R\$ 390.

"Isso não pagava nem o valor da mala", diz. Pois Marjorie, que passou o Réveillon em Natal (RN) sem a bagagem, bateu o pé e foi à Justiça. Resultado: a TAM foi condenada a lhe indenizar em R\$ 6.000. O dinheiro saiu em outubro, sete meses após ela entrar com o processo.

A teimosia vale a pena, aponta levantamento da Folha. Ir à Justiça contra empresas aéreas por falhas na prestação do serviço é indenização certa em 60% dos casos.

O dinheiro sai rápido: em até quatro meses, na média, com valor de R\$ 3.573 — a maior indenização foi de R\$ 13 mil em ação contra a TAM.

R\$ 60,4 mil é o valor total que já foi pago

A pesquisa foi feita nos processos contra TAM, Gol e Webjet que entraram em 2011 no Juizado Especial Cível Central, na Liberdade (região central), o principal de São Paulo.

De 102 ações com decisão da Justiça desde janeiro, 64 foram favoráveis aos passageiros — e a maioria deles, 61%, já recebeu o dinheiro.

Nos juizados, causas de até R\$ 10,9 mil dispensam advogado. Há apenas uma instância de recurso, o que acelera o andamento dos processos. Por economia, as empresas chegam a não recorrer.

"O meu até demorou um pouco. Mas perto dos processos na Justiça [comum], foi rápido", diz Marjorie.

Outra a processar foi Selma Santos, 47, indenizada por danos à sua bagagem e por atraso de voo, em duas ações.

'CHUTE'

As reclamações em geral tratam do extravio de bagagem ou problemas com voos, como overbooking e atrasos.

O juiz não costuma indenizar o cliente no valor total reivindicado. Marjorie pediu R\$ 17,4 mil; levou os R\$ 6.000.

A quantia depende do caso, mas dificilmente supera R\$ 8.000. O cálculo do juiz ("um 'chute' para minimizar o dano", segundo um magistrado) leva em conta os danos morais e materiais causados.

O primeiro, subjetivo, diz respeito ao "sofrimento" provocado pelo erro da empresa. Já o segundo visa ressarcir os bens que o passageiro efetivamente perdeu. Mas é preciso comprovar o dano, por meio de recibos ou fotos.

A Justiça tenta coibir exageros. Em janeiro, um passageiro da Gol disse que sua bagagem sumiu com R\$ 8.439 entre calças Diesel, camisas Lacoste, tênis Nike, perfume Polo e nécessaire Armani.

Não conseguiu provar nada, mas levou R\$ 1.000 por dano moral, porque de fato teve transtorno por conta de a bagagem ter sumido.

As empresas aéreas foram ao Supremo Tribunal Federal para limitar as indenizações.

20 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Companhias pedem limite para indenização

Companhias aéreas recorreram ao STF para estabelecer teto; julgamento ainda não tem data para ocorrer

“ Não gosto de me sentir lesada. E o juizado está aí para qualquer um ter acesso. Entrei duas vezes: em uma minha mala chegou revirada e na outra o voo saiu mais de quatro horas atrasado

SELMA OLIVEIRA, 47
assistente jurídica

Decisões da Justiça brasileira, porém, são baseadas no Código de Defesa do Consumidor que não prevê limite

As companhias aéreas foram ao Supremo Tribunal Federal para limitar o valor das indenizações pagas aos passageiros. O caso chegou em março ao STF; ainda não há prazo para julgamento.

As empresas defendem que o teto não pode superar o estabelecido na Convenção de Montreal, tratado do qual o Brasil é signatário.

Para bagagem, por exemplo, o máximo é de R\$ 2.775,90. Mas a Justiça brasileira tem se baseado no Código de Defesa do Consumidor, sem limite de indenização.

“Cada juiz define um valor, sempre muito acima do acordado na Convenção”, diz José Márcio Mollo, presidente do Snea (Sindicato Nacional das Empresas Aéreas).

Um encontro de companhias latino-americanas no Rio, encerrado anteontem, debateu o tema.

Mollo avalia, porém, ser improvável que o Supremo dê razão às empresas aéreas no caso das indenizações.

As empresas pagam e não insistem na briga judicial por-

que sai caro bancar um advogado e os recursos (que custa até 2% do valor da causa). Nessa equação, muitas vezes sai mais em conta pagar e concentrar a atuação dos advogados em causas maiores, afirma Mollo.

Ele diz que as companhias têm sido condenadas por problemas sobre os quais não têm interferência.

“Tem problema meteorológico, é culpa da companhia. Tem trânsito, a mesma coisa. Quando o Vasco foi campeão da Copa do Brasil, o trânsito no Rio parou e 30 e poucos passageiros da Webjet perderam o voo. De quem foi a culpa? Da empresa.”

CULPA

Posição semelhante tem a Jurcaib, que representa as empresas que fazem voos internacionais no Brasil. “Nos sentimos desprotegidos porque em geral o ganho de causa é do reclamante. As indenizações são elevadas e não guardam relação com o dano”, diz Robson Bertolossi, presidente da entidade.

O setor diz que o passageiro transportado no Brasil em geral está satisfeito. Baseado em dados de 2010, o Snea afirma que o número de reclamações que chegam aos Juizados Especiais Cíveis é ínfimo, 0,02% dos passageiros transportados.

À Folha, TAM e Gol disseram prestar todas as informações e auxílio aos passageiros conforme a lei manda.

A Gol acrescentou que tem um rígido rastreamento de bagagens, com um dos “menores índices de processos abertos do setor”.

A Webjet não se manifestou.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 20 NOV 2011

COMO TENTAR INDENIZAÇÃO DE COMPANHIA AÉREA

Passageiro tem que provar prejuízo em razão de erro de empresa

O QUE É POSSÍVEL RECLAMAR



Danos à bagagem



Extravio de malas



Atraso ou cancelamento de voo

COMO ACIONAR O JUIZADO

NO AEROPORTO

MAIS TARDE



EM CONGONHAS
Saguão superior, perto da área de embarque
(0/xx/11/5090-9801)

EM CUMBICA
Terminal 1, asa D, ao lado do posto médico
(0/xx/11/2445-4728)

SE HOUVER ACORDO

O caso só é resolvido na hora se a empresa comparecer e houver acordo entre as partes

SE NÃO HOUVER ACORDO

Do contrário, o processo é encaminhado para o fórum mais perto do endereço do reclamante

Vá a um juizado especial cível mais próximo de onde você mora. Não é preciso advogado para causas de até R\$ 10.900. O processo dura, em média, quatro meses



FOLHA.com

Veja os endereços dos juizados na capital e no interior
folha.com/no1008668

RESULTADOS DOS 102 PROCESSOS JULGADOS EM 2011*

Empresa aérea é condenada 64

Das ações ganhas por passageiros, 39 já foram pagas

Ações julgadas improcedentes 22

Desistências 13

Acordos 3

VALOR DA INDENIZAÇÃO

Dano material: depende de o passageiro conseguir provar o prejuízo
Dano moral: não há limite, mas costuma ser de até R\$ 8.000

*Contra TAM, Gol e Webjet no Juizado Especial Cível Central, em São Paulo

20 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Cúpula do PanAmericano tenta reaver bens na Justiça

Ex-dirigentes do banco pedem acesso a contas e patrimônio bloqueado

Decretado em outubro de 2010, sequestro de ativos é garantia de ressarcimento por rombo na instituição

Ex-dirigentes do PanAmericano que tiveram seus bens sequestrados estão tentando reverter a decisão judicial que tornou indisponíveis seus imóveis, veículos, embarcações e até ações e demais investimentos.

O bloqueio foi decretado por Douglas Camarinha, juiz da 6ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo, em 13 de outubro de 2010.

A **Folha** apurou que a maioria dos investigados já recorreu da decisão em segunda instância pedindo a liberação imediata por meio de liminares. A Justiça negou até que o recurso seja julgado em definitivo.

Faz parte desse grupo Rafael Palladino, ex-presidente do banco.

Sete ex-diretores do PanAmericano estão com o saldo bancário bloqueado no valor de até 40 salários mínimos.

Dezessete empresas em nome dos envolvidos tiveram seu capital empenhado em R\$ 76 milhões.

Somente quatro delas ficaram com R\$ 25 milhões bloqueados —duas pertenciam a Palladino e duas a Wilson de Aro, ex-diretor financeiro.

Oito ex-executivos tiveram empenhadas ações e aplicações em títulos, entre eles Palladino, de Aro e Luiz Sandoval, ex-presidente do grupo Silvío Santos.

Foi a primeira vez que a Justiça determinou a indisponibilização de aplicações financeiras como garantia de ressarcimento por supostos crimes financeiros.

Também entraram na lista veículos, embarcações —como um veleiro e uma lancha— e imóveis em nome de todos os 44 acusados (pessoas e empresas).

Motivo: a PF suspeitava “que os envolvidos transferissem patrimônio para fugir de responsabilidades pelos danos que causaram”.

As fraudes contábeis realizadas levaram o banco a um rombo de R\$ 4,3 bilhões. Para evitar sua quebra, 36,6% foram vendidos para a Caixa Econômica Federal, e 37,6%, para o BTG Pactual.

FURO AO CERCO

Em 25 de outubro de 2010, quando o bloqueio já estava valendo, Wilson de Aro doou as cotas de sua empresa

M2GW para as filhas. Valor: R\$ 3,1 milhões. Essa companhia detém o capital das demais empresas do executivo.

Em dezembro de 2010, Palladino vendeu uma casa em um condomínio no Guarujá (SP) à empresa Blue Sky Valley, que fica em um paraíso fiscal, por R\$ 520 mil.

Em janeiro deste ano, Marcos Augusto Monteiro, ex-assessor da diretoria de carteiras de crédito, tentou transferir R\$ 1 milhão em aplicações para a conta de seu pai.

A operação foi detectada pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que comunicou a Justiça. A transação foi barrada antes de ser efetivada.

PROTEÇÃO

Antes mesmo de o bloqueio ter sido decretado pela Justiça, os principais executivos tentaram transferir bens para outras empresas, venderam parte do patrimônio e enviaram recursos ao exterior, como forma de protegê-los.

Em maio de 2010, uma das empresas de Palladino enviou US\$ 2,3 milhões para a Max America of Florida, nos EUA. Os recursos foram usados na compra de dois imóveis em Miami.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 20 NOV 2011

Em setembro de 2010, quando o Banco Central já havia informado ao PanAmericano a descoberta da fraude, Wilson de Aro registrou um apartamento de 734 metros quadrados avaliado em R\$ 14 milhões como "bem de família". Pela legislação, um bem de família não pode ser penhorado. A Justiça decretou o bloqueio mesmo assim.

Procurados, os advogados dos envolvidos não responderam até o fechamento desta edição.

A Folha não conseguiu localizar o advogado de Marcos Augusto Monteiro.

APREENSÃO PREVENTIVA

Justiça bloqueia até investimentos de envolvidos no rombo de R\$ 4,3 bilhões do banco



IMÓVEIS

28 imóveis de 11 envolvidos, incluindo Rafael Palladino, ex-presidente, e Wilson De Aro, ex-diretor financeiro



APLICAÇÕES

Saldo de aplicações, incluindo CDBs, fundos de investimento e poupança de dez executivos e supostos "laranjas" de Palladino



CONTA

Saldo em conta corrente de 17 empresas dos ex-dirigentes do banco PanAmericano



AÇÕES

Bloqueio de ações de empresas em nome de 11 executivos e das empresas de Rafael Palladino



VEÍCULOS

Veículos e embarcações (lanchas e iates) adquiridos a partir de jan.2008 pelos executivos e suas respectivas empresas

R\$ 25 mi

é o valor bloqueado depositado na conta de quatro das empresas de Palladino e De Aro

R\$ 1 mi

é quanto Marcos Augusto Monteiro, ex-assessor da diretoria para gestão das carteiras de crédito cedidas do banco, tentou transferir para a conta de seu pai após o bloqueio

20 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Valeu, Zumbi

ELOI FERREIRA DE ARAUJO

Em 20 de novembro de 1695, Zumbi, o último líder do quilombo dos Palmares, foi morto pelos escravocratas. O quilombo que resistiu por mais de cem anos entra em fase de extinção. Naquela cidadela de resistência à escravidão, viviam em comunhão negros, indígenas e não negros perseguidos na colônia.

Chegaram a mais de 20 mil habitantes. A destruição física do quilombo dos Palmares foi uma derrota. Contudo, o sonho de liberdade, de colocar fim à escravidão de africanos, ficou dormitando.

Assim, passados quase 200 anos da epopeia de Palmares, a luta pelo fim da escravidão foi para as ruas do Brasil. O movimento abolicionista ganha os corações e as mentes: em 13 de maio de 1888, é aprovada a Lei Áurea.

É iniciada a colheita dos frutos semeados em Palmares. Contudo, a Lei Áurea não veio acompanhada de mecanismos de inclusão para assegurar aos ex-cativos as oportunidades que foram dadas aos imigrantes europeus.

Passados 123 anos desde a abolição, o país incorporou ao seu arcabouço jurídico legislação não penal para a população negra que merece destaque. A lei nº 10.639/2003,

Há quem diga que problemas do Brasil são apenas sociais, e não raciais: um discurso de cabra-cega, que ignora que os negros foram escravizados

que institui o ensino de história e cultura afro-brasileira, é uma delas.

Sua importância reside, entre inúmeros aspectos, em estimular o conhecimento sobre a importância do negro na formação da nação, da identidade nacional e da contribuição dos escravos para a construção do Estado brasileiro.

Vale ressaltar também a lei nº 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial, primeira legislação, desde 1888, que, por meio de ações afirmativas, cria possibilidades para reparar um pouco das desigualdades históricas entre negros e não negros.

Há quem diga que os problemas existentes no Brasil são apenas sociais, e não raciais. Um discurso de cabra-cega, que ignora o desenvolvimento desigual do país e que, na prática, ignora que os negros foram escravizados.

As ações afirmativas são medidas especiais que o Estado e a iniciativa privada podem adotar para re-

duzir as desigualdades. Um exemplo são as cotas nos concursos e demais processos de seleção para o ingresso de negras e negros nas instituições públicas e privadas.

Direitos das comunidades dos remanescentes dos quilombos, proteção às religiões afro-brasileiras, empreendedorismo, saúde da população negra, acesso a financiamentos públicos, presença nas peças de publicidade e nos meios de comunicação, entre outras possibilidades, constam do Estatuto da Igualdade Racial e dão vigor a um diploma novo, que precisa ser apropriado pela nação, para que esta exija seu cumprimento.

É o início de uma longa caminhada que o Brasil precisa percorrer para reparar o mais bárbaro de todos os crimes: a escravidão de africanos e de seus descendentes.

O sonho dos quilombolas de Palmares caminha para ser uma realidade. O país está avançando para a construção da igualdade de oportunidades entre todos os filhos da nação. Valeu, Zumbi.

ELOI FERREIRA DE ARAUJO é presidente da Fundação Cultural Palmares.
E-mail: eloi.ferreira@palmares.gov.br.

21 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Corregedoria investiga patrimônio de 62 juízes

**CNJ apura se houve enriquecimento ilícito
por meio de venda de sentenças**

A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), investiga o patrimônio de 62 juízes sob acusação de venda de sentenças e enriquecimento ilícito, informa **Frederico Vasconcelos**.

O trabalho é feito em parceria com a Polícia Federal, entre outros órgãos. Ele é aprofundado quando há omissões ou inconsistências nas informações à Receita Federal sobre a variação patrimonial dos magistrados.

O levantamento envolve também parentes dos juízes e outras pessoas. A ideia é identificar laranjas que podem ter sido utilizados na tentativa de disfarçar a real extensão do patrimônio adquirido pelos magistrados.

A apuração sobre o patrimônio dos magistrados é realizada pelo CNJ em caráter reservado.

21 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Corregedoria apura enriquecimento de 62 juízes sob suspeita

Órgão do Conselho Nacional de Justiça amplia alcance de investigações contra acusados de vender sentenças

Corregedores têm apoio de órgãos federais para examinar declarações de bens e informações de contas bancárias

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O principal órgão encarregado de fiscalizar o Poder Judiciário decidiu examinar com mais atenção o patrimônio pessoal de juízes acusados de vender sentenças e enriquecer ilícitamente.

A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão ligado ao Conselho Nacional de Justiça, está fazendo um levantamento sigiloso sobre o patrimônio de 62 juízes atualmente sob investigação.

O trabalho amplia de forma significativa o alcance das investigações conduzidas pelos corregedores do CNJ, cuja atuação se tornou objeto de grande controvérsia nos últimos meses.

Associações de juízes acusaram o CNJ de abusar dos seus poderes e recorreram ao Supremo Tribunal Federal para impor limites à sua atuação. O Supremo ainda não decidiu a questão.

A corregedoria começou a analisar o patrimônio dos juízes sob suspeita em 2009,

quando o ministro Gilson Dipp era o corregedor, e aprofundou a iniciativa após a chegada da ministra Eliana Calmon ao posto, há um ano.

“O aprofundamento das investigações pela corregedoria na esfera administrativa começou a gerar uma nova onda de inconformismo com a atuação do conselho”, afirmou Calmon.

Esse trabalho é feito com a colaboração da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco Central e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que monitora movimentações financeiras atípicas.

Os levantamentos têm sido conduzidos em sigilo e envolvem também parentes dos juízes e pessoas que podem ter atuado como laranjas para disfarçar a real extensão do patrimônio dos magistrados sob suspeita.

Todo juiz é obrigado por lei a apresentar anualmente sua declaração de bens ao tribunal a que pertence, e os corregedores do CNJ solicitam cópias das declarações antes de realizar inspeções nos tribunais estaduais.

Nos casos em que há sinais exteriores de riqueza, omissões ou inconsistências nas informações prestadas à Receita Federal, os corregedores têm aprofundado os estu-

dos sobre a evolução patrimonial dos juízes.

O regimento interno do CNJ autoriza os corregedores a acessar dados sigilosos sobre o patrimônio e a movimentação financeira dos juízes. O regimento foi aprovado pelo próprio CNJ, na ausência de uma lei específica que defina os limites de sua atuação.

O advogado criminalista Alberto Zacharias Toron acha que nada impede que o conselho tenha acesso direto a essas informações.

“A Constituição prevê que o CNJ é órgão da cúpula do Judiciário e não faz sentido o conselho ter que pedir autorização para um juiz de primeira instância, por exemplo, para obter a quebra de um sigilo bancário ou fiscal”, afirmou Toron.

O criminalista Celso Vilar di discorda. “O CNJ tem competência para conduzir processos administrativos”, disse o advogado. “Para obter dados que são inerentes às investigações criminais, como a quebra de sigilos, só com autorização judicial”.

Colaborou FLÁVIO FERREIRA, de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 NOV 2011

NO RASTRO DO DINHEIRO
Conselho Nacional de Justiça examina evolução patrimonial de magistrados sob suspeita



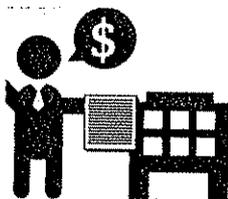
62

juízes têm seu patrimônio sendo analisado pelo CNJ atualmente

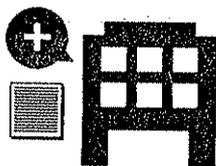
49

magistrados já foram punidos pelo CNJ desde que ele começou a funcionar, em 2005

Eliana Calmon



1 DADOS
Todos os juízes são obrigados por lei a informar seu patrimônio aos tribunais aos quais pertencem, que enviam essas informações ao CNJ



2 APURAÇÃO
Nos casos em que detecta evolução patrimonial significativa, o CNJ pede mais informações à Receita e ao Coaf, órgão que monitora movimentações financeiras



3 PROCESSO
Quando há indícios de irregularidades, o CNJ abre processo disciplinar contra o juiz. Se houver indícios de crimes, o Ministério Público é avisado também

? QUAL É O PROBLEMA?

O acesso do CNJ a dados sobre o patrimônio e a movimentação financeira é permitido por regimento interno que o próprio conselho aprovou. Juízes investigados poderão contestar as ações na Justiça

“O aprofundamento das investigações pela corregedoria na esfera administrativa começou a gerar uma nova onda de inconformismo com a atuação do conselho

ELIANA CALMON

corregedora do Conselho Nacional de Justiça

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE

CONTINUAÇÃO 21 NOV 2011

Acesso do CNJ a informações sigilosas sem ordem judicial pode ser contestado

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI
ESPECIAL PARA A FOLHA

O CNJ foi criado com o objetivo de planejar o desenvolvimento de políticas judiciais e fiscalizar os juízes do ponto de vista disciplinar.

Para essa última tarefa, ele pode atuar em conjunto com órgãos como o Coaf para identificar evoluções patrimoniais atípicas de juízes.

A lei de improbidade administrativa exige que agentes de Estado declarem os bens de seu patrimônio. Com esses dados, é possível identificar o aumento de patrimônio supostamente incompatível com vencimentos.

O mecanismo criado não quebra sigilo bancário ou fiscal do juiz, apenas usa dados já disponíveis nos tribunais.

Mas cautelas são necessárias. Em primeiro lugar, eventual aumento de patrimônio não significa que o juiz tenha agido illicitamente. A presunção de inocência é regra.

Em segundo lugar, o Coaf é órgão que dispõe de outras informações, como algumas movimentações bancárias dos magistrados, e pode cruzar tais dados com a evolução patrimonial para identificar atos suspeitos.

Há discussão sobre a legalidade do envio do resultado desse trabalho ao CNJ sem ordem judicial. Há quem entenda que os dados são protegidos por sigilo bancário.

Uma coisa é trabalhar apenas com as informações prestadas pelo próprio juiz, outra é acrescentar dados obtidos pelo Coaf de bancos ou outras instituições financeiras.

Se tais dados forem considerados sigilosos, o CNJ precisará de autorização judicial para acessá-los, da mesma forma que o órgão não poderá buscar dados fiscais na Receita sem permissão. E o CNJ é órgão administrativo, não jurisdicional, e não pode quebrar sigilos diretamente.

No entanto, a sistematização das informações não protegidas pelo sigilo é um instrumento eficaz para a identificação de atos suspeitos.

Em suma, se bem utilizado, o mecanismo pode representar um avanço na atividade de fiscalização do CNJ.

Pierpaolo Cruz Bottini é advogado, professor-doutor da Faculdade de Direito da USP e foi Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Justiça erra e deixa homem 70 dias preso

Corregedoria quer saber quem foi o responsável por falha em SP;
Folha achou mais dois casos de prisões irregulares

Em um mesmo dia, juiz mandou soltar suspeito, mas também assinou um mandado de prisão contra ele

AFONSO BENITES
DE SÃO PAULO

Por um erro da Justiça, um carpinteiro, morador de rua, de 25 anos, ficou 70 dias preso mesmo tendo em seu favor uma decisão judicial que determinava sua liberdade.

Acusado de furtar equipamentos eletrônicos e roupas de uma casa com um amigo, Luciano Gomes Ferreira foi preso em flagrante no dia 9 de agosto deste ano.

No dia seguinte, o juiz Eduardo Pereira Santos Júnior, do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais), mandou que ele respondesse ao processo em liberdade, pois não tinha antecedentes criminais.

Na sua decisão, o magistrado decidiu manter preso o comparsa do carpinteiro, o desempregado Bruno Felipe Alves, 18, porque ele já tinha sido detido pelo mesmo crime anteriormente.

O problema foi que, nesse mesmo dia, o juiz assinou um mandado de prisão em nome dos dois suspeitos. Ambos continuaram presos.

O carpinteiro só foi solto no dia 19 de outubro, 70 dias após sua prisão, porque a Defensoria Pública percebeu a falha e recorreu da decisão.

Procurado pela Folha, o magistrado disse que não se recordava do caso, mas iria apurar quais procedimentos foram adotados. A Corregedoria do Dipo abriu um procedimento interno para avaliar de quem foi o erro, se do juiz ou de algum funcionário do cartório da unidade.

CRIME IMPOSSÍVEL

Apesar de chamar a atenção, essa falha no Judiciário paulista não é única. A Folha encontrou outros dois casos de suspeitos que ficaram detidos irregularmente.

Em São José dos Campos (97 km de São Paulo), a Justiça condenou o estudante Jorge Henrique da Silva, 23, por roubo cometido em 5 de junho do ano passado. Porém, conforme documentação apresentada pela Defensoria, ele estava detido desde o dia 1º de junho daquele ano, portanto era impossível ter cometido o roubo.

Seu caso foi levado ao Tribunal de Justiça, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Em nenhuma instância obteve decisão favorável. Agora, espera a reanálise pelo TJ.

Na capital paulista, um cobrador de cheques ficou 11 dias preso após cobrar uma dívida. Marcelo Colatino, 43, foi detido sob a acusação de estelionato ao cobrar um cheque sem fundos de R\$ 700.

Levado ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, na zona oeste, Colatino disse ter sido vítima de uma armação porque o dono do cheque é amigo de um policial.

A polícia diz que o cobrador foi preso por estar fingindo ser advogado. Ele só foi solto quando seu advogado comprovou o erro.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

Sim, ele se importa

SÃO PAULO - Parece irritado o governador Geraldo Alckmin com a decisão da juíza Simone Casoretti, que na sexta suspendeu contratos da linha 5 do metrô paulistano e afastou o presidente da empresa. O tucano classificou a ordem judicial de "absoluta irresponsabilidade" e prometeu dela recorrer ainda hoje.

Ricardo Feltrin, da **Folha**, soube em abril de 2010 os resultados da licitação da linha 5, que só seriam divulgados oficialmente seis meses depois. Documentou-os em vídeo e cartório e esperou. Em outubro, quando o governo abriu os envelopes, batata: lote por lote, estavam lá as empresas vencedoras conforme antecipado.

A concorrência, aberta na gestão José Serra, foi finalizada quando seu vice, Alberto Goldman, completava o mandato. Ficou para Alckmin, empossado em janeiro, a decisão de validar ou anular a licitação.

Começou um jogo bruto de construtoras a fim de intimidar o governo e a reportagem deste jornal. Empreiteiras contrataram peritos para colocar em dúvida a publicação.

Incapazes de atestar qualquer trapça, formularam argumentações laterais, como a de que existem meios técnicos de fraudar uma gravação em vídeo como aquela, de modo a simular que havia sido feita no passado.

Lançaram questionamentos genéricos e imprecisos para lembrar ao governo que, anulada a licitação, partiriam para cima na Justiça, cobrando indenizações fabulosas. A pressão deu certo, e Alckmin validou a concorrência. Evitou contencioso com empreiteiras, mas expôs-se a uma duríssima refrega, que apenas se inicia, com o Ministério Público.

Haveria, portanto, risco à sequência das obras fosse qual fosse a decisão do governador. A questão era definir a causa e o adversário.

Opção A: anular uma licitação sobre a qual pesa indício veemente de conluio e enfrentar as empreiteiras. Opção B: validar tudo e desafiar o interesse público. Alckmin escolheu seu lado. "Yes, he cares."

21 NOV 2011

21 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ato de familiares de vítimas do trânsito pede mudança na lei

Parentes dizem que processos devem ser de homicídio culposo com agravante da embriaguez

FELIPE GUTIERREZ
DE SÃO PAULO

Familiares de vítimas fatais de atropelamentos fizeram, ontem, no parque Ibirapuera, onde carros não trafegam, manifestação para pedir alterações na legislação.

Entre outras mudanças, sugerem que pessoas que bebem, dirigem e envolvem-se em acidentes devem ser processadas por homicídio culposo (sem intenção de matar) com o agravante da embriaguez ao volante.

Rafael Baltresca, 31, cuja mãe e irmã foram atropeladas e mortas em setembro,

coletou assinaturas para a petição que pretende encaminhar ao Congresso.

A proposta também prevê aumento de pena para o atropelador. "A pena iria de cinco a oito anos de prisão; hoje, um [homicídio] culposo dá até quatro [anos], o que permite a eles [motoristas] cumprir em liberdade" diz.

Nilton Gurman, 52, tio do administrador Vitor Gurman, que foi atropelado e morreu em julho, pede para que a lei deixe de exigir a prova do bafômetro para considerar o motorista embriagado — para isso, bastaria a palavra do policial na blitz.

"Se [o condutor] se julgar injustiçado, que faça o bafômetro a seu favor, e não use o preceito de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si para ficar impune."

UNIÃO DAS VÍTIMAS

A passeata foi motivada pelo Dia das Vítimas de Acidentes de Trânsito e Seus Familiares, da ONU.

Segundo a deputada federal Keiko Ota (PSB), presidente da União em Defesa das Vítimas de Violência, que organizou o ato, estavam presentes cerca de 150 pessoas.

"Todo mundo que perde um filho faz um movimento isolado, nós queremos juntar e contratar um jurista para fazer um projeto [de lei] bem redondinho", diz Ota.

NO INTERIOR

ADOLESCENTE PEGA CARRO E ATROPELA DOIS

Uma jovem de 16 anos perdeu o controle do veículo, invadiu uma casa em Araciguama (53 km de SP) e atropelou ontem um idoso e uma criança de cinco anos. Segundo a polícia, a jovem usava o carro de um guarda-civil da cidade. Ele, que estava no veículo, negou que ela estivesse dirigindo, mas foi desmentido por testemunhas.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 NOV 2011

CASOS LEMBRADOS NA PASSEATA Seis mortes lembradas no ato de ontem

	Roberto Pires de Jesus e Alex Damasceno de Souza	Miriam Baltresca e Bruna Baltresca	Vitor Gurman
 QUANDO	22.out.11	17.set.11	28.jul.11
 MOTORISTA	Fernando Mirabelli	Marcos Alexandre Martins	Gabriella Guerrero Pereira
 SITUAÇÃO NA JUSTIÇA	Indiciado por tentativa de fuga do local do acidente, suspeita de embriaguez ao volante e homicídio doloso. Pagou fiança de R\$ 50 mil e aguarda em liberdade	Indiciado por homicídio doloso, apresentou atestado de pobreza e não teve que pagar fiança	Indiciada por homicídio doloso, aguarda em liberdade Alex Hausch 28.jul.09 Rafael de Mitri Muchon É réu em processo por homicídio culposo e aguarda a sentença

GAZETA DO POVO

Depoimentos ao MP contradizem versão de Derosso e mulher 19 NOV 2011

Testemunhos indicam que a atual esposa do vereador prestou serviços profissionais para ele antes de vencer a concorrência para a publicidade da Câmara de Curitiba

Karlos Kohlbach

O presidente da Câmara de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB), e a atual mulher dele, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, já mantinham um relacionamento comercial e profissional antes da licitação de propaganda da Casa vencida pela agência de comunicação Oficina de Notícia, em 2006. A dona da agência é Cláudia Queiroz. A informação consta de depoimentos prestados ao Ministério Público do Paraná (MP) no inquérito que investiga irregularidade nos contratos de publicidade da Câmara. Os testemunhos contradizem a versão que o casal havia apresentado.

Anteontem, o MP entrou com uma ação de improbidade administrativa contra o casal e outros quatro servidores da Casa. O MP pede, liminarmente, o afastamento de Derosso do cargo de presidente da Câmara. Os promotores entenderam que houve um direcionamento na licitação para beneficiar a empresa da mulher de Derosso. A relação entre o vereador e Cláudia antes do lançamento

da licitação foi um dos elementos que reforçou essa suspeita. Embora admitam que o relacionamento amoroso começou só em 2007, a relação entre Derosso e Cláudia viria desde 2004.

Em depoimento aos promotores do MP, ela declarou que, em 2005, durante uma solenidade, Derosso sugeriu a ela que alugasse a sala comercial dele, que fica num prédio no Centro de Curitiba. Semanas depois, disse Cláudia, foi firmado o contrato de locação que se estende até hoje.

Essa declaração de Cláudia contradiz o que o presidente da Câmara falou aos promotores. Apesar de ter assinado o contrato com Cláudia, Derosso alegou que “ao homologar o resultado [da licitação em 2006] não fez ligação entre a empresa Oficina da Notícia e a pessoa de Cláudia Queiroz Guedes”. Vencida a licitação, a empresa de Cláudia administrou R\$ 5,1 milhões de verba destinada para publicidade. Previsto inicialmente em edital para durar um ano, o contrato com a Oficina da Notícia foi encerrado em maio de 2011 — cinco anos depois.

Já o depoimento de César Pacheco Guedes, ex-marido de Cláudia, revela outra possível contradição de Derosso. O presidente da Casa afirmou ao MP que “Cláudia nunca prestou serviços profissionais pessoalmente ao declarante [Derosso]”. Não é o que disse o ex-marido de Cláudia ao MP. “O declarante [César Guedes] acredita que Cláudia começou a trabalhar para o vereador Derosso aproximadamente em 2004, prestando

assessoria para a pessoa física do aludido vereador”, diz um trecho do depoimento que ao MP.

Ainda segundo o ex-marido de Cláudia, o contrato seria verbal. Mas ele disse lembrar que, em 2004, Derosso ligava para a jornalista para tratar de assuntos de trabalho. “Cláudia Queiroz e o vereador João Cláudio Derosso mantinham relacionamento profissional durante o tempo em que [César Guedes e Cláudia] permaneceram casados, ou seja, uns dois anos antes da separação de fato do casal [em 2006]”. O ex-marido contou que “Derosso, em algumas ocasiões, chegou inclusive a telefonar para sua ex-esposa fora do horário de expediente para tratar de assuntos relativos à assessoria de imprensa”.

Além da proximidade profissional entre Cláudia e Derosso, os promotores detectaram uma série de irregularidades no processo de licitação que culminou com a vitória da empresa da jornalista. A mais flagrante delas foi a participação de Cláudia na disputa pelo contato publicitário da Câmara enquanto mantinha cargo comissionado no Legislativo municipal — o que é proibido pela Lei de Licitações.

CONTINUA

“[O ex-marido conta] que sua ex-esposa Cláudia tinha diversos clientes pessoas jurídicas, além de outras pessoas físicas, entre as quais o vereador João Cláudio Derosso; (...) o declarante [o ex-marido] acredita que Cláudia começou a trabalhar para o vereador Derosso aproximadamente em 2004, prestando assessoria para a pessoa física do aludido vereador.”

Trecho do depoimento do ex-marido de Cláudia, no qual ele diz que sua ex-mulher já trabalhava para Derosso em 2004, prestando assessoria de imprensa para o vereador. A licitação de publicidade ocorreu em 2006.

“Ela [Cláudia] não trabalhou para ele [Derosso]. A Cláudia sempre sustentou que nunca teve contato profissional com Derosso.”

Marcelo Ciscaço, advogado de Cláudia Queiroz, negando o depoimento do ex-marido de sua cliente.

“Provavelmente no final de 2005, a declarante [Cláudia Queiroz] se encontrou com o vereador Derosso em alguma solenidade tendo comentado com o mesmo, informalmente, que desejava aumentar o espaço físico ocupado pela Oficina da Notícia; que o vereador Derosso, sem que a declarante pedisse nada, lhe informou que tinha uma sala em edifício situado na Rua João Negão.”

Trecho de depoimento de Cláudia que consta da ação do MP, na qual ela reconhece que firmou um contrato de aluguel antes da licitação da propaganda, em 2006.

COLUNA DOS LEITORES

Derosso1

Tudo indica que vamos ter mais uma rodada de pizza na Câmara Municipal (Gazeta, 18/11). Toalha quente e peneira é o que não falta para acobertar as falcatruas do presidente da Casa, mesmo com a caracterização dos atos ilícitos. No fundo, quem paga somos nós, o povo, eleitores e contribuintes. O que está fazendo a Comissão Parlamentar de Inquérito? E a eficácia da Comissão de Ética? Ano que vem teremos eleições!

José Ademir do Vale Berthler Fortes

Derosso2

Tenho certeza de que os paranaenses querem saber o que se esconde atrás da teimosia do vereador João Cláudio Derosso em persistir no cargo, como senhor absoluto, esquecendo de que foi o povo que lhe deu o direito de ali estar e que, não estando satisfeito com tudo o que está acontecendo, pede incessantemente para que ele saia. Porém estamos atentos e as novas eleições estarão aí. Acredito que ele e os que o apoiam não terão mais vez. Parabéns ao Ministério Público do Paraná que também está atento.

Maria Inês Petersen, professora

Derosso3

O MP está certíssimo e o jornal Gazeta do Povo também em acompanhar e divulgar tudo o que há de errado nesta política nojenta. Não podemos deixar que acabe em pizza. Tem vereador propondo o arquivamento do processo. Não é um absurdo? Eleitores, abram os olhos!

Inês Cristina Rohwedder Tsunoda

Ação de promotores tende a agilizar investigação da Câmara

Chico Marés

■ A ação proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP) pedindo o afastamento do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), pode tornar mais ágeis as investigações do caso que estão sendo feitas pela Casa. Vereadores da oposição e da situação concordam que, caso o pedido de afastamento seja acatado pela Justiça, a pressão por agilidade nas investigações da Câmara será maior.

Para o líder da oposição, Algaci Túlio (PMDB), a população e a oposição "comemoram" o pedido de afastamento proposto pelo MP. "A oposição sempre pleiteou que houvesse esse afastamento, já que diversas interferências da presidência ocorreram no processo [de investigação feito pelos vereadores]. Esperamos que a Justiça acate o pedido", disse o vereador. Para Algaci, a saída de Derosso permitirá que o presidente se defenda de maneira adequada.

O vereador Pastor Valdemir Soares (PRB), aliado de Derosso no Conselho de Ética, reconhece que a ação pode influenciar as próximas decisões da Casa.

"Se o juiz determina o afastamento, os vereadores podem entender que uma punição maior é necessária. Mas, caso a Justiça, não acate o pedido, pode mudar o entendimento de que ele deva ser punido", disse o vereador. Soares participa de uma subcomissão do conselho que deve propor a duração do pedido

de afastamento de Derosso que será votado no plenário. O conselho decidiu recomendar ao plenário uma punição ao presidente da Casa.

Apesar de a decisão final sobre a duração do afastamento caber a três vereadores do Conselho de Ética, Soares explicou que a definição passa por um acordo entre os líderes dos partidos da base governista. Por isso, o entendimento do resto da bancada que apoia Derosso influencia nessa definição do tempo de afastamento.

Já o presidente da CPI que investiga os contratos de publicidade da Câmara, Emerson Prado (PSDB), disse que a ação do MP não deve interferir nos trabalhos da comissão. Para Pedro Paulo (PT), entretanto, o processo deve "agilizar os trabalhos". O vereador acredita que essa medida joga mais responsabilidade para os vereadores. "Ao mesmo tempo em que essa ação demonstra que as investigações do MP estão adiantadas, ela mostra que a Câmara precisa fazer sua parte", comenta.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

19 NOV 2011

Advogados do casal negam relação profissional

Os advogados do vereador João Cláudio Derosso e da jornalista Cláudia Quelroz Guedes negam haver contradição nos depoimentos prestados ao Ministério Público na investigação do processo de licitação para contratação de agências de publicidade.

O advogado Marcelo Ciscato, que defende Cláudia, também negou o envolvimento profissional entre o casal. "Ela não trabalhou para ele. A Cláudia sempre sustentou que nunca teve contato profissional com Derosso."

Antônio Figueiredo Basto, advogado de Derosso, afirmou que o cliente nega que Cláudia tenha prestado serviço para ele, ao contrário do que afirmou o ex-marido da jornalista. "Não houve prestação de serviço. Não sei se ele [César Guedes] mentiu ou se interpretou como uma prestação de serviço."

Basto alegou ainda que Derosso se baseou em pareceres jurídicos e não se ateu aos detalhes da licitação ao assinar o contrato com a Oficina da Notícia, empresa de sua mulher. Ele alega que não ligou a empresa ao nome de Cláudia Quelroz, apesar de ter tido firmado contrato de aluguel com ela.

O advogado ainda afirmou que o pedido de afastamento de Derosso da presidência da Câmara, solicitado pelo MP, não tem fundamento. "O MP não indica quem foi coagido [para que ele tenha de se afastar preventivamente]", disse. O advogado afirmou ainda que o cliente colaborou com a investigação e concordou em colocar à disposição o sigilo bancário e fiscal.

Sobre o pedido do MP de restituição do valor do contrato da Oficina da Notícia (R\$ 5,1 milhões mais R\$ 800 mil referentes a multas), Basto disse que o serviço de publicidade foi prestado. "Se for assim, eu vou acionar todos os jornais que receberam o dinheiro da Câmara para também devolver o dinheiro." (KK)

GAZETA DO POVO

As idas e vindas da Constituição no Brasil

19 NOV 2011

Lançado recentemente, o livro *A história das constituições brasileiras*, do historiador Marco Villa, revela as bizarrices que já figuraram na Magna Carta

Pollianna Milan

A Constituição é um compêndio de leis que estão acima de todas as outras normas de um país, por isso mesmo deveria ser enxuta, objetiva e permanente, traçando os princípios básicos de um Estado sem deixar brechas. A norte-americana, por exemplo, é de 1787 e teve, ao longo de sua história, apenas 27 emendas, das quais dez foram sobre a declaração de direitos. Já no Brasil, existiram nada menos do que sete constituições e todas elas foram bastante modificadas. Para se ter uma ideia, apenas a última Constituição brasileira, de 1988, recebeu 67 emendas e teve alguns artigos alterados mais de três vezes. "A prolixidade é uma doença de nossas constituições. O problema é querer dissertar sobre o mundo: se fala de tudo e de nada", afirma o historiador Marco Antonio Villa, que acaba de lançar o livro *A história das*

constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio, pela Editora Leya.

Em um documento que deveria zelar por todos os brasileiros, já figuraram citações pessoais "absurdas", segundo Villa. Na primeira Constituição republicana, de 1891, Benjamin Constant aparece em um artigo que determina que a casa dele (Constant já tinha morrido) iria virar museu, mas que, enquanto a viúva estivesse viva, ela poderia morar lá. "Não se faz isso em uma Constituição. Existem leis menores que podem dar conta disso: é inaceitável", comenta o historiador.

E os absurdos não param por aí. Na Constituição de 1934, se fala em um monumento a ser construído para o Duque de Caxias e até sobre renovação de aluguel; a de 1946 resolve promover o coronel Mascarenhas de Moraes e a de 1988 diz que é necessário proteger o desporto de criação nacional. "O que é isso? Futebol, vôlei e basquete não são. Será que é o futevôlei?", questiona. "Nossas constituições viraram política de governo e, por isso, misturamos o grotesco às questões constitucionais."

As constituições brasileiras estiveram muitas vezes deslocadas do Brasil real, segundo Villa, porque ignoraram, inclusive, a escravidão em um país escravocrata. Pior ainda é observar que em pleno Estado Novo (golpe de Estado) a Constituição de 1937 termina dizendo que ela só entra-

ria em vigência após um plebiscito, que nunca existiu. "Temos uma esquizofrenia constitucional que começa desde a primeira Constituição (1824), quando dom Pedro I fechou a Constituinte de 1823 — porque ela estava limitando o poder do imperador — e ele acaba dizendo, no texto legal, que fez isso por amor à liberdade. Não se fecha uma Constituinte por amor à liberdade, se não para um golpe de Estado", explica Villa.

Legalizações

Durante o regime militar, os militares usaram a Constituição para legalizar tudo e, inclusive, para permitir decretos secretos os quais até hoje não se sabe sobre seu real conteúdo. A primeira Constituição do Brasil teve nada menos do que 11 artigos para tratar da família real e sua dotação e apenas 14 artigos para o Judiciário. "Nunca tinha visto uma reclamação constitucional dentro de um artigo da Constituição, mas o imperador faz justamente isso", comenta Villa. Dom Pedro I diz que "a dotação assinada ao presente imperador e a sua augusta esposa deverá ser aumentada visto que as circunstâncias atuais não permitem que se fixe desde já uma soma adequada ao decoro de suas augustas pessoas e a dignidade da nação." É literalmente uma reclamação salarial dentro da primeira Constituição brasileira.

19 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Lei não prevê atuação de vice

CONTINUAÇÃO

ABSURDOS

Veja algumas leis ordinárias que figuraram em constituições brasileiras:

- ▶ Fixação de datas comemorativas de grande significado para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
- ▶ Limitação da taxa de juros em 12%.
- ▶ Relação entre pais e filhos, tratando de cuidados e educação.
- ▶ Definição sobre transporte coletivo gratuito para maiores de 65 anos.
- ▶ Constatação de que a língua portuguesa é a oficial do Brasil.
- ▶ Isenção de jornalistas, professores e escritores de pagarem Imposto de Renda.
- ▶ Determinação de que o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, seja mantido na órbita federal.

No Brasil se adotou como praxe algo que não é resguardado por nenhuma Constituição ou lei complementar, mas que é aceito por todos. Quando o presidente da República viaja, o poder é transferido para o vice. Isso não está na Constituição e, o que é pior, não há respaldo legal/jurídico para esta prática. A única questão que existe é que, se o presidente se ausenta do seu país por mais de 15 dias, ele deve pedir autorização ao Congresso Nacional. Mas não há nada que discorra sobre essa transferência de poderes.

"Isto começou nos anos 50 com o então presidente Juscelino Kubitschek, quando ele viajou e deixou o poder ao vice João Goulart. Depois, Jango assumiu a Presidência e, quando também saiu do país, transferiu o poder à Câmara porque não tinha um vice. Trata-se de uma tradição informal", afirma o historiador Marco Antonio Villa. O que aconteceu em decorrência desta praxe é uma situação esquisita: temos até hoje um presidente assinando decretos como presidente em exercício e outro fora do país assinando acordos e tratados. "Somos um país tão exótico que ninguém fala nada. Mas isso não deveria ser tratado com naturalidade", diz Villa. (PM)

GAZETA DO POVO

PDT

TRE suspende exibição de propaganda com Fruet

O corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Rogério Kanayama, determinou ontem que seja suspensa a exibição de dois comerciais do PDT do Paraná na televisão. Os filmes, segundo o desembargador, desrespeitavam a lei eleitoral por promover antes do prazo a candidatura de Gustavo Fruet para a prefeitura de Curitiba.

No caso de três outros filmes, que também haviam sido contestados, Kanayama decidiu que não havia problema em manter a veiculação. A decisão, tomada ontem, é de caráter liminar, e deve valer durante o fim de semana. A partir da segunda-feira, o caso deve ser levado ao pleno do TRE, que deverá tomar uma decisão definitiva sobre o assunto. O caso será julgado pelos seis juízes que compõem a corte.

Campanha

A propaganda política na televisão, fora do período eleitoral, é destinada a mostrar a plataforma de cada partido. A legislação não permite que haja propaganda de pré-candidatos.

19 NOV 2011

NOTA POLÍTICA

Pelo segundo turno

Entidades de classes e partidos políticos estão fazendo uma campanha para que Cascavel chegue a 200 mil eleitores até o dia 9 de maio do ano que vem. A ideia é que o município passe a ter segundo turno na eleição municipal. Segundo a Justiça Eleitoral, até a sexta-feira da semana passada Cascavel possuía 194.495 eleitores. Ontem, estudantes de 16 e 17 anos da rede pública de ensino decidiram apoiar a campanha.

19 NOV 2011

GAZETA DO POVO

PALESTRA

Responsabilidade civil do médico e processo administrativo no CRM

- **DATA:** 24 de novembro.
- **PALESTRANTE:** Romualdo Gama.
- **LOCAL:** Hospital Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, 3.º andar, sala de palestras. Rua Amintas de Barros, 574.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3015-6011 ou imcp@imcp.com.br

CURSO

Recurso especial e recurso extraordinário no âmbito criminal

- **DATA:** 21 de novembro (das 19 às 22h30).
- **PALESTRANTE:** Francisco Monteiro da Rocha Jr.
- **LOCAL:** auditório UTP Campus Mossunguê.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3331-7652 ou www.utp.br/extensao

GAZETA DO POVO

CASO PATRÍCIA ACIOLI

Coronel nega relação com morte de juíza

O tenente-coronel da PM do Rio Cláudio Luiz Silva de Oliveira, acusado de ser o mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, negou qualquer envolvimento com o crime, em depoimento prestado na manhã de ontem. O assassinato, ocorrido em agosto, é atribuído a um grupo de 11 policiais.

Durante audiência de instrução realizada no Fórum de Niterói (região metropolitana do Rio), o ex-comandante do Batalhão de São Gonçalo disse que tinha boa relação com a juíza e que sempre prestou assistência de segurança solicitada por ela.

Cláudio Luiz negou participação em um esquema em que armas e bens apreendidos de criminosos são revendidos ilegalmente pelos policiais. "Essa é uma prática comum em praticamente todos os batalhões. Quando chega ao conhecimento do comando, este tem que tomar as devidas providências", disse Oliveira, que responde às acusações na prisão.

Ele afirmou à Justiça que não teve conhecimento de nenhum fato do tipo no batalhão que comandava. Ainda segundo o tenente-coronel, ele soube pela imprensa que parte das cápsulas encontradas no carro da juíza poderia ser da Polícia Militar.

19 NOV 2011

19 NOV 2011

GAZETA DO POVO

MP vai investigar "taxa extra" para partos

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) instaurou um procedimento para investigar a cobrança de "taxa extra" pelos médicos obstetras pelo acompanhamento do parto. Em julho, a Gazeta do Povo publicou a denúncia de que médicos que atendem aos planos de saúde estariam cobrando valores "por fora" para ficarem à disposição 24 horas para a realização do parto.

O MP-PR vê indícios de abuso na prática — sem o pagamento do valor (que pode chegar a R\$ 4 mil), o médico que acompanhou a gravidez desde o pré-natal não comparece na hora do parto, deixando a tarefa a cargo do plantonista do hospital. A cobrança,

entretanto, conta com a anuência da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná (Sogipa), que estuda formas de "oficializar" esse tipo de cobrança.

Denúncias

A Unimed Curitiba, na época, informou que condena a prática, pois emite a autorização das guias necessárias para o parto, não sendo devido qualquer pagamento pelo cliente, e pediu para que tais casos sejam relatados à ouvidoria, no número 0800-6422002. O MP-PR pede que consumidores com o mesmo problema entrem em contato pelo e-mail consumidor@mp.pr.gov.br. (ACN)

POLUIÇÃO SONORA

MP-PR determina que quadra no Água Verde seja fechada

A Justiça interditou, ontem, a quadra de futebol da Engenheiros da Bola, no bairro Água Verde, por perturbar a vizinhança com o excesso de barulho. A decisão atende a uma ação civil pública do Ministério Público do Paraná (MP-PR), por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. A interdição da quadra, segundo o MP, foi feita com base nas solicitações da vizinhança da Rua Otávio Francisco Dias.

Além da empresa e dos res-

ponsáveis, a ação inclui o dono do terreno, que também é vizinho da quadra. Segundo Diogo Miró, proprietário da quadra, apenas um vizinho foi pessoalmente reclamar do barulho. Ele disse não ter recebido, ainda, nenhuma notificação oficial para fechar a quadra. Segundo a ação, caso as atividades não sejam cessadas imediatamente até a regularização, a empresa pode receber uma multa diária equivalente a R\$ 1 mil.

19 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Justiça quebra sigilos de Agnelo e Orlando Silva

2005 a 2010

■ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou ontem a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos dois últimos ministros do Esporte: Orlando Silva, que deixou o cargo no final de outubro, e o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). A decisão foi tomada pelo ministro Cesar Asfor Rocha, que atendeu a um pedido feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Rocha é relator do inquérito que investiga desvios de dinheiro no Ministério do Esporte por meio de ONGs.

O inquérito foi levado ao STJ por conta do foro privilegiado de Agnelo após a Operação Shaolin investigar as ONGs do policial militar João Dias Ferreira e levantar indícios de que o governador do DF recebeu R\$ 256 mil de propina por conta dos desvios no Ministério do Esporte. Ferreira acusou Orlando Silva de também receber propina. O policial e suas ONGs também tiveram os sigilos quebrados.

No pedido feito ao STJ, o procurador afirma que a quebra dos sigilos servirá para "averiguar a compatibilidade" dos patrimônios dos investigados com a renda declarada por eles. Gurgel ainda sugere na solicitação que será possível verificar se há eventuais coincidências

é o período em que os sigilos fiscal e bancário de Agnelo e Orlando será quebrado.

entre movimentações nas contas de Agnelo e Orlando e operações bancárias de Ferreira e suas ONGs. O período do sigilo a ser quebrado é de janeiro de 2005 a dezembro de 2010.

Outro lado

A assessoria de Agnelo disse que o governador "apoia" a quebra de sigilo e "encara com naturalidade" a decisão do STJ. "É uma oportunidade de elucidar as acusações que tentam lhe impor", informou, por meio de nota. "O STJ é um campo limpo e descontaminado das forças políticas que tentam criar falsas denúncias."

Segundo Antônio Carlos de Almeida Castro, advogado de Orlando, a investigação é "açodada", mas a quebra de sigilo "provará a inocência" de seu cliente: "É positiva". Wellington Medeiros, advogado de João Dias Ferreira, disse que a medida mostrará que o policial tem renda compatível com seu patrimônio.

GAZETA DO POVO

HUMBERTO TOMMASI

Empregados domésticos: novos direitos à vista

A grande mazela dos empregados domésticos é a informalidade dessa classe, que em sua absoluta maioria trabalha sem os registros de praxe, ficando à margem de qualquer proteção trabalhista ou previdenciária

A Previdência Social é o seguro do trabalhador brasileiro, protegendo o segurado e sua família do nascimento à morte. Como tem o objetivo de proteger a sociedade, que nunca vai parar de evoluir e de se modificar, a Previdência Social também nunca vai estagnar e constantemente deve passar por mudanças e ajustes. No entanto, o maior problema da Previdência Social no Brasil não é a falta de cobertura aos riscos sociais ou o atraso da legislação, mas sim a falta de credibilidade decorrente da péssima imagem divulgada pelo governo federal que insiste em alardear o falso déficit do sistema, que em verdade não existe.

Neste contexto, o que se deve fazer é trabalhar com educação previdenciária e inclusão previdenciária, adotando medidas que visem conscientizar a população sobre a importância de pagar as contribuições previdenciárias, quais os direitos e garantias de quem paga e quais as vantagens de se manter filiado ao sistema.

Na esteira do que é mais importante para a Previdência Social hoje, o Projeto de Lei 189/11, que pretende reduzir para apenas 5% a alíquota de contribuição dos empregados e empregadores domésticos (hoje em dia o empregado doméstico paga 8%, 9% ou 11%, dependendo do valor do salário e o empregador doméstico para 12%) e a Proposta de Emenda à Constituição 478/10, que pretende igualar em

direitos e garantias os empregados domésticos às demais categorias de empregados por meio da revogação do parágrafo único do artigo 7.º, da Constituição Federal de 1988, trilham o caminho correto para estimular a formalização dos contratos de trabalho e garantir o acesso a benefícios como o salário família, o FGTS e horas extras, até então negados à categoria dos domésticos.

Vale lembrar que a grande mazela dos empregados domésticos é a informalidade dessa classe, que em sua absoluta maioria trabalha sem os registros de praxe, ficando à margem de qualquer proteção trabalhista ou previdenciária. Pesquisas revelam que somente cerca de 30% dos empregados domésticos têm a Carteira de Trabalho devidamente assinada.

Deve-se trabalhar com educação previdenciária e inclusão previdenciária, adotando medidas que visem conscientizar a população sobre a importância de pagar as contribuições previdenciárias

Medidas como essas que visam não só aumentar direitos, mas estimular e facilitar o vínculo com a Previdência Social são de extrema importância para a saúde do sistema de Seguridade Social do país, garantindo dignidade e justiça social aos que dela mais necessitam, resgatando das garras do perverso assistencialismo milhões de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Humberto Tommasi, advogado, é especialista em Direito Previdenciário e sócio-diretor do Instituto Nacional de Ensino Jurídico Avançado (INEJA).

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

As taxas do nosso Detran (2) 19 NOV 2011

O anunciado aumento das taxas cobradas pelo Detran do Paraná culminou em duas aberrações jurídicas, cumulativas e simultâneas

Vimos na coluna anterior que o anunciado aumento das taxas cobradas pelo Detran do Paraná culminou em duas aberrações jurídicas, cumulativas e simultâneas. De um lado, a inaceitável justificativa governamental de que os valores cobrados em excesso serão destinados para outros serviços — no caso, para a segurança pública, que é uma atividade estatal já custeada pelos impostos pagos pelos súditos em geral — e, de outro, a extorsão em si consistente na desarrazoada remuneração de um serviço público prestado ao cidadão. A coluna prossegue com as lições de juristas e de tribunais pátrios sobre a espécie tributária denominada taxa, com o propósito de subsidiar o debate da questão, que promete ser acirrado.

“A taxa é um tributo cuja hipótese de incidência consiste numa atuação estatal, diretamente referida ao obrigado (o Estado fornece uma vacina, uma certidão, uma licença, uma dispensa, ou autoriza a pavimentação de uma rua). É uma atuação que o Estado desenvolve, em relação a essa referida pessoa. Portanto, podemos definir a taxa como tributo cuja hipótese de incidência é uma atuação estatal, diretamente referida ao obrigado (aquele que vai ser sujeito passivo).” (Geraldo Ataliba, em *Classificação Científica dos Tributos — Elementos de Direito Tributário*)

“Por fim, por imperatividade de constitucional, o serviço

público, para ser passível de tributação, deve ser ‘divisível’, implicando este fato na exigência de que o custo da atividade estatal seja dividido entre os seus vários usuários, efetivos ou potenciais, na proporção do uso, se for o caso, do serviço utilizado, ou por custo mínimo, se o serviço, embora não utilizado, for colocado à disposição. Porém, cabe realçar que sempre deve ser tomado por base de cálculo o aspecto econômico inerente ao serviço desempenhado, e o único possível para tanto é o “custo” da atividade a ser tributada. Não há hipótese de ser usada como base de cálculo para a taxa em questão outra que não seja o custo do serviço implementado.” (Luiz Antônio Ribeiro)

“A base de cálculo da taxa, dentro da melhor doutrina, deve ser valor ou parâmetro que meça, ainda que estimadamente, o custo da atuação estatal. O preceito, na prática, sem dúvida, apresenta dificuldades acentuadas, em muitos casos, máxime no que se refere ao exercício do poder de polícia.” (Eugênio Doin Viveira, em “Taxas — Algumas considerações propedêuticas”, publicado em *Direito Tributário — estudos em homenagem a Geraldo Ataliba*)

“O poder de taxar não pode chegar à desmedida do poder de destruir uma vez que aquele somente pode ser exercido dentro dos limites que o tornem compatível com a liberdade de trabalho, comércio e da indústria e com o direito de propriedade. É um poder, cujo exercício não deve ir até o abuso, o excesso, o desvio, sendo aplicável, ainda aqui, a doutrina fecunda do ‘détournement de pouvoir’.” (Ministro Orozimbo Nonato, do STF).

saraivaeadvogados@hotmail.com

20 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTROLE|CNJ FAZ NOVO PENTE-FINO NO JUDICIÁRIO DO PARANÁ

Produtividade cai apesar de recursos extras na Justiça

Dois anos depois de fazer um pente-fino no Judiciário paranaense, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) retorna ao estado a partir desta segunda-feira para conferir se as 113 determinações feitas ao Tribunal de Justiça estão sendo cumpridas. Nesse período, o TJ ganhou servidores e magistrados, instalou novas varas, fez investimentos e cortou benefícios indevidos. As melhorias, no entanto, não foram suficientes para o órgão atingir patamar nacional de qualidade em vários indicadores, mostra **Rosana Félix**. Além disso, a produtividade no julgamento de processos caiu.

20 NOV 2011

JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

CNJ retorna para checar metas

Desde 2009, TJ
contratou mais juízes
e servidores, instalou
novas varas, mas
ainda está abaixo do
patamar nacional

Rosana Félix

Desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inspecionou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) no fim de 2009, o órgão paranaense contratou mais servidores, mais magistrados, instalou novas varas, fez mais investimentos e cortou benefícios indevidos. As melhorias, entretanto, foram insuficientes para o Judiciário paranaense atingir o patamar nacional em vários indicadores. Além disso, a produtividade no julgamento de processos caiu. Para analisar situações como essa e o cumprimento de 113 determinações feitas pelo CNJ após a inspeção, uma equipe da Corregedoria Nacional de Justiça retorna ao Paraná a partir de amanhã.

Até sexta-feira, o CNJ vai percorrer diversas unidades judiciais do Paraná. Desta vez não será feita audiência pública ou atendimento individual, como ocorreu em 2009. Naquela ocasião, cerca de 500 pessoas procuraram a equipe do CNJ para apresentar reclamações — um recorde na época. A audiência foi acompanhada por 400 pessoas.

O relatório *Justiça em Números*, divulgado há três meses pelo CNJ, mostra que a taxa de congestionamento no TJ atingiu 40,6% em

2010. Isto é: o tribunal concluiu o julgamento de 104,2 mil processos no ano; houve o ingresso de 106,8 mil processos e havia 68,8 mil pendentes. Com isso, o Paraná foi o 15.º tribunal estadual mais lento do país, entre 27. A taxa de congestionamento ficou abaixo da média dos outros tribunais estaduais (48,2%), mas aumentou bastante em relação ao ano anterior. Em 2009, o Paraná registrou taxa de 28,7%.

A queda na produtividade ocorreu justamente em um ano em que o número de servidores aumentou 51% e o de magistrados cresceu 27%. Além disso, os investimentos no Judiciário também foram ampliados. Passaram de 0,41% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná para 0,44%. O valor, entretanto, ainda fica bem abaixo da média: 0,65%.

Salários

O pagamento de vantagens indevidas — um dos principais problemas do Judiciário paranaense, segundo o CNJ — foi reduzido, conforme informação do próprio TJ e também do Sindijus, o sindicato de trabalhadores da categoria. “A questão das discrepâncias salariais melhorou significativamente. Com o plano de cargos e salários aprovado no fim de 2010, as distorções foram corrigidas”, afirma o secretário-geral do Sindijus, Mario Cândido de Oliveira.

A folha de pagamento do Judiciário está aumentando, como costuma ocorrer em todo o serviço público. Em setembro de 2011, o gasto com ativos cresceu 40% em relação a setembro de 2010. Entretanto, o TJ também ampliou a retenção de valores que ultrapassam o teto constitucional (veja quadro).

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que em 2009 apontou vários problemas do Judiciário paranaense na audiência pública do CNJ, também avalia que houve avanços. “Houve melhoria significativa no volume de recursos investidos, e instalação de várias varas que haviam sido criadas há muito tempo. Também houve melhoria nos serviços de informática”, observa o presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb.

Entretanto, Glomb pondera que os serviços judiciais do Paraná ainda estão longe do ideal. “A agilidade no julgamento dos processos não é aquela que idealizamos. Além disso, o número de juízes não é suficiente. Atualmente, não há nenhum juiz substituto apto a ser nomeado.”

INTERATIVIDADE

Qual a sua opinião sobre as mudanças no TJ paranaense depois da inspeção do CNJ em 2009?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Lector.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

TIRANDO O ATRASO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2011

Desde a Inspeção do CNJ, em 2009, o Judiciário paranaense evoluiu, mas ainda não o suficiente para atingir a média brasileira na maioria dos indicadores.

	Comparação com o Brasil		Evolução do Paraná entre 2009 e 2010	
	Justiça Estadual brasileira	Justiça do Paraná		
Despesa em relação ao PIB	0,65%	0,44%		Mais investimentos, mas ainda bem menos que a média.
Despesa da Justiça Estadual por habitante (R\$)	123,57	89,47		Mais investimentos, mas ainda bem menos que a média.
Despesa com tecnologia	3,3%	5,8%		Em 2009, o Paraná investiu 4,9% da despesa total.
Despesa com pensionistas e aposentados	9,3%	18,2%		Menos despesas, mas ainda bem acima da média.
Magistrados por 100 mil pessoas	6,2	7		Acima da média brasileira.
Servidores efetivos por 100 mil pessoas	76	46		Aumentou 58%, mas ainda está abaixo da média.
Cargos em comissão	27%	35%		Pouca variação, mas ainda bem acima da média.
Número de computadores por usuário	0,91	1,29		Em 2009, taxa do Paraná era de apenas 0,92.
Taxa de congestionamento no 2º grau	48,2%	40,6%		Melhor que a média, mas bem acima da taxa de 2009 (28%).

Mais controle na folha

Uma das vantagens ilegais no poder público são pagamentos que extrapolam o teto constitucional, atualmente em R\$ 26,7 mil. O TJ aumentou o controle sobre esses pagamentos:

	Setembro de 2010	Setembro de 2011	Variação
Ativos	R\$ 27,8 milhões	R\$ 39,2 milhões	40%
Retenção do teto dos ativos	R\$ 18,4 mil	R\$ 91,8 mil	397%
Inativos	R\$ 11,6 milhões	R\$ 13,1 milhões	13%
Retenção do teto dos inativos	R\$ 61,6 mil	R\$ 372,3 mil	503%

Fonte: Justiça em Números 2010 (CNJ) e Portal da Transparência do TJ-PR.

Infografia: Gazeta do P



Prédio anexo do Tribunal de Justiça: após inspeção do CNJ em 2009, TJ paranaense teve de cumprir 113 determinações.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2011

PONTO A PONTO

O CNJ retorna ao Paraná para verificar se as situações irregulares detectadas em 2009 foram sanadas. Veja as principais:

- 1- Inconstância das fontes de receita do Fundo Judiciário para bancar pessoal.
- 2- Falta de regulamentação da lei do regime jurídico dos servidores.
- 3- Falta de transparência na composição das verbas salariais.
- 4- Pagamento de serviço extraordinário para inflar salários.
- 5- Gratificação por dedicação exclusiva (TIDE) paga irregularmente.
- 6- Verba de representação paga irregularmente a assessores jurídicos.
- 7- Concessão indevida de encargos especiais.
- 8- Gratificação de representação de gabinete concedida indiscriminadamente.
- 9- Pagamento irregular de serviço extraordinário.
- 10- Pagamentos devidos a servidores inativos.
- 11- Gratificação de risco de vida paga a 44,3% dos servidores do TJ-PR.
- 12- Desvio de função de servidores.
- 13- Incompatibilidade para ocupação de cargos em comissão.
- 14- Servidores nomeados irregularmente para cargos em comissão.
- 15- Porcentual elevado (72%) de comissionados que não são servidores.
- 16- Servidores com dupla lotação.
- 17- Prática de nepotismo.
- 18- Falha na instrução processual das concessões de diárias.
- 19- Procedimento Impróprio para concessão de diárias.
- 20- Pagamento de diárias integrais em vez de meia diária.
- 21- Valores de diárias que superam o teto concedido ao STF (R\$ 614).
- 22- Contratos de informática lesivos ao erário.
- 23- Projeto básico de licitação ausente ou deficiente.
- 24- Objeto do contrato é demasiadamente amplo.
- 25- Falta de documentação essencial à contratação.
- 26- Impossibilidade de inexigibilidade de licitação.
- 27- Ausência de elementos formais essenciais.
- 28- Aquisição de objeto distinto mediante renovação contratual.
- 29- Ausência de cláusulas que garantam boas práticas.
- 30- Pagamentos realizados sem cobertura contratual.
- 31- Falta de medidas saneadoras para erros apontados pelo TC.
- 32- Falta de licitações.
- 33- Renovações contratuais irregulares.
- 34- Pagamento de despesas não previstas em contratos de locação.
- 35- Exigências indevidas nos editais de licitação.
- 36- Gastos desnecessários com a construção do Anexo do TJ.
- 37- Ausência de previsão no edital do ponto eletrônico.
- 38- Ausência de previsão de compensação de horas com tercelizados.
- 39- Contrato de serviço continuado limitado ao ano orçamentário.
- 40- Registro de preços para serviços contínuos injustificado.
- 41- Prorrogação contratual informal, sem os devidos aditivos.
- 42- Vigência indeterminada de cessão de uso de imóvel.
- 43- Espaços do edifício-sede ocupados por outras entidades.
- 44- Contratação emergencial indevida de serviços de garçom.
- 45- Ausência de contingenciamento de valores nos contratos tercelizados.
- 46- Falta de planilhas detalhadas para serviços tercelizados.
- 47- Licitações sem limite de 5% para despesas administrativas.
- 48- Ausência de comprovação de tercelizadas do pagamento dos salários.
- 49- Assimetrias na distribuição de funcionários no TJ-PR.
- 50- Falta de publicidade na distribuição dos funcionários.
- 51- Insuficiência do controle de carga e restauro de autos extraviados.
- 52- Conflitos internos de competência entre as frações julgadoras.
- 53- Processos com excesso de prazo.
- 54- Descontrole de prazo dos processos administrativos disciplinares.
- 55- Falta de estatização dos cartórios (serventias) judiciais.
- 56- Cartórios do Fórum Cível de Curitiba em espaços minúsculos.
- 57- Sistema informatizado precário na Comarca de Curitiba.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2011

- 58**— Falta de oficiais de Justiça nas varas de Fazenda da capital.
- 59**— Processos nas mãos de advogados desde 2002, sem devolução.
- 60**— Falta de distribuição automática de processos nas varas de Fazenda.
- 61**— Falta de estrutura das varas de Família de Curitiba.
- 62**— Insalubridade nas salas de audiências criminais e morosidade.
- 63**— Sentenças em atraso no 6º Juizado Cível de Curitiba.
- 64**— Alojamento inadequado dos Juizados especiais em Curitiba.
- 65**— Falta de equipamentos e mão de obra na Vara da Mulher.
- 66**— Fragilidades na distribuição de processos.
- 67**— Processos aptos para conclusão represados em Araucária.
- 68**— Carência de servidores das varas criminais do estado.
- 69**— Falta de informatização das varas de infância e juventude.
- 70**— Falta de local seguro para guardar bens apreendidos.
- 71**— Falta de material de expediente, como telefonia no Fórum de Londrina.
- 72**— Necessidade de correição na Vara da Infância e Juventude de Londrina.
- 73**— Varas criadas e ainda não implantadas.
- 74**— Instalações em Paranaguá inadequadas para a demanda.
- 75**— Falta de Central de Mandados em Ponta Grossa.

CONTINUA

20 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EXPLICAÇÃO

TJ diz que trabalha para cumprir pontos

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) afirmou, por meio de nota, que está "trabalhando incansavelmente" para cumprir todos os 113 pontos questionados pelo CNJ. O tribunal ressalta ainda que os dados referentes a julgamentos em 2011 são bem melhores do que os de 2010. De janeiro até novembro, o órgão conclui o julgamento de 109 mil processos, 5 mil a mais do que em todo o ano passado.

A nota, enviada por meio da assessoria de imprensa, informa que "alguns dos 113 pontos ainda estão a receber atenção desta corte, com vistas ao integral atendimento dentro de prazo razoável", mas a intenção é cumprir integralmente com todas as recomendações.

Segundo o TJ, já foram estatizadas 16 unidades judiciais – o CNJ havia determinado a estatização dos cartórios, mas algumas das iniciativas estão paralisadas por causa de decisões judiciais. O TJ informa ainda que já instalou 41 novas unidades judiciais, entre elas quatro varas de Fazenda em Curitiba – dobrando o número que existia até julho deste ano. (RF)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2011

FUNCIONÁRIOS

Paraná tem mais cargos em comissão do que a média no Brasil

O levantamento *Justiça em Números 2010* mostra que o Judiciário paranaense tem um percentual bastante elevado de cargos comissionados em relação aos cargos efetivos. São 35%, contra 27% da média nacional. Essa taxa pode ficar ainda maior, caso a Assembleia Legislativa paranaense aprove um projeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça (TJ), o qual prevê a criação de 787 cargos comissionados para assessoramento de juízes.

"Embora o TJ tenha a boa intenção de resolver um problema com a contratação imediata, a melhor opção é o concurso público", afirma o presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb. O presidente do tribunal, Miguel Kfourl Neto, alegou que o

salário não é muito alto para reter servidores, e que a contratação de comissionados permite aos juízes escolherem gente de sua confiança.

"Acho que os vencimentos não serão impedimento para que haja um grande número de candidatos. Além disso, no Judiciário é fundamental que os cargos sejam providos pela qualificação técnica", acrescentou Glomb.

Para o secretário-geral do Sindjus, Mario Cândido de Oliveira, Kfourl faz um pré-julgamento. "O importante é que o TJ faça concurso e ofereça um bom plano de cargos e salários para todas as funções. Com as perspectivas de ascensão, todos vão querer fazer carreira no tribunal." (RF)

2 0 NOV 2011

GAZETA DO POVO
NOTA POLÍTICA

Homenagem

O ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), receberá o título de Cidadão Honorário do Paraná em sessão solene na Assembleia Legislativa do Paraná amanhã. A proposta partiu do deputado estadual Fábio Camargo (PTB).

20 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CIGARRO

Proibição de propaganda é derrubada

■ O desembargador Marcos Moura, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, suspendeu os efeitos da Lei 711 de 2011, do município de Cornélio Procópio, que proibia a exposição de publicidade de produtos derivados de tabaco nos pontos de venda. Com isso, perdem validade eventuais sanções já aplicadas a estabelecimentos e ficam proibidas novas autuações e multas. Na decisão, o desembargador sustenta que a imposição desse limite é atribuição exclusiva da União, por força constitucional.

GAZETA DO POVO

José Lúcio Glomb

XXI Conferência Nacional dos Advogados

20 NOV 2011

O grande encontro nacional dos advogados

Da mesma forma que em 1978 foi a OAB a responsável por chamar a atenção do país para a democracia e a liberdade necessárias, agora ela mais uma vez saberá se posicionar nas complexas situações em que somos exigidos a nos pronunciar

Esta noite, no Grande Auditório do Teatro Positivo, terá início o maior evento jurídico das Américas. Mais de 6 mil advogados brasileiros estarão reunidos na 21.ª edição da Conferência Nacional dos Advogados, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil. A cidade já vive o clima do grande encontro, com os participantes visitando os pontos turísticos da cidade, movimentando diversos segmentos da nossa economia.

Esta é a segunda vez que Curitiba recebe a Conferência Nacional, depois de haver sediado a 7.ª edição, em 1978. Naquela época, a OAB, liderada nacionalmente por Raimundo Faoro e, no Paraná, por Eduardo Rocha Virmond, assumiu uma posição desassombrada, pregando o retorno das garantias individuais e do Estado Democrático de Direito.

De fato, a partir da Conferência, por uma sucessão de fatores, o país começou a mudar, de tal forma que, dez anos depois, uma nova Constituição Federal foi promulgada, restabelecendo na plenitude a vigência da democracia e do estado de Direito. Em 1994 o Paraná voltou a sediar o encontro nacional dos advogados, em Foz do Iguaçu, evento organizado por Roberto Busato, hoje ex-presidente do Conselho Federal da OAB.

Os assuntos que a Conferência de 2011 vai discutir são empolgantes. Iremos debater sobre Democracia, Liberdade e Meio Ambiente, bem como os problemas institucionais do país e os que se referem aos advogados e à advocacia.

Entre os assuntos de interesse geral, temos diversas questões para discutir. A corrupção, por exemplo, este grande mal que se instala em todos os níveis da administração pública brasileira. Nossos administradores públicos preocupam-se com o daqui para frente, como se a civilização estivesse sendo iniciada em sua gestão. Falta-nos planejamento e, exatamente por isso, não temos memória do que foi feito, do que é necessário fazer. Urge pensarmos num curso de administração pública para quem pretenda gerir algum órgão governamental.

Chegam às dezenas as denúncias, as ações impetradas pelo Conselho Federal e pelas seccionais em todo o país para impor a lei em nome de toda a sociedade brasileira.

Este é um papel que nos cabe e dele não abrimos mão

para que ajudemos a encontrar formas eficientes de combater a corrupção, sem darmos margem a que prevaleça a impunidade.

Sem que o bom, o honesto, aquele que deseja construir um Brasil melhor, acabe como vilão. Hoje, a coragem e o destemor dos que denunciam recebe a carga pesada de alguns dos denunciados ou a desprezível, a cínica indiferença de outros tantos.

Precisamos também analisar as causas da violência e as maneiras de neutralizá-las, porque a violência é uma desgraça sem tamanho, em todas as suas manifestações. Nas periferias ou nos centros urbanos degenerados. No trânsito e no lar.

Não podemos admiti-la porque, ao fazê-lo, iríamos ser obrigados a aceitar o fracasso do ser humano e da civilização que procurou criar. A miséria e a violência já chegaram às cidades médias, antes prósperas e pacatas, hoje tão assombradas quanto às populações das metrópoles, a viver seu dia a dia como se fosse a véspera da tragédia.

Entre os temas mais caros aos advogados, temos as questões relativas às prerrogativas profissionais, constantemente ameaçadas por alguns — poucos, mas insistentes — que não admitem a independência da nossa profissão, tão necessária para a garantia dos cidadãos, como há pouco reiterou o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário que discutia a legalidade do Exame de Ordem, assim como o direito da OAB em realizar as provas.

Vamos falar dos honorários advocatícios, sustentáculo financeiro da advocacia, também ameaçados por quem não sabe que são eles que garantem a independência dos profissionais do Direito.

Há muito a trabalhar, a discutir, a encaminhar. Da mesma forma que em 1978 foi a OAB a responsável por chamar a atenção do país para a democracia e a liberdade necessárias, tenho certeza que, agora, ela mais uma vez saberá se posicionar nas complexas situações em que somos exigidos a nos pronunciar.

A OAB tem sido intransigente, no Brasil e no Paraná, em denunciar os grandes problemas que nos afligem, mesmo porque a população espera que a nossa entidade se pronuncie sempre de maneira firme e eficaz em tais questões. Desta responsabilidade, não fugiremos. Pelo contrário, estamos dispostos a fazer mais, a fazer sempre.

Só assim a nossa classe não terá lutado em vão, na busca pelos ideais mais elevados que fundamentam a nossa profissão.

José Lúcio Glomb é presidente da OAB Paraná.

GAZETA DO POVO

XXI Conferência Nacional dos Advogados

CONGRESSO DA OAB
REÚNE 7 MIL PESSOAS E
EXPOENTES DO JUDICIÁRIO

Evento da OAB começa hoje

Após 33 anos, a capital paranaense será novamente anfitriã do maior encontro da advocacia brasileira

Pollianna Milan

A 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que ocorre em Curitiba, começa hoje com uma festa de abertura e se estende até a manhã de quinta-feira. As palestras iniciam na segunda-feira pela manhã, com a conferência magna a ser proferida pelo advogado Dalmo Dalari sobre o tema principal do evento: *Liberdade, Democracia e Meio Ambiente*. Os painéis centrais, especiais e paralelos começam na segunda à tarde, sempre das 14h30 às 18h30. Nos outros dias serão apresentados também painéis pela manhã (das 8h30 às 12h30).

Haverá 120 palestrantes e 20 painéis principais. Um dos destaques deste ano são os debates que acontecem no último dia: haverá um palestrante a favor e outro contrário a determinado posicionamento. Os três assuntos a serem debatidos são *Cotas Raciais e Sociais, Proteção Ambiental e Desenvolvimento e Controle da Comunicação*. A conferência magna de encerramento é com o advogado Luis Roberto Barroso, sobre *Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana*.

O número de inscritos no evento já superou a marca dos

anos anteriores, com cerca de 7 mil pessoas. A conferência dos advogados acontece a cada três anos e a última realizada em Curitiba foi em 1978, quando uma manifestação durante o evento resultou na restauração do *habeas corpus* — naquele momento o Brasil passava pela redemocratização.

Entre os palestrantes estão o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski; os ministros do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, Carlos Ayres Brito, Gilmar Mendes, José Antonio Toffoli e Luiz Fux; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon; o ministro da Educação, Fernando Haddad; a antropóloga Débora Diniz; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Além das palestras, o evento contará com uma programação cultural: bate-papo com o jornalista Laurentino Gomes (autor dos livros *1808* e *1822*), com o colunista esportivo Juca Kfourir e com o humorista João Claudio Moreno. Haverá ainda shows do grupo Titãs e do cantor Toquinho.

Serviço

A Conferência Nacional dos Advogados acontece no Centro de Convenções ExpoUnimed (Universidade Positivo, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Campo Comprido — Curitiba). As inscrições custam R\$ 150 para estudantes e R\$ 350 para advogados e outros interessados. Será ofertado certificado de participação com carga horária de 50 horas. A *Gazeta do Povo* fará a cobertura da conferência em tempo real pela Internet (www.gazeta-dopovo.com.br). Comentários podem ser enviados pelo Twitter ([#confoab](https://twitter.com/confoab)).

20 NOV 2011



José Antonio Toffoli, ministro do STF, falará sobre a presunção da inocência

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2011

PROGRAMAÇÃO

Confira quais serão os painéis centrais do evento e os debates do último dia:

21 DE NOVEMBRO

Das 14h30 às 18h30

- 1: Direitos Políticos
- 2: Segurança Pública
- 3: Direito de Liberdade
- 4: Direitos e Garantias do Investigado, Indiciado e Réu

22 DE NOVEMBRO

Das 08h30 às 12h30

- 5: Direito de Igualdade
- 6: Direito Social à Educação
- 7: Direito Administrativo
- 8: Processo Civil, Celeridade e Direito de Defesa

Das 14h30 às 18h30

- 9: Direito Tributário
- 10: Direito à Saúde e à Alimentação
- 11: Direito do Consumidor
- 12: Direitos e Garantias dos Advogados

23 DE NOVEMBRO

Das 8h30 às 12h30

- 13: Direito de Propriedade
- 14: Direito Social do Trabalho
- 15: Direito Ambiental
- 16: Judiciário, Ministério Público e Democracia

Das 14h30 às 18h30

- 17: Dignidade e Direitos Humanos
- 18: Direitos da Família, da Criança, do

- Adolescente e do Idoso
- 19: O Problema da Eficácia dos Direitos Sociais
- 20: A Nova Realidade do Exercício da Advocacia

DEBATES -

24 DE NOVEMBRO

Das 9 às 11 horas

- Cotas Raciais e Sociais
- Proteção Ambiental e Desenvolvimento
- Controle da Comunicação

A **Gazeta do Povo** publica produção especial sobre o evento no site: www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conferenciaoab

20 NOV 2011

GAZETA DO POVO PASSANDO DOS LIMITES

O pouco comprometimento dos vereadores da Câmara Municipal de Curitiba na condução das investigações das denúncias que pesam contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), passou dos limites na última quarta-feira, com o arquivamento de uma delas pelo Conselho de Ética do Legislativo. Sob a alegação de falta de provas, em sucintas duas páginas e baseando-se apenas em notas fiscais, o relator do caso, o vereador Dirceu Moreira (PSL), teve aprovado seu relatório, no qual investigava denúncia envolvendo contrato do Legislativo com a revista *Câmara em Ação*. Tal publicação consumiu R\$ 18,3 milhões entre 2003 e 2010. Sobre ela pairam dúvidas sobre a quantidade de exemplares impressos.

A possibilidade de que tenham sido cometidas irregularidades em contratos de publicidade no Legislativo curitibano é coisa grave e merece ser apurada com o máximo empenho e seriedade. Os parlamentares não podem, através de meias palavras e discursos evasivos, se omitir e recusar o seu papel fiscalizador. A omissão dos parlamentares de Curitiba chega a adquirir contornos de má-fé e demonstra a irresponsabilidade na fiscalização do uso de dinheiro público, ainda mais num momento no qual o Ministério Público acaba de propor uma ação civil pública contra Derosso, sua mulher e outros acusados. O MP ingressou em Juízo com ação na qual pede que ele seja afastado da presidência da Câmara, seus bens bloqueados e que devolva R\$ 5,9 milhões, em razão da denúncia de irregularidade na contratação da empresa Oficina da Notícia, de propriedade de sua esposa.

A atuação do MP deve servir como um sinal de alerta aos vereadores. Pois, embora não seja possível confundir a fiscalização política que deve ser realizada pelos parlamentares, com o controle judicial realizado pelo MP, fica difícil não concluir que falta vontade dos vereadores em se posicionar sobre as denúncias. Se o MP

vier a propor novo processo contra Derosso, por causa do contrato da Câmara para a revista *Câmara em Ação*, a imagem do Legislativo ficará ainda mais abalada. Isso porque, nesse caso, os parlamentares arquivaram a denúncia por falta de provas.

Não é porque o foco das denúncias passou para a esfera judicial que os vereadores podem continuar com a "operação abafa", empurrando uma decisão sobre o caso para o próximo ano. Desde que surgiram as primeiras denúncias, passaram-se quatro meses sem qualquer resposta clara para a sociedade. Se a ideia era jogar com o tempo e o esquecimento, a estratégia foi frustrada com a iniciativa do MP. Os vereadores continuam tendo o dever de prestar contas à sociedade dos atos que ocorrem naquela Casa de Leis. E é isso que se espera que seja feito ainda antes do fim deste ano legislativo.

Curioso notar, entretanto, que na ação civil pública o MP teve uma preocupação que até agora os vereadores não tiveram. O órgão pediu o afastamento cautelar de Derosso a fim de evitar que testemunhas possam ser, ainda que indiretamente, intimidadas durante o processo. Entendeu também que a medida seria necessária pela ameaça que sofre o Poder Legislativo municipal de ser conduzido ao descrédito caso as irregularidades não sejam devidamente esclarecidas e os envolvidos responsabilizados. A entrada para valer do Ministério Público no imbróglio do Legislativo municipal pode também ter o condão de sacudir a letargia com que os vereadores vêm se conduzindo. É o que espera a sociedade curitibana e o que será cobrado no próximo ano, quando ocorrerão eleições para a renovação das prefeituras e das câmaras.

A omissão dos parlamentares de Curitiba chega a adquirir contornos de má-fé e demonstra a irresponsabilidade na fiscalização do uso de dinheiro público

20 NOV 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Derosso 1

Sempre tive esperança de que, se tivesse um local de onde poderíamos esperar seriedade, seria da Justiça, mais precisamente do Ministério Público nesse episódio vergonhoso do escândalo na Câmara Municipal de Curitiba. Agora o MP do Paraná entrou com ação de improbidade administrativa, solicitando o afastamento do presidente da Câmara e bloqueio de seus bens, para ressarcir os cofres públicos. E certamente o processo avançará nas demais esferas da Justiça, pois estamos em momento propício à moralidade neste país. Como é que estão se sentindo os vereadores "aliados" agora, que nada acharam de anormal em toda a maracutaia?

Claudio Todeschini

Derosso 2

A política brasileira, em qualquer esfera, é uma comédia ou uma tragédia, é como deixar a raposa cuidando do galinheiro. Vai desde colocar companheiros para investigar o acusado até a presidente chorar ao anunciar um plano para quem precisa como se fosse uma dádiva e não uma obrigação de qualquer governo. Sempre digo isso: se todos os políticos do Brasil deixassem de desviar um centavo que fosse por um dia esse país seria bem melhor.

Antônio Cesar dos Santos

Derosso 3

É nítida a interferência de Derosso nas investigações. A cumplicidade dos vereadores é vergonhosa. Espero que a população e a imprensa cumpram seu papel de exigir a posição de cada vereador, sem empurrar com a barriga. Enquanto os vereadores nada fazem, o presidente deveria ser afastado pela Justiça, já que não há dúvidas da contratação ilegal. Além disso, existem outras sérias acusações que estão sendo arquivadas, ou estão com andamento bastante moroso para que caiam no esquecimento.

Ana Paula Bittencourt

CELSONASCIMENTO

Câmara atropelada 1

Do ponto de vista político, o presidente da Câmara, vereador João Claudio Derosso, vinha ganhando a briga com seus colegas vereadores devidamente sob controle, mantém-se impavido no cargo, apesar de todas as denúncias que pesam contra ele. Além disso, o assunto vinha também perdendo relevância. Entretanto, na última quinta-feira, apareceu motivo grave para abater suas esperanças.

Câmara atropelada 2

O motivo foi a ação por improbidade anunciada pelo Ministério Público Estadual, que, ao fazer investigações próprias, convenceu-se quanto às irregularidades na gestão dos R\$ 31,5 milhões empenhados nos contratos de propaganda firmados por Derosso. E por isso pede à Justiça que determine seu afastamento da presidência para evitar que crie mais embaraços na apuração.

Câmara atropelada 3

A ação do MP distribui seu peso para outros lados também. Ela serve para aprofundar a falta de credibilidade da Câmara e de seus vereadores, que ao longo de quatro meses recusaram-se a adotar medidas efetivas para esclarecer todos os fatos e constatar as ilegalidades, punir os responsáveis. A Câmara foi atropelada também pelo Tribunal de Contas, muito mais ágil e preciso na apuração e identificação dos desvios.

GAZETA DO POVO

REAFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA

21 NOV 2011

A Conferência dos Advogados, que começou ontem em Curitiba, é um indicador de caminhos. Não apenas para os advogados e juristas, mas para toda a sociedade

A 21.ª Conferência dos Advogados do Brasil, que começou ontem em Curitiba, tem tudo para ser tão importante quanto a última realizada por aqui, em 1978, mesmo com um cenário político tão diferente. Naquela edição, a sociedade civil organizada teve a coragem de voltar a discutir publicamente a importância do habeas corpus, uma garantia constitucional que havia sido negada aos brasileiros com a implantação da ditadura militar.

Com a participação de juristas renomados e de ministros dos tribunais superiores brasileiros, como do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, esta é uma oportunidade única de discutir e de criar uma agenda brasileira sobre temas de relevância que transcendem a área jurídica e dizem respeito aos rumos que o Brasil pode tomar nos próximos anos.

É bem verdade que nesses 33 anos muitas garantias para os cidadãos foram conquistadas, principalmente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a chamada Constituição Cidadã, que assegura uma série de direitos fundamentais aos brasileiros e que constam em cláusulas pétreas, ou seja, jamais poderão ser extintos.

Mas também é verdade que o país assistiu, e ainda assiste, a diversas ameaças a seu ainda jovem Estado Democrático de Direito. E, nessas oportunidades, não faltaram vozes da sociedade civil organizada a lutar por seus direitos. Exemplos há vários. Como os carapintadas que, em 1992, saíram às ruas pedindo o afastamento do então presidente Fernando Collor de Melo, com a força de entidades como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a presidência nacional da OAB. Regionalmente, o caso mais recente foi o movimento "O Paraná que Queremos", capitaneado pela OAB-PR e acompanhado por inúmeras entidades da sociedade civil, que reuniu milhares de pessoas na busca de moralização da Assembleia Legislativa paranaense.

Foram muitas as conquistas, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado para amadurecer nossa democracia. A queda da Lei da Imprensa e casos de cerceamento de liberdade de expressão, como a proibição ao jornal *O Estado de S. Paulo* de publicar reportagens a respeito de Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney, mostram o quanto é necessário debater os diversos assuntos que fazem parte do fortalecimento de nossas instituições e sociedade.

E não só isso. Como dar efetividade a todos os direitos garantidos no papel, mas que na prática não saem do discurso? Como fazer, por exemplo, que a saúde, garantia social e fundamental assegurada pela Constituição, se torne uma realidade para todos os brasileiros?

Além disso, dentro da esfera jurídica, a Conferência terá papel vital no debate sobre a lisura do Judiciário, na ação do Conselho Nacional de Justiça — tão discutida hoje pelos seus membros e pelas associações de magistrados — como apontador de possíveis falhas desse Poder e de proposição de medidas para seu saneamento.

O próprio presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, em reportagem à *Gazeta do Povo*, demonstrou a preocupação da organização do evento ao afirmar: "Não vivemos mais esta época [da ditadura], mas temos, mesmo assim, muitos assuntos importantes a serem tratados, como o Estado Democrático de Direito".

A Conferência é, sem dúvida, um indicador de caminhos. Não apenas para os advogados e juristas, mas para toda a sociedade. Precisamos todos pensar nesses temas tão fundamentais para a definição dos rumos do país. Deste encontro para a apresentação e a confrontação de ideias — que o Paraná tem o orgulho de receber — sairão um retrato do pensamento jurídico do Brasil e as linhas de ação que farão tais ideias se irradiarem pela sociedade. Que a conferência vá muito além de um debate que interessa a uma entidade de classe; que seja, tal qual em 1978, um outro passo fundamental para a consolidação da democracia nacional.

21 NOV 2011

GAZETA DO POVO

XXI Conferência Nacional dos Advogados

JUSTIÇA

Painel sobre liberdade abre evento na capital

CONFERÊNCIA DA OAB TRAZ PAINÉIS COM MINISTRO DA JUSTIÇA E MEMBROS DO STF

Começam hoje pela manhã as palestras da 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que está sendo realizada em Curitiba e irá até a próxima quinta-feira. A conferência magna a ser proferida pelo advogado Dalmo Dallari sobre o tema principal do evento: *Liberdade, Democracia e Meio Ambiente* será a primeira palestra. Já os painéis centrais, especiais e paralelos começam hoje à tarde, sempre das 14h30 às 18h30. Nos outros dias serão apresentados

também painéis pela manhã (das 8h30 às 12h30).

Ontem foi realizada a festa de abertura da Conferência, que reúne 7 mil inscritos. Serão 120 palestrantes e 20 painéis principais. Entre os palestrantes estão o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski; os ministros do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, Carlos Ayres Brito, Gilmar Mendes, José Antonio Toffoli e Luiz Fux; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a corregedora do Conselho Nacional de Justiça,

Eliana Calmon; o ministro da Educação, Fernando Haddad; a antropóloga Débora Diniz; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

A conferência magna de encerramento é com o advogado Luis Roberto Barroso, sobre Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana.

SERVIÇO

A Conferência acontece no Centro de Convenções ExpoUnimed (Universidade Positivo, Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Campo Comprido). As inscrições custam R\$ 150 para estudantes e R\$ 350 para advogados e outros interessados.

PROGRAMAÇÃO

Confira quais serão os painéis centrais do evento e os debates do último dia:

HOJE

Das 14h30 às 18h30

- 1: Direitos Políticos
- 2: Segurança Pública
- 3: Direito de Liberdade
- 4: Direitos e Garantias do Investigado, Indiciado e Réu

AMANHÃ

Das 08h30 às 12h30

- 5: Direito de Igualdade
- 6: Direito Social à Educação
- 7: Direito Administrativo
- 8: Processo Civil, Celeridade e Direito de Defesa

Das 14h30 às 18h30

- 9: Direito Tributário
- 10: Direito à Saúde e à Alimentação
- 11: Direito do Consumidor
- 12: Direitos e Garantias dos Advogados

QUARTA-FEIRA

Das 8h30 às 12h30

- 13: Direito de Propriedade
- 14: Direito Social do Trabalho
- 15: Direito Ambiental
- 16: Judiciário, Ministério Público e Democracia

Das 14h30 às 18h30

- 17: Dignidade e Direitos Humanos
- 18: Direitos da Família, da Criança, do

Adolescente e do Idoso

- 19: O Problema da Eficácia dos Direitos Sociais
- 20: A Nova Realidade do Exercício da Advocacia

DEBATES—

QUINTA-FEIRA

Das 9 às 11 horas

- Cotas Raciais e Sociais
Proteção Ambiental e
Desenvolvimento
Controle da Comunicação

21 NOV 2011

GAZETA DO POVO

STF fará audiências sobre Lei Seca

! A Lei Seca será tema de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. A determinação é do ministro Luiz Fux, relator da ação que contesta a constitucionalidade do texto. O objetivo das audiências é esclarecer todos os pontos da lei que vão além da área jurídica antes de levar o caso a julgamento, entre eles os efeitos da bebida alcoólica no organismo e na condução de veículo, se a Lei Seca já trouxe benefícios concretos desde que entrou em vigor e o número de acidentes e prisões devido à embriaguez ao volante. Os interessados — pessoas jurídicas sem fins lucrativos — têm até as 20 h do dia 9 de dezembro para se manifestar pelo e-mail gabinete@luizfux@stf.jus.br.

Grupo propõe punição para embriagados

! Uma caminhada realizada ontem no Parque Ibirapuera, em São Paulo, lembrou as vítimas de acidentes de trânsito em todo o país. Além de chamar a atenção para a necessidade de medidas capazes de prevenir acidentes de trânsito, os participantes da caminhada promovida pelo movimento União em Defesa das Vítimas de Violência começaram a recolher assinaturas para uma proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, pedindo punição mais severa para os motoristas que dirigirem embriagados. Em 45 dias, o movimento conseguiu recolher quase 200 mil assinaturas.

Passeata lembra o Dia da Consciência Negra

! Cerca de 600 pessoas participaram de uma passeata ontem, em São Paulo, para lembrar o Dia da Consciência Negra e pedir por mais políticas públicas voltadas para jovens negros. O ato teve início no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e depois os manifestantes seguiram em passeata até o Largo do Paissandu, no centro da cidade. A passeata protestou contra o extermínio de jovens negros.

TRIBUNA DO PARANÁ

Processo 19 NOV 2011

Cláudia e Derosso se conheceram em 2004. Declaração vai contra depoimento da jornalista na CPI da Câmara

Ex conta tudo

Ana Carolina Bendlin e Roger Pereira

A novidade apresentada pela ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), é o depoimento do ex-marido de sua atual esposa, Cláudia Queiroz Guedes. Ele afirma que o casal se conhecia desde 2004. Além de Derosso, estão citados na ação a Cláudia e sua empresa, a Oficina de Notícias, e quatro funcionários da casa.

A declaração vai contra o depoimento de Cláudia na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara na segunda-feira. O MP e a CPI apuram denúncias de irregularidades na contratação de agências de publicidade para prestação de serviços para a Casa, em 2006. A empresa de Cláudia foi uma das vencedoras da licitação.

Antes da licitação

O ex-marido de Cláudia declara que ela e Derosso mantinham relações profissionais muito antes da abertura da licitação. De acordo com a ação, "o declarante acredita que Cláudia começou a trabalhar para o vereador Derosso aproximadamente em 2004 (...) que durante esse período, o declarante se recorda que Derosso em algumas ocasiões chegou, inclusive, a telefonar para sua ex-esposa fora do horário de expediente para tratar de assuntos relativos à assessoria de imprensa".

Para a promotora responsável pelo caso, Danielle Gonçalves Thomé, o depoimento do ex-marido de Cláudia é o "argumento mais contundente, que comprova que já se conheciam". As informações na ação levam a crer que, na época da licitação, Derosso sabia que Cláudia estava nomeada na Câmara ao participar da concorrência. "O maior problema da história era ela ser funcionária da Câmara quando foi feita a licitação, o que é expressamente vedado pela lei", explica a promotora. Desta forma, Derosso e os funcionários da Câmara citados na ação teriam cometido negligência ao "deixar de verificar o mínimo que a lei determina".

Mais uma contradição

Os vereadores da CPI que investiga os contratos de publicidade da Câmara visitaram, ontem, a Idealgraf, uma das gráficas responsáveis pela impressão do informativo "Câmara em Ação". A principal dúvida dos parlamentares era a capacidade de imprimir cerca de 200 mil exemplares mensais, a tiragem média do informativo. De acordo com o proprietário da empresa, Pedro Amaro Gomes, a gráfica tem capacidade técnica para rodar essa tiragem. De acordo com Gomes, o "Câmara em Ação" era impresso em papel imune, produto constitucionalmente isento de impostos, que pode ser usado exclusivamente na produção de livros e periódicos de caráter informativo, não publicitário. Essa afirmação derruba a tese de Adalberto Gelbecke Júnior, sócio-proprietário da Visão Publicidade, que argumentou que o "Câmara em Ação" era um folder, não uma revista ou jornal e, por isso, estava dispensado do expediente.

19 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Briga de vizinhos para na Justiça

Karla Losse Mendes

Uma cancha de futebol na Rua Otávio Francisco Dias, no Água Verde, foi interditada pela Justiça. De acordo com o Ministério Público, a decisão liminar foi tomada pelo juiz Juan Daniel Pereira Sobreiro, da 6.ª Vara da Fazenda Pública, em ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente após denúncia dos moradores de poluição sonora e estacionamento irregular.

Uma moradora, que não quis ser identificada, afirmou que o barulho incomoda, mas que o maior transtorno é causado pelos usuários, que ficam bebendo e falando alto nas calçadas em frente às casas até a madrugada. Inicialmente, o que foi informado aos moradores é que a cancha funcionaria até as 22h e não teria autorização para a venda de bebidas alcoólicas. Os limites, no entanto, foram descumpridos com o passar do tempo e o estabelecimento fica aberto até a 1h da madrugada, concentrando pessoas alcoolizadas no local.

Outro lado

O proprietário da cancha, Diogo Miró, afirmou que tem feito todo o possível para solucionar o problema. Segundo ele, o principal reclamante seria seu vizinho do lado, a quem teria oferecido a instalação de janela com proteção acústica e aumentar o muro até o limite permitido na tentativa de minimizar o barulho.

Miró alega que não pode fechar o estabelecimento às 22h porque este é o horário de maior movimento. Ele afirma, no entanto, que estabeleceu o limite de 0h30 para o funcionamento durante a semana e 20h aos fins de semana.

O proprietário também conta que não permite música alta após as 22h e solicita aos clientes que não permaneçam nas calçadas. "Há apenas o barulho de jogo de futebol." Sobre o estacionamento irregular, Miró admite que o problema existia, mas afirmou que vem fazendo campanha educativa com os clientes e pede para que retirem os carros das calçadas.

20 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

História

PODER PARA POUCOS

Em livro, cientista político e professor da UFPR diz que o Paraná é dominado por um grupo de famílias que controlam os seus destinos e distribuem cargos a parentes e amigos

Edilson Pereira

O Paraná pertence a um grupo de trinta famílias. E o povo não passa de coadjuvante na história do Estado. Esta a tese do professor Ricardo Oliveira, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em seu livro *O Silêncio dos Vencedores* (2001). Ela ganha novos contornos em seu novo livro, *Estruturas de Nepotismo na Política do Paraná*. Com base em suas pesquisas, ele garante: "Trinta famílias centrais estão nos poderes Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas, parte do Judiciário e do Ministério Público, além dos cartórios do estado". Elas se mantêm no comando graças a uma rede de dependências pessoais e nepotismo numa ponta e clientelismo em outra.

O Paraná se vangloria em ser um estado moderno, mas na prática coloca-se ao lado dos estados nordestinos - de onde veio a expressão coronelismo político - quando o assunto é transformar negócios de estado em negócios de família. "No Paraná, um grupo reduzido de famílias controla o aparelho de Estado", diz. E ao reter o poder, elas também o transferem de herança a seus descendentes, numa prática conhecida por nepotismo. O esquema reproduzido no estado se aplica em Curitiba e é reproduzido em pequena escala no interior, onde grupos de famílias que passaram a controlar o poder público se revezam no comando dos destinos das cidades.

Judiciário

No caso de Curitiba, o Judiciário, por exemplo, abriga integrantes da família Macedo Portugal desde a época da Província, como fosse uma dinastia jurídica. Outros nomes que pontuam a história do estado por longa data são os Camargo e os Munhoz da Rocha. "Estas famílias, quando chegam ao poder, tende a controlar os mecanismos de dominação do poder", diz Ricardo Oliveira. Formam oligarquias que reproduzem em nível local uma estrutura secular na política brasileira. "É um esquema fechado e controlado por poucas famílias políticas que passam o poder de pai para filho e de avô para neto. Mais recentemente são nomes como Richa, Requião e Dias em nível estadual. Em nível municipal tem o caso de Derosso, que é filho de um vereador, e o deputado Curi que é neto do Anibal Curi e assim vai", diz ele.

Relações Íntimas

As redes de nepotismo dificultam a verdadeira modernização e transparência no Estado. São redes que se fortalecem em relações íntimas com o grande empresariado, que também se beneficia. Oliveira vê a família Richa como o clã da vez, uma dinastia que começou durante o período da ditadura militar com a ascensão do patriarca da família, José Richa, quando o então senador se elegeu governador. A dinastia teve sequência com o filho Carlos Alberto eleito deputado estadual, depois prefeito de Curitiba e em

seguida governador. Esta é a segunda geração, sendo que uma terceira já está no forno. No intervalo entre pai e filho, outros nomes ascenderam e pontificaram como os Dias (com os irmãos Álvaro e Osmar) e Requião, com o ex-governador Roberto Requião, filho de ex-prefeito de Curitiba, Wallace Thadeu de Mello e Silva, por sua vez filho de coronel sergipano chamado Wallace de Mello e Silva, chefe da estação ferroviária de Curitiba.

Ney Braga

Ricardo Oliveira diz que esta prática ganhou força nos últimos 30 anos. O período anterior, em que Ney Braga se destacou como governador, ministro e senador, houve renovação, embora com formato conservador. No entanto, ainda assim, Ney Braga estava vinculado a este mecanismo de poder, ao se casar aos 22 anos com Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha e irmã de Bento Munhoz da Rocha Neto, futuro governador (1951-1955), que nomeou Ney para o Conselho Regional dos Desportos do Paraná. (EP)

TRIBUNA DO PARANÁ

Conferência 20 NOV 2011

Cerca de sete mil profissionais estão inscritos nos cinco dias de evento para acompanhar as 120 palestras e debates

Advogados reunidos

Ana Carolina Bendlin

Começa hoje a vigésima primeira edição da Conferência Nacional dos Advogados, que retorna a Curitiba depois de 33 anos. A única vez que a capital paranaense sediou o evento, um dos maiores destinados a este público, foi em 1978. Neste ano, os mais de sete mil inscritos poderão acompanhar mais de 120 palestras e debates durante os cinco dias de evento, inclusive com a participação de grandes nomes atuantes na área, como alguns dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na primeira edição do evento em Curitiba, na década de 1970, grande parte dos debates se concentrava em torno da necessidade de liberdade -o Brasil vivia o auge da Ditadura Militar, com a vigência no Ato Institucional 5 (AI-5). No entanto, apesar de passados mais de 30 anos, o principal objeto de discussão dos advogados durante a Conferência de 2011, continua sendo o mesmo, como comenta o vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto de Paula Machado.

“Se antes pedíamos a liberdade contra a legislação de um estado autoritário, agora precisamos aprimorar a Justiça e colocar o estado a serviço do cidadão, estabelecendo meios para alcançar os direitos constitucionais, porque liberdade significa um direito pleno a moradia, saúde e educação”, avalia. Ele ainda acredita que, nos dias de hoje, a liberdade precisa ser vista de maneira mais ampla. Por isso, durante a conferência, serão debatidos temas bastante atuais, como as questões jurídicas referentes à exploração do petróleo, o estado laico e a reforma do processo eleitoral brasileiro.

A proximidade dos ministros do STF, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello, Carlos Ayres Britto, Gilmar Mendes e José Antonio Dias Toffoli, portanto, “é importante para que eles estejam sintonizados com o que se discute no país, pois a lei não é estática”. Ao final da Conferência será redigida uma carta política de tudo o que será discutido durante o evento.

20 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Pensão dividida entre amantes

A Justiça de Santa Catarina decidiu nesta semana dividir entre duas amantes a pensão de um homem. A decisão 4ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça, aconteceu após a morte da viúva oficial. Segundo o Tribunal de Justiça, o homem, mesmo casado, mantinha relacionamento com duas outras mulheres que, com sua morte, ingressaram na Justiça separadamente em busca de seus direitos, solicitando a pensão de R\$ 15 mil. O inusitado quadrilátero amoroso chamou a atenção até mesmo entre os julgadores.

“Ouso afirmar que os meandros folhetinescos desta história rivalizam, no mais das vezes, com as mais admiráveis e criativas obras de ficção da literatura, do teatro, da televisão e do cinema, demonstrando, uma vez mais, que a arte imita a vida - ou seria o contrário?”, interpretou o desembargador Eládio Torret Rocha, relator da matéria.

A esposa oficial morreu durante o processo e as outras duas companheiras, que não sabiam da existência uma da outra, pois moravam em cidades diferentes, conseguiram comprovar com farta documentação e depoimentos testemunhais a existência de suas respectivas uniões estáveis, sendo beneficiadas com metade do valor da pensão cada uma.

TRIBUNA DO PARANÁ

Paraná 21 NOV 2011

TUDO EM FAMÍLIA

Confira a dança recente de alguns nomes famosos na política paranaense e saiba como os clãs sem mantêm no poder.

Edilson Pereira

Em Londrina o ex-prefeito Antônio Belinati (que transformou em deputados mulher, irmão e filho) ainda é forte protagonista, embora sucessivamente golpeado pela justiça eleitoral. Em Maringá, o fenômeno familiar se traduz na família Barros: o atual prefeito Silvio Barros II governa a cidade pela segunda vez, depois do pai Silvio e do irmão Ricardo, nos anos 70 e começo dos anos 90, respectivamente. Ricardo Barros, atual secretário Estadual de Indústria e Comércio, ainda transformou a mulher Cida Borghetti em deputada estadual e, depois, federal.

O irmão de Cida, Juliano Borghetti (PP), é vereador em Curitiba e casado com a vereadora Renata Bueno (PPS), por sua vez filha do ex-prefeito de Campo Mourão, deputado federal e ex-candidato a prefeito de Curitiba, Rubens Bueno (PPS). Em Guaraçuva, o prefeito Fernando Ribas Carli (PP) foi reeleito e fez o filho Fernando Ribas Carli Filho deputado estadual e quando este embriagado atropelou e matou dois rapazes, o patriarca repaginou a estrutura familiar, levando outro filho Bernardo Ribas Carli (PSDB) para a Assembleia Legislativa - ainda que ocupe o cargo como suplente.

Ninho

O legislativo paranaense é um ninho de lideranças nascidas por obra de um cacique político: o deputado Alexandre Curi (PMDB) é neto do velho Anibal Khury, André Bueno (PDT) é filho do prefeito de Cas-

cavel, Edgar Bueno (PDT), Antonio Anibelli Neto (PMDB) é filho do ex-deputado Antonio Anibelli, Artagão de Mattos Leão Junior (PMDB) é filho do ex-deputado Artagão de Mattos Leão, atual conselheiro do Tribunal de Contas, além de sobrinho-neto do ex-senador João de Mattos Leão.

A ciranda não para: o deputado Evandro Junior (PSDB) é neto do ex-presidente do Legislativo estadual e atual conselheiro do Tribunal de Contas, Hermas Brandão, que ainda tem o filho Hermas Brandão Jr (PSB) com assento no plenário.

Pai pra filho

Já o deputado Pedro Deboni Lupion Mello (DEM), mais conhecido como Pedro Lupion, é filho do deputado federal Abelardo Lupion (DEM), que por sua vez é neto do ex-governador do Paraná, Moisés Lupion. O deputado Reinhold Stephanes Junior (PMDB) é filho do deputado federal e ex-ministro (Trabalho, Previdência Social, Planejamento e Agricultura) Reinhold Stephanes (PSD). E, finalmente, o deputado Waldyr Pugliesi (PMDB) foi prefeito de Arapongas em três ocasiões, município do qual seu sobrinho Beto Pugliesi (PMDB) é o atual prefeito e pelo qual sua mulher Ironi Pugliesi foi eleita deputada estadual.

O deputado Fábio Camargo (PTB) é sobrinho do ex-deputado (ex-senador, ex-ministro e ex-vice-governador) Afonso Camargo Neto, que por sua vez é neto do ex-governador Afonso Camargo e descendente do fundador de Curitiba, bandeirante Balthazar Carrasco dos Reis. A lista é longa. E vamos parar por aqui.

CONTINUA

21 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

"O nepotismo é um cancro social"

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) encarnou o espírito de Dom Quixote de La Mancha e armado de argumentos morais e éticos, partiu de lança e espada contra os moínhos do nepotismo paranaense, personificado à época na figura do governador Roberto Requião (PMDB), com toda sua parentalha instalada no aparelho estatal. As investidas de Veneri na Assembleia Legislativa - e foram duas, a primeira em 2005 e a segunda em 2008 - fizeram um grande barulho, mas deram em nada. O nepotismo não era apenas de Requião, mas de toda uma elite da qual o governador era apenas a

ponta mais exótica.

Veneri descobriu que o nepotismo era forte e mesmo um sistema democrático não conseguia romper com ele, porque os clãs sabiam sobreviver também na democracia. Afinal, como diagnosticou o deputado, o que acontece no Estado é a reprodução do esquema colonial descrito em outro clássico - este da sociologia brasileira - chamado Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freire. Ou seja, a política dos clãs se alimenta de sequelas de um hábito colonial. "Um grupo reduzido domina o aparelho de estado e a sociedade fica relegada à margem, na política e na economia", diz. Esta prática ficou incutida no inconsciente da sociedade.

Estruturas acima do poder

O deputado Tadeu Veneri recorre a Raymundo Faoro em seu clássico Os Donos do Poder para falar de um fenômeno chamado estamento, criado pela elite brasileira e com o qual ela fica imune às regras gerais. "São famílias que se organizam acima dos poderes, para controlar justamente estes poderes", diz. "Estes estamentos controlam grupos financeiros, empresariais, decisões políticas, independentes do governo, seja ele Dias, Lerner, Requião ou Richa", diz Veneri.

Este quadro se agrava ainda mais no Paraná, que é um estado com formação recente. "A identidade paranaense vem se conformando bem recentemente", diz o deputado petista, que acredita em mudança de comportamento, mas não se ilude: "A mudança é um processo muito lento. As famílias se estruturaram de forma a proteger os seus interesses. O nepotismo é um cancro social. Não podemos viver com ele", finaliza Veneri.

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Os juízes e o papel do CNJ

Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, voltou a criticar os mecanismos de controle da magistratura, a acusar as corregedorias judiciais de agirem de forma corporativa e a pedir sanções mais rigorosas para juízes, desembargadores e ministros condenados por desvio de conduta.

Pela legislação em vigor, a pena máxima aplicada no plano administrativo a magistrados condenados por nepotismo, tráfico de influência e venda de sentenças é a aposentadoria compulsória, com direito a salário proporcional aos anos trabalhados. Entende a ministra Eliana Calmon que, quando a Lei Orgânica da Magistratura foi editada, em 1979, a preocupação do legislador era criar apenas sanções morais. Hoje, no entanto, os valores da magistratura mudaram e a aposentadoria compulsória com direito a vencimentos é vista como um prêmio, diz ela. "Aposentadoria não pode ser punição para ninguém. Foi no passado, quando o fio do bigode era importante, quando se tinha outros padrões de moralidade. A aposentadoria era uma pena. Hoje não é mais. Passou a ser encarada como benesse", afirmou. Indagada sobre a aplicação da pena de prisão a magistrados corruptos, ela fez outra declaração contundente: "Não sei se cadeia é o melhor resultado, já que o Brasil tem dificuldade de punir trombadinhas. O senhor conhece algum colarinho branco preso?".

Há dois meses, a ministra Eliana Calmon se envolveu numa discussão pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cezar Peluso, quando declarou que "há bandidos de toga" e que uma minoria de juízes "se vale da toga para cometer deslizes". Apoiado pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, de quem foi colega no Tribunal de Justiça de São Paulo, Peluso exigiu uma retratação pública da corregedora nacional de Justiça.

A corregedora nacional de

A corregedora nacional de Justiça critica na TV os métodos de controle da magistratura

Justiça manteve o que havia dito, ressaltando que suas críticas foram dirigidas apenas a uma minoria de juízes. Também acusou os Tribunais de Justiça - especialmente o de São Paulo - de serem os principais entraves da modernização do Poder Judiciário. "Sabe quando eu vou poder inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. O Tribunal de Justiça de São Paulo é fechado, refratário a qualquer ação do CNJ", disse ela.

As críticas mais contundentes da ministra têm sido dirigidas aos atuais dirigentes da AMB. Alegando que a fiscalização da magistratura cabe às corregedorias judiciais, o presidente da entidade entrou com um recurso no Supremo, questio-

nando a prerrogativa do CNJ de investigar e punir juízes. No programa *Roda Viva*, a corregedora nacional de Justiça deu o troco. Por causa do corporativismo reinante nos Tribunais de Justiça, os desembargadores tendem a não se submeter às ações fiscalizadoras moralizadoras das corregedorias, disse ela. "Os juízes de primeiro grau têm a corregedoria judicial. Mesmo ineficiente, ela tem alguém que está lá para questioná-los. Mas, dos integrantes dos Tribunais, nada passa pelas corregedorias. Os desembargadores não são investigados por elas." Segundo a ministra, o descontentamento das associações de classe de magistrados cresceram na medida em que a Corregedoria Nacional de Justiça e o CNJ passaram a realizar a tarefa que as corregedorias não queriam ou não conseguiam executar. Atualmente, o CNJ fiscaliza 32 desembargadores de todo o País.

Na magistratura, a principal força de apoio da corregedora nacional de Justiça é a Associação Juízes para a Democracia. Seus integrantes querem que a AMB tenha uma atuação mais política, discutindo temas como os que têm sido levantados por Eliana Calmon, mas perderam a última eleição da entidade. Por 52% contra 48% dos votos, ela foi vencida pela corrente que defende aumento de salários e considera o controle externo uma ameaça à autonomia da Justiça. Além do impacto causado perante a opinião pública, as declarações de Eliana Calmon no *Roda Viva* devem suscitar discussões ainda mais acirradas entre os juízes.

O ESTADO DE S. PAULO

JUDITH BRITO 19 NOV 2011

Indivíduo x sociedade

Cada cidadão nasce sob a égide de um Estado nacional, o Leviatã – nem sempre benevolente. Nas sociedades modernas há um consenso de que o sistema democrático representa não um modelo perfeito de convivência, mas, quem sabe, o menos ruim que os homens conseguem gerar. Não por outra razão a referência global de democracia consolidada, a norte-americana, tratou de cravar em sua Constituição, já em 1791, a Primeira Emenda, que impede qualquer restrição à liberdade de imprensa – um dos pilares indispensáveis das sociedades democráticas.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou o mesmo princípio. E decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, que revogou a Lei de Imprensa do governo militar, acabou por consolidar de vez a supremacia da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão em geral. Foi uma decisão histórica, sem margem para dúvidas, mas mesmo assim persistem, ainda que residualmente, decisões de juízes proibindo os meios de comunicação de veicularem determinadas informações, o que na prática configura a “censura prévia judicial”.

Por essa razão, a Associação Nacional de Jornais tem procurado a interlocução com representantes dos órgãos do Judiciário nos diversos Estados do País, com o objetivo de discutir, de forma aberta e saudável, o espírito da lei. Tais eventos têm permitido que as diferentes visões sejam expostas, como deve ser numa sociedade democrática.

Geralmente as decisões de censura prévia judicial decorrem de pedidos feitos por políticos, por autoridades públicas, que pretendem impedir a divulgação de informações que consideram men-

tirosas ou ofensivas. Alguns juízes acatam o que pedem esses agentes públicos e determinam que o jornal, a revista ou outro meio de comunicação que esteja de posse das informações seja punido, quase sempre com pesadas multas, caso as divulgue.

Há também os casos de figu-

Numa democracia, o direito individual não pode anteceder o direito coletivo à informação

ras públicas, não necessariamente de autoridades, que, cientes de que determinadas informações que lhes dizem respeito serão veiculadas, batem às portas da Justiça para impedir que isso ocorra. Alegam questões de privacidade, de proteção à sua imagem, etc. Um caso infelizmente notório é o que atingiu este Estado há mais de dois anos, com o empresário Fernando Sarney pedindo e conseguindo na Justiça (numa decisão solitária de apenas um desembargador...) que o jornal fosse impedido de divulgar informações a seu respeito contidas em investigação da Polícia Federal. Informações que certamente interessam aos cidadãos, aos contribuintes.

Embora o empresário tenha depois desistido da ação com o pedido de censura, o próprio jornal, muito acertadamente, preferiu não aceitar o arquivamento do caso. Afinal, é uma questão de princípio, de defesa do direito de todos à liberdade de expressão, de livre acesso às informações, sem nenhum tipo de amarra prévia. O que se espera, nesse caso específico, é que em algum momento, nas suas mais altas instâncias, o Poder Judiciário decida que nem mesmo juízes podem exercer a censura, em nenhuma situação, sob nenhum tipo de argumento.

Os juízes que impõem a censura prévia argumentam que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa não são absolutas e não se podem sobrepor aos direitos individuais, como à imagem e à privacidade. Por essa interpretação, o direito de um indivíduo de se proteger da divulgação de informação que considera mentirosa ou ofensiva antecede o direito geral da sociedade de ter acesso a essa informação.

No entanto, como bem disse o ministro Carlos Ayres Britto quando da decisão do STF em 2009, “*não há como garantir a livre manifestação do pensamento (...) senão colocando em estado de momentânea paralisia a inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, como, por exemplo, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra de terceiros*”.

Como reza o princípio maior da liberdade de expressão consagrado por nossa Constituição, ninguém pode proibir ninguém de dizer o que quer que seja. A contrapartida dessa plena liberdade de expressão é a possibilidade de o divulgador de determinada informação, depois de tornada pública, ser processado e condenado por danos morais, conforme legislação específica. Mas essa possível punição só ocorre caso se prove, na Justiça, que houve violação dos princípios da legislação de danos morais. Não é possível proibir previamente a divulgação das informações, no pressuposto de que poderão ser mentirosas ou caluniosas.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 NOV 2011

A violação ao princípio constitucional da liberdade de expressão é ainda mais grave quando censura prévia judicial beneficia um agente do Estado. Essas figuras públicas têm status diferenciado diante da sociedade, bem diverso do de outros cidadãos, e precisam, sim, estar sob a permanente vigilância dos meios de comunicação. Gozam, inclusive, de foros de julgamento privilegiados no Poder Judiciário. Por isso, quando um jornal divulga informações a respeito de determinado político sob investigação da Polícia Federal, ele o faz exercendo um direito de toda a sociedade: o de ter acesso às informações que lhe interessam. Proibir previamente a sua divulgação é desrespeitar o direito de todos em benefício de um indivíduo privilegiado pelos poderes que lhe concede o Estado.

Nos casos relacionados a agentes públicos, a agentes do Estado, a democracia claramente optou pela possibilidade do ônus individual – passível de correção a posteriori – em vez do ônus coletivo, com toda a sociedade sendo prejudicada. É claro que erros e injustiças podem ocorrer, mas esse é um mal menor diante do grande equívoco de se institucionalizar a censura prévia, mesmo que apenas pela via judicial.

Se queremos mesmo uma democracia, com plena justiça, não podemos admitir que os interesses dos indivíduos, sobretudo dos agentes públicos, estejam acima dos de toda a sociedade.

●
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE JORNAIS (ANJ)

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

STJ quebra sigilo de Agnelo e Orlando Silva

Objetivo é saber se eles se envolveram em esquema de desvio de recursos do Ministério do Esporte

Mariângela Gallucci
Lígia Formenti / BRASÍLIA

O ministro Cesar Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou ontem a quebra do sigilo bancário e fiscal do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e do ex-ministro do Esporte Orlando Silva. O acesso aos dados foi requerido pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que conduz no Ministério Público Federal as investigações sobre suspeitas de um esquema de corrupção no Ministério do Esporte.

Além de Agnelo e Orlando, o policial militar João Dias Ferreira e mais oito empresas e entidades tiveram o sigilo quebrado por determinação do STJ. O obje-

tivo de Gurgel é saber se eles se envolveram num esquema de desvio de recursos públicos do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Há um inquérito aberto no STJ para apurar as supostas irregularidades.

A quebra de sigilo vai de 2005 a 2010. Agnelo foi ministro do Esporte de 2003 a 2006 e Orlando de 2006 até outubro deste ano. Ambos negam envolvimento com as supostas irregularidades no programa destinado a incentivar a prática esportiva entre crianças e adolescentes carentes. Há suspeitas de que o dinheiro liberado para o Segundo Tempo tenha sido desviado para pessoas ligadas ao PC do B.

Pela decisão de Asfor Rocha, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) tam-

bém poderá fazer um rastreamento de eventuais movimentações suspeitas envolvendo os investigados. O ministro determinou ainda que sejam colhidos depoimentos do governador, do ex-ministro do Esporte e de outras 26 pessoas.

Anvisa. Ontem, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a abertura de sindicância para apurar indícios de irregularidades cometidas por Agnelo, quando dirigia o órgão. A decisão foi tomada depois de diretores analisarem auditoria feita no processo da liberação de documentos da empresa União Química, feita por Agnelo. O lobista da empresa, Daniel Tavares, havia afirmado que a autorização fora concedida mediante pagamento de propina a Agnelo. O lobista informou ter entregue ao atual governador entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil para que processos da farmacêutica fossem facilitados na Anvisa.

Numa das supostas operações, um suborno para liberação de documentos que permitiriam à União Química participar de licitação, o lobista teria entregue R\$ 45 mil na casa de Agnelo. Outros R\$ 5 mil teriam sido depositados na conta do hoje governador. Agnelo confirmou o recebimento dos R\$ 5 mil, mas alegou que a quantia se referia a pagamento de empréstimo feito ao lobista.

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Genoino tem contas reprovadas por TRE

Justiça detecta diferença entre valores declarados e notas fiscais; advogado afirma que problema se restringe a documentos

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) desaprovou as contas do candidato a deputado federal José Genoino (PT) relativas à campanha eleitoral de 2010 por “diversas irregularidades”. A decisão da corte foi unânime em sessão plenária na quinta-feira. Ele poderá recorrer.

De acordo com o julgamento, foram constatadas irregularidades na prestação de contas de Genoino, entre as quais divergências de R\$ 45.865,48 sobre valores declarados e notas fiscais emitidas. O petista obteve 92.362 votos no pleito do ano passado e ocupa a segunda suplência – hoje é assessor do ministro da Defesa, Celso Amorim.

O TRE apontou diferenças nos valores de serviços de propaganda eleitoral no total de R\$ 29.094,50 e falta de recibos eleitorais. Para o juiz relator, Paulo Galizia, “são falhas de natureza grave que comprometem a confiabilidade das contas apresentadas e inviabilizam a atividade fiscalizatória da Justiça Eleitoral”.

Na prática, a reprovação não traz qualquer impedimento à candidatura de Genoino, porque ele não é citado por desvios.

Para o advogado Hélio Freitas de Carvalho da Silveira, que defende o PT e os candidatos da sigla no âmbito eleitoral, é insignificante o valor divergente. Silveira pondera que as questões pendentes são referentes a extra-



Efeito. Decisão não veda eventual posse na Câmara

vio de três canhotos de recibos eleitorais. “As doações existem, estão na conta, tem trânsito bancário e foram declaradas com firma reconhecida.”

Outras duas ocorrências são relativas a “material de dobrada” – o candidato a deputado estadual em parceria com Genoino mandou fazer material de propaganda, mas dois recibos – um no valor de R\$ 971 e outro de R\$ 185 – acabaram extraviados e foram substituídos por declaração. “O TRE tem sido rigoroso na análise das prestações de contas. Bom que assim seja, que o TRE faça um exame profundo das contas”, considera Silveira.

Ele informou que vai recorrer e pode levar a demanda ao Tribunal Superior Eleitoral. “A apreciação do TRE não indica abusos ou que Genoino tenha recebido doação vedada, de fonte proibida. Não se trata de financiamento ilícito. São apenas documentos manuseados na campanha que o TRE entendeu que não foram devidamente esclarecidos.”

/ FAUSTO MACEDO

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

'Dinheiro do crime não pode pagar advogado', diz promotor

Especialista em combate à lavagem de capitais, Lemos Jr. quer que defensores justifiquem sua fonte de recursos

Fausto Macedo

Em meio à polêmica sobre o projeto que endurece o combate à lavagem de dinheiro, o promotor de Justiça Arthur Lemos Junior sustenta que advogado não pode ser pago com dinheiro obtido criminosamente. "Esse dinheiro não pertence ao acusado, ao indiciado, portanto não pode ser entregue ao advogado, precisa ser devolvido, apreendido, sequestrado e confiscado com a notícia do crime", ele argumenta.

Para o promotor, todo advogado deve ser obrigado a justificar a fonte dos recursos que recebe. "Advogado não pode receber dinheiro de origem ilícita como pagamento de honorários. Na Alemanha se impõe essa obrigatoriedade de o advogado prestar informações", destaca o promotor, especialista em investigações sobre corrupção e malversação de recursos públicos.

Lemos Junior atua no Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e à Lavagem de Dinheiro, braço do Ministério Público Estadual. Ele vê avanços na redação do projeto 3.443, aprovado pela Câmara, que altera a Lei 9.613/98 e estabelece regras para tornar mais rigoroso o cerco às organizações criminosas que lavam capitais por meio da ocultação e dissimulação de bens amealhados pela via do peculato e malfeitos em geral.

Um artigo, porém, suscita celexuma porque põe em alerta to-

da a advocacia. É o artigo 9.º, que obriga todos aqueles - pessoa física ou jurídica - que prestam, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria e consultoria, aconselhamento ou assistência a comunicar os órgãos de fiscalização e inteligência sobre movimentações atípicas de que tenham conhecimento.

Sigilo. Os advogados temem ser incluídos nesse rol. Em nome do sigilo que cerca o exercício de sua função, e da obrigação que a classe tem de preservar a clientela, eles já encaminharam suas considerações ao Senado, que terá a incumbência de examinar o texto com as alterações que a Câmara promoveu. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alerta que o artigo 9.º "é flagrantemente inconstitucional".

"Nos Estados Unidos o advogado tem de justificar de onde está recebendo o pagamento de acusados de lavagem de dinheiro", assinala. "Há uma série de mecanismos que têm de ser impostos aos advogados. Eu defendo que seja assim aqui no Brasil."

O promotor ressalva que o advogado "é um dos pilares da Justiça, essencial ao seu funcionamento". "O advogado que atua em processo administrativo ou jurisdicional, inquérito policial, ação criminal, esse profissional tem a seu favor a garantia do exercício da advocacia. Isso está assegurado, é inquestionável e sempre vai ser assim. É garantido ao advogado o sigilo do seu contato com seu cliente. Isso é absoluto. Desde que não haja prática de ilícito isso está assegurado", diz.

"Na medida em que o advogado atua fora dessa função, como uma pessoa que apenas fornece

uma orientação, uma consultoria, ele deixa de exercer a função jurisdicional", adverte. "Nessa situação, o advogado passa a ser obrigado, assim como outros profissionais, a fornecer informações aos órgãos de inteligência financeira. Então, pode sim ser incluído no artigo 9.º do projeto de lei da lavagem."

Ele também destaca que a ampliação do elenco de pessoas que ficam obrigadas a comunicar movimentações atípicas a órgãos de controle e de inteligência é um passo importante no combate à lavagem. "Estamos vivendo a sociedade de perigo. Na economia mundial 10% do PIB é dinheiro de origem ilícita, segundo estudiosos. É necessário criar mecanismos eficientes para combater esse fenômeno."

ARTHUR LEMOS JUNIOR

PROMOTOR DE JUSTIÇA

"Advogado não pode receber dinheiro de origem ilícita como pagamento de honorários"



CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 NOV 2011

Para especialista, novas regras fariam advogado delatar cliente

Segundo Moraes, projeto de lei que endurece o combate à lavagem de dinheiro tem sérias incongruências

Para o advogado Paulo José Iasz de Moraes, especializado em Direito Penal Econômico, o projeto de lei da lavagem de dinheiro estabelece duas incongruências. O que mais o preocupa é o inciso XIV do artigo 9.º que impõe obrigação a quem realiza serviços de consultoria e assessoria de manter cadastro junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e informar ao órgão de inteligência quaisquer operações que entender suspeitas sob pena de multa que pode chegar a R\$ 20 milhões.

“Entre as atribuições do advogado, estabelecidas no Código de Ética e Disciplina da OAB, que é lei federal, estão justamente a atividade de consultoria, assessoria, aconselhamento e ou assistência”, pondera Moraes.

Ele assevera que “a mesma lei federal estabelece a obrigação de sigilo das informações recebidas pelos advogados de seus clientes como garantia de segurança da defesa”.

Moraes é enfático. “Pela disposição do projeto de lei os advogados teriam obrigação que contraria uma lei federal, além de atacar frontalmente importante princípio da relação com seus clientes. O projeto pretende transformar o advogado em delator do seu cliente.”

O segundo ponto do texto que Moraes reprova é o alargamento

do rol de crimes precedentes da lavagem. “Cria a hipótese de um agravamento da pena para qualquer crime, inclusive para aqueles de pequeno potencial ofensivo, já que todo fruto de uma atividade ilícita no campo patrimonial de uma forma ou outra acaba retornando à economia.”

O promotor Arthur Lemos Júnior avalia que o projeto equipara a lei brasileira aos países mais avançados na medida em que elimina o rol dos crimes antecedentes da lavagem, hoje restritos a um pequeno grupo de delitos. “Agora, qualquer ilícito, desde que gere um proveito criminoso ao acusado, pode propiciar o crime de lavagem. Você não pode prever quais são os delitos que serão explorados por uma organização criminosa.” /F.M.

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda parar Linha 5 do Metrô

Liminar também determina afastamento do presidente da empresa; modelo de licitação teria causado R\$ 327 milhões de prejuízo.

A Justiça determinou ontem a paralisação das obras da Linha 5-Lilás do metrô de São Paulo e o afastamento de Sérgio Henrique Passos Avelleda da presidência da empresa. O Ministério Público Estadual (MPE) sustenta que houve conluio entre as empresas para fraudar a concorrência. Além disso, só o modelo de licitação adotado teria causado um prejuízo de R\$ 327 milhões aos cofres públicos. Avelleda é acusado de validar os contratos mesmo sabendo das irregularidades.

A denúncia de conluio entre as empresas foi feita em abril de 2010. O governo suspendeu a licitação, mas a retomou em junho deste ano. A decisão da juíza Simone Casoretti, da 9.^a Vara da Fazenda Pública, é baseada em ação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social contra essa decisão do governo.

Segundo a juíza, Avelleda, apesar de alertado pela Promotoria, decidiu assinar os contratos. Para a magistrada, a continuidade das obras só causaria "mais prejuízos aos interesses públicos, porque é inaceitável que uma obra pública seja objeto de 'partilha' entre empresas de engenharia, que, sem escrúpulos, manobram o certame em seu favor".

O Metrô, Avelleda e as empresas – algumas das maiores construtoras do País – negam as acusações e dizem não haver provas. "A fraude é evidente", disse o promotor Marcelo Milani. A

juíza mandou ainda que o secretário de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, afaste Avelleda. Em caso de descumprimento, Fernandes terá de pagar multa diária de R\$ 100 mil. Caso as obras prossigam, o Metrô deve pagar multa idêntica.

A decisão não afeta as obras do primeiro lote – que liga a Estação Largo 13 à futura Estação Adolfo Pinheiro. A ação do MPE pede o cancelamento dos contratos dos lotes 2 ao 8 – são 3,5 km até a Chácara Klabin, na zona sul. São sete contratos, que chegam a R\$ 4,04 bilhões. Até as 20 horas de ontem, o Metrô não havia sido notificado.

TRECHO

"Há muito tempo o povo paulistano espera por obras de expansão do Metrô,

diante da situação insustentável do trânsito, e tal justificativa, no mínimo, é indecente, configura desprezo para com a população que teria de "engolir" uma obra acima do valor de mercado, realizada para favorecer grandes empresas do setor de engenharia. É melhor parar a construção e realizar outra licitação, com a observância de todos os princípios previstos em lei, com clareza, honestidade e, principalmente, com a observância da ética no trato com a coisa pública."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 19 NOV 2011

Metrô não vê razão para cancelar contrato

Empresa vai recorrer da decisão e nega que presidente tenha cometido improbidade administrativa ao decidir continuar obras da Linha 5

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, que gerencia o Metrô, afirmou, em nota, que ainda não foi intimada da decisão da Justiça de parar a ampliação da Linha 5-Lilás, mas recorrerá “por uma questão de justiça”. Argumenta ainda que a decisão de afastar o presidente da companhia, Sérgio Avelleda, é “totalmente descabida”. “A licitação não foi feita em sua gestão (ele era presidente da CPTM na época) e a decisão de prosseguir os contratos foi tomada por toda a diretoria do Metrô com base no processo administrativo”.

O governo segue explicando que a paralisação das obras “não tem provas materiais e submeteria o Estado ao risco de uma longa demanda jurídica e prejuízos de toda sorte. A população seria prejudicada duas vezes: na paralisação das obras e no risco de pagamento, com dinheiro público, de indenizações a empresas privadas”.

No texto, a secretaria argumenta que “o resultado da licitação não deu prejuízo de R\$ 327 milhões, como afirma o Ministério Público Estadual” e que o cálculo feito pelo MPE é “equivocado e rudimentar”, por partir de pressupostos “errados”, que nunca estiveram no edital de licitação que definiu os vencedores.

A distorção no processo licitatório apontada pelo MPE ocorreu porque o edital previa que cada empresa só podia vencer um dos oito lotes em disputa. Isso significa que a empresa ganhadora para as obras do lote 1, por exemplo, não teria as propostas

para os demais trechos abertas, mesmo que oferecesse o valor mais baixo. Com isso, o MPE calculou o prejuízo em R\$ 327 milhões, pela diferença entre as propostas mais baratas e as que venceram, mais caras.

A secretaria não informou se recursos públicos já foram transferidos às empresas que fariam a obra. Pela decisão da Justiça, qualquer valor já pago terá de ser ressarcido. Mas a secretaria informa que 224 imóveis desapropriados para a obra já estão em fase final de demolição. “A licença de instalação foi expedida pela Cetesb em 1.º de novembro, o que já permite o início da construção das novas estações”, afirma o texto.

De acordo com a decisão da juíza Simone Casoretti, a permanência de Avelleda na presidência demonstraria “a convivência do Judiciário com as ilegalidades praticadas por administradores que não respeitam leis, a moral e os demais princípios que devem nortear a atuação de todo agente público”. A juíza ainda diz que, no cargo, Avelleda poderia continuar a beneficiar as empresas fraudadoras da licitação.

Atrasos. O prolongamento da Linha 5-Lilás já começou com um ano de atraso, em 2010, após suspeita de fraude na licitação. Pelo cronograma inicial, as cinco primeiras estações ficariam prontas ainda no ano passado. Com a paralisação, o prazo foi esticado para 2014. / BRUNO RIBEIRO, MARCELO GODOY E NATALY COSTA

19 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

JUÍZA ASSASSINADA Coronel nega ter sido mandante do crime

O tenente-coronel Cláudio Luiz Silva de Oliveira, ex-comandante do 7.º Batalhão da Polícia Militar, preso sob a acusação de mandar matar a juíza Patrícia Acioli, em agosto, negou ontem o crime. Ele foi interrogado pelo juiz Peterson Simão, da 3.ª Vara Criminal de Niterói, durante julgamento dos 11 PMs acusados. Ele disse que não tinha problemas com a juíza, não sabe quem a matou e quer que o culpado seja responsabilizado. O juiz agora aguarda as alegações finais das partes para continuar o julgamento.

20 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Assassinos de deputada vão a júri após 13 anos

Ex-deputado Talvane Albuquerque e os quatro executores do crime serão julgados em janeiro

Passados quase 13 anos do assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) - fuzilada com o marido e dois parentes em casa -, a Justiça enfim vai levar os assassinos ao banco dos réus. O júri popular foi marcado este mês para o dia 16 de janeiro de 2012.

O julgamento fechará assim um dos dez casos de impunidade, selecionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mais afetam hoje a credibilidade do Poder Judiciário e mancham a imagem do País no exterior.

O ex-deputado Talvane Albuquerque, acusado de ser o mandante do crime, e os quatro suspeitos apontados como autores, não têm mais chance de adiar o julgamento. O juiz André Granja, da 1.ª Vara Federal de Alagoas, decidiu que novos recursos, sempre possíveis no sistema penal brasileiro, não terão efeito suspensivo e só serão apreciados depois do julgamento.

Em mais de 12 anos de tramitação, o processo sofreu várias reviravoltas, envolvendo conflitos de competência entre a Justiça Federal e a Estadual, além de sucessivos recursos movidos pelos réus, o que travou a ação. Mesmo após a confissão de participantes do assassinato e a conclusão da investigação, o caso ainda não teve um desfecho e os réus estão até hoje em liberdade.

Na varanda. O processo, que forma uma pilha mais de 6 mil páginas em 29 volumes, passou pelas mãos de uma dúzia de magistrados de primeira e segunda instância, além de ministros do Supremo Tribunal Federal

(STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Entre idas e vindas, a causa tramitou seis anos na Justiça estadual, até ser reconhecida a competência federal.

Robusto conjunto de provas levantadas pelo Ministério Público não deixa dúvida de que Talvane foi o mandante do crime. A motivação estava ligada ao cargo na Câmara que Ceci conquistara nas urnas. Primeiro suplente, Talvane precisava do mandato e da imunidade em razão de outros processos a que respondia na Justiça, inclusive por assassinato de um radialista em 1994.

Ceci foi morta na noite de 16 de dezembro de 1998. Após a solenidade de diplomação, em Maceió, ela foi visitar a irmã, que acabara de ganhar bebê, no bairro Gruta de Lourdes. A varanda da casa, onde todos conversavam, foi invadida por três assessores de Talvane armados de revólveres e pistolas. Jádilson Barbosa da Silva, Alécio César Alves e José Alexandre dos Santos fizeram dezenas de disparos, não dando chance de defesa às vítimas.

Além de Ceci, foram fuzilados seu marido, Juvenal Cunha, o cunhado Iran Maranhão e a mãe deste, Ítala Maranhão. Escaparam com vida apenas a irmã da deputada e o bebê. Depois do massacre, conforme as investigações, os assessores de Talvane seguiram para a cidade de Satuba, a 30 quilômetros de Maceió, onde encontraram Mendonça Medeiros, também assessor do deputado e principal operador da ação. Medeiros queimou o Uno verde usado na fuga dos criminosos.

OS RÉUS

● **Mandante**
Talvane Albuquerque

● **Intermediário**
Mendonça Medeiros Silva

● **Autores**
Jádilson Barbosa da Silva
Alécio César Alves Vasco
José Alexandre dos Santos

CONTINUA

20 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Filho cresceu, se tornou advogado e cobra a Justiça

A deputada Ceci Cunha encarna uma dessas comoventes histórias de superação. Filha de pais pobres e sem instrução, ela teve dificuldades para estudar e se formar em medicina. A necessidade de cortar palma quando criança deixou cicatrizes permanentes em suas mãos. Na infância, estudava escondido, à noite, pois a mãe achava que o estudo era perda de tempo para mulheres.

Por conta de seu trabalho como médica, Ceci Cunha elegeu-se em 1988 como a vereadora mais votada de Arapiraca. Em 1994 venceu a eleição para a Assembleia Legislativa de Alagoas e em 1998 tornou-se a primeira mulher alagoana eleita para a Câmara dos Deputados. Em março de 1999, o suplente Talvane Albuquerque chegou a assumir o lugar dela na Câmara, mas logo foi cassado por quebra do decoro, por sua ligação com os pistoleiros presos pelo crime.

Ceci deixou órfãos dois filhos: Adriana e Rodrigo, este com apenas 17 anos à época. O caso demonstrou tanto a ser julgado que deu tempo de Rodrigo se formar em direito e hoje dedicar os conhecimentos adquiridos no combate à lentidão da Justiça e à impunidade dos assassinos de sua mãe.

Ele criou um blog que acompanha todos os passos do processo. "Foram tantas manobras protelatórias amparadas nas falhas do sistema que, após 13 anos de espera e impunidade, a sensação é de que a justiça não será feita", lamentou Rodrigo. "Eu acredito na condenação dos assassinos, mas o sentimento de justiça se perdeu no tempo."

O caso Ceci foi incluído, em janeiro deste ano, no Programa Justiça Plena, da Corregedoria Nacional de Justiça, que tem a finalidade de monitorar o andamento de processos de grande repercussão social que estão com andamento paralisado. O relator é o juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos. "Admitimos todos os recursos e a mais ampla defesa dos acusados, mas o Judiciário não pode tutelar e aceitar expedientes protelatórios desse tipo", criticou.

Para ele, o caso desmascara a forma como o Judiciário trata crimes graves envolvendo autoridades ou políticos influentes. "No momento que a imprensa deixa de jogar luz, a Justiça deixa de se interessar e isso não pode acontecer."

PARA ENTENDER

O crime ocorreu no dia 16 de dezembro de 1998. Recém-diplomada deputada federal, a médica Ceci Cunha foi morta na casa da irmã, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió. Além dela, foram mortos seu marido, Juvenal Cunha, seu cunhado Iran Carlos Maranhão e a mãe deste, Ítala. Talvane Albuquerque, primeiro suplente de Ceci, foi apontado como mandante do crime. Segundo o Ministério Público, ele queria o cargo e a imunidade parlamentar para se blindar em outros processos.

21 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Parentes de vítimas de trânsito querem leis mais severas

Protesto realizado ontem no Parque do Ibirapuera pediu punição mais rigorosa a motoristas que dirigem alcoolizados

Felipe Tau

Parentes e amigos de vítimas de acidentes de trânsito realizaram na manhã de ontem uma caminhada no Parque do Ibirapuera, na zona sul, pedindo punições mais severas a quem dirige alcoolizado. Com camisetas brancas, cartazes e fotos dos mortos, eles fizeram orações e caminharam em silêncio até o Museu Afro Brasil. O ato coincidiu com o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, instituído em 2005 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Na passeata, organizada pela União em Defesa pelas Vítimas de Violência (UDVV), foram colhidas assinaturas para uma petição pública, que pede mudança no Código de Trânsito Brasileiro – uma iniciativa do movimento “Não Foi Acidente” (www.naofoiacidente.org).

Entre as medidas propostas está a elevação da pena para quem mata ao dirigir embriagado de 4 anos para 5 a 8 anos de prisão, sem direito a pena alternativa. O movimento também defende que o teste clínico de embriaguez feito por um médico sirva de prova contra o condutor. Hoje há necessidade de teste do bafômetro e o condutor tem di-

Jovem atropela criança e idoso

● Uma adolescente de 16 anos pegou ontem o carro do padrasto, perdeu o controle da direção, subiu na calçada e invadiu um estabelecimento comercial em Araçariguama, a 54 km de São Paulo. Ela atropelou uma menina de 4 anos, que foi prensada contra a parede, e um idoso.

Internada em estado grave, a menina passou por cirurgia e, ontem à tarde, corria risco de amputar uma das pernas. O idoso passa bem. A adolescente terá de comparecer a uma audiência na Vara da Infância e da Juventude. /JOSÉ MARIA TOMAZELA

reito constitucional de não produzir provas contra si próprio.

Até ontem, o movimento contava com 200 mil assinaturas, mas são necessárias 1,3 milhão para o projeto de lei ser aceito. “A gente vai conseguir, nem que demore 5, 10 ou 100 anos”, disse um dos manifestantes, Rafael Baltresca, de 31 anos. Em 17 de setembro, sua mãe e sua irmã morreram atropeladas na calçada do Shopping Villa Lobos, na zona sul. O motorista dirigia alcoolizado acima da velocidade.

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DO LEITOR

PRECATÓRIOS Propaganda enganosa?

O governo do Estado divulgou alguns meses atrás em seu portal (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=215384&c=6>) esta informação: "O Governo de São Paulo vai liquidar até o final deste ano todos os precatórios estimados em até R\$ 700 mil. A medida representa a quitação de 78% do estoque de precatórios e a consequente redução da fila de credores". Acontece que os pagamentos são feitos pelo Tribunal de Justiça e até o presente tal não ocorreu, como se pode verificar no portal do tribunal (<http://www.tj.sp.gov.br/Depre/Pagamentos/Estaduais/Default.aspx>). Enquanto isso, inúmeros credores de precatórios alimentares morrem ou aguardam na fila à espera, são assediados por atravessadores e, acreditando na promessa do governo, permanecem esperançosos em que um dia receberão seus salários reclamados e não pagos. A pergunta que se faz é a seguinte: trata-se de uma propaganda enganosa do governo ou o Tribunal de Justiça está retendo os pagamentos, não se sabe por que motivo?

CARLOS VIEIRA

vieira3013@terra.com.br

São Paulo

21 NOV 2011

MACAÚBAS

Pai manda matar filho para não pagar pensão

Dois homens foram presos em Macaúbas, a 682 km de Salvador (BA), acusados da morte de um menino de 9 anos. Um dos detidos, Zenilton Silva Costa, o pai da criança, teria pago R\$ 1 mil para Wilton Santos, de 18, asfixiar o menino na sexta-feira. Wilton foi identificado por outra criança, que teria testemunhado o crime, e confessou a morte. Segundo ele, Costa disse que precisava matar o filho para não ter mais de pagar a pensão. Após as prisões, os dois tiveram de ser transferidos para evitar linchamento.

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

19 NOV 2011

DF derrota MP e moraliza tratamento de hemofilia

O Ministério Público do DF teve importante derrota na Justiça, ao tentar anular um protocolo pioneiro e moralizador no tratamento de hemofilia, com distribuição gratuita de remédio muito caro, que inclusive até foi vendido ilegalmente. O MP insistia no esquema anterior, chefiado há 17 anos por uma médica amiga de procuradores. O contribuinte bancava o tratamento de 476 supostos hemofílicos, e o novo protocolo, que exige parecer de uma junta médica, reduziu para 174. E ninguém morreu.

O que é isso, MP?

O MP chegou a alegar que o "visto" no relatório da junta recomendando tratamento de hemofilia seria "uma forma de constranger os médicos".

Protocolo positivo

O protocolo adotado pelo secretário de Saúde do DF, Rafael Barbosa, ganhou elogios do juiz Paulo César Duran, ao barrar alegações do MP.

Sede de poder

Áreas do MP-DF sonham governar. Indicaram a secretária de Saúde no calamitoso governo Rogério Rosso, e retribuíram com precioso silêncio.

Militão

Posse no TRT

Está marcado para as 19 horas do dia 1º de dezembro, em Curitiba, a posse da nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná. A desembargadora Rosemari Pimpão assumirá a presidência e o desembargador Altino Pedroso dos Santos a vice-presidência. Na corregedoria do TRT, estará o desembargador Dirceu Pinto. Após a cerimônia, jantar e confraternização.

FOLHA DE LONDRINA

JUDITH BRITO

20 NOV 2011

Indivíduo e sociedade

Cada cidadão nasce sob a égide de um Estado nacional, o Leviatã - nem sempre benevolente. Nas sociedades modernas, há um consenso de que o sistema democrático representa não um modelo perfeito de convivência, mas quem sabe o menos ruim que os homens conseguem gestar. Não por outra razão, a referência global de democracia consolidada, a norte-americana, tratou de cravar em sua Constituição já em 1791 a Primeira Emenda, que impede qualquer restrição à liberdade de imprensa - um dos pilares indispensáveis das sociedades democráticas.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou o mesmo princípio, e decisão do Supremo Tribunal Federal em 2009, que revogou a Lei de Imprensa do governo militar, acabou por consolidar de vez a liberdade de expressão.

Apesar desse entendimento, ainda existem, mesmo que residualmente, decisões de juízes proibindo os meios de comunicação de veicularem determinadas informações, o que na prática configura a "censura prévia judicial". Por essa razão, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) tem procurado a interlocução com representantes dos órgãos do

Judiciário nos diversos Estados, com o objetivo de discutir, de forma aberta e saudável, o espírito da lei.

Geralmente as decisões de censura prévia judicial decorrem de pedidos feitos por políticos, por autoridades públicas, que pretendem impedir divulgação de informações que consideram mentirosas ou ofensivas. Alguns juízes acatam o que pedem esses agentes públicos e determinam que o meio de comunicação que esteja de posse das informações seja punido, quase sempre com pesadas multas, caso as divulgue.

Os juízes que impõem a censura prévia argumentam que a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa não são absolutas e não podem se sobrepor aos direitos individuais, como a imagem e a privacidade desses agentes públicos. Por essa interpretação, o direito de um indivíduo de se proteger da divulgação de informação que considera mentirosa

ou ofensiva antecede o direito geral da sociedade de ter acesso a essa informação.

No entanto, como bem disse o ministro Carlos Ayres Brito quando da decisão do STF em 2009: "Não há como garantir a livre manifestação do pensamento... senão colocando em estado de momentânea paralisia a inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, como, por exemplo, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra de terceiros". Como reza o princípio maior da liberdade de expressão consagrado por nossa Constituição, ninguém pode proibir ninguém de dizer o que quer que seja. A contrapartida dessa plena liberdade de expressão é a possibilidade de o divulgador de determinada informação, depois dela tomada pública, ser processado e condenado por danos morais, conforme legislação específica.

A violação ao princípio constitucional da liberdade de expressão é ainda mais grave quando censura prévia judicial beneficia um agente do Estado. Essas figuras públicas têm status diferenciado diante da sociedade, bem diverso do de outros cidadãos, e precisam sim estar sob a permanente vigilância dos meios de comunicação. Gozam, inclusive, de foros de julgamento privilegiados no Poder Judiciário. Por isso, quando

um jornal divulga informações a respeito de determinado político sob investigação da Polícia Federal, ele o faz exercendo um direito de toda a sociedade, de ter acesso às informações que lhe interessam.

Nos casos relacionados a agentes públicos, a democracia claramente optou pela possibilidade do ônus individual - passível de correção a posteriori - do que pelo ônus coletivo, com toda a sociedade sendo prejudicada. É claro que erros e injustiças podem ocorrer, mas esse é um mal menor diante do grande equívoco de se institucionalizar a censura prévia, mesmo que apenas pela via judicial. Se queremos mesmo uma democracia, com plena justiça, não podemos admitir que os interesses dos agentes públicos estejam acima dos de toda a sociedade.

JUDITH BRITO é presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

6 *A violação ao princípio constitucional da liberdade de expressão é ainda mais grave quando censura prévia judicial beneficia um agente do Estado*

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Metas do Judiciário 20 NOV 2011

Os tribunais brasileiros terão que julgar uma quantidade maior de processos de conhecimento em 2012, em relação ao número de ações que ingressarem no mesmo ano. Essa é primeira das cinco metas nacionais aprovadas pelos presidentes dos 90 tribunais do país durante o V Encontro Nacional do Judiciário, encerrado na sexta-feira. As metas são para todos os ramos da Justiça.

Varas do Trabalho fechadas

A partir de amanhã, até o dia 2 de dezembro, as Varas do Trabalho do Paraná ficarão fechadas. O atendimento externo será suspenso para que os funcionários trabalhem na alimentação de dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Com a suspensão provisória das atividades externas, o início e o término dos prazos processuais serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente. A suspensão não atingirá a realização de audiências já designadas, inclusive aquelas agendadas durante a Semana Nacional da Conciliação.

FOLHA DE LONDRINA

JUSTIÇA

CNJ volta ao Paraná
para inspecionar TJ

21 NOV 2011

CNJ volta ao Paraná para inspecionar TJ

Luciana Cristo

Reportagem Local

Curitiba - Dois anos depois de uma inspeção que resultou no apontamento de mais de 100 deficiências no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) volta a Curitiba nesta semana para vistoriar o órgão. De hoje até sexta-feira, uma equipe da Corregedoria Nacional de Justiça vai se debruçar sobre o trabalho de cartórios, unidades de primeiro e segundo grau e a área administrativa para verificar o que mudou - e o que continuou igual - de 2009 para cá.

Um dos pontos principais que não agradaram o CNJ na primeira visita foi a contratação considerada excessiva de cargos de confiança e o pagamento diferenciado aos funcionários. Havia gratificações concedidas mesmo sem estarem previstas em lei e vantagens que se incorporaram definitivamente ao salário. Em apenas uma comparação feita na época, dois servidores que assumiram o mesmo cargo com diferença de algumas semanas tinham uma diferença salarial que chegava próximo de 800%. Entre outros apontamentos, o CNJ cobrava a estatização dos cartórios privados do Estado, o que deveria ser feito em um período de 12 meses, processo que ainda caminha de forma lenta, embora o

prazo tenha se esgotado.

O relatório da primeira inspeção do CNJ no Judiciário paranaense foi aprovado em 2010 e, meses depois, o então corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, avaliou que o TJ estava dando satisfações e tentando se adequar aos apontamentos indicados, depois de um longo período de "estagnação", conforme ele destacou na época. Na mesma ocasião, Dipp destacou que tantos procedimentos irregulares encontrados no TJ foram uma surpresa para o CNJ. Segundo ele, não era a situação que se esperava encontrar em um estado como o Paraná.

Depois da vistoria desta semana, um novo relatório sobre a situação da Justiça do Paraná será produzido e outras recomendações podem ser feitas, caso a equipe da Corregedoria identifique novos problemas. Essa nova inspeção acontece pouco tempo depois que o TJ, em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), lançou uma campanha de valorização dos juízes. Kfoury Neto acredita que os tribunais estaduais têm plenas condições de punir quem for necessário e que o CNJ pode intervir nos casos quando perceber demora ou problemas na apuração e conclusão das investigações.

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

**Novo Código acabará
com prisões por pensão**

21 NOV 2011

O novo Código de Processo Civil pode pôr fim às prisões por não pagamento de pensão alimentícia. O relator do CPC na Câmara, deputado Sérgio Carneiro (PT-BA), vai incluir emenda no texto em que muda a forma de punição. Em lugar de detenção imediata, o cidadão terá seu nome incluído no Serviço de Proteção ao Crédito e no Serasa. Para limpar o nome, será obrigado a quitar a dívida na Justiça.

Só por outros motivos

O devedor só será preso em caso de abuso contra autoridade, por reincidência ou por decisão do juiz sob avaliação especial.

PhD em família

Sergio Carneiro é especialista em Direito de Família. Ele priorizará o tema no seu relatório, que tramita nas comissões.

Sem promotor

Outro item do relatório do novo Código de Processo Civil trata do fim da obrigatoriedade de promotor em audiências de conflitos de casais.

21 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Livre, advogado de 'Nem' também sabe demais

Muita água ainda vai rolar nos becos da Rocinha até o esclarecimento da prisão do maior traficante da favela, o "Nem". Um de seus advogados, André Cruz, o falso cônsul do Congo, é o único em liberdade, após escapar do crime de corrupção ativa, que ele nega, por oferecer propina de R\$ 1 milhão aos policiais na "rendição" de "Nem". Em uma cerimônia, ele e o pai, que está preso, foram prestigiados pelo assessor especial do governador Sérgio Cabral, Jovenal Alcântara.

Segredo de Justiça

Diretor jurídico do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais até a OAB entrar em cena, André Cruz é acusado por supostos estupro e roubo.

Farsa da rendição

O advogado de André Cruz, Luiz Carlos Cavalcanti Azenha, é o mesmo de "Nem", e foi preso na farsa de que o bando se entregaria.

Fuga com euros

Subchefe de Polícia Civil do Rio, Fernando Velloso também sustentou a tese, mas omitiu o papel dos advogados de "Nem" na "rendição".

Defesa do trabalhador

André Cruz, que não quis falar com a coluna, é advogado trabalhista e desapareceu do escritório que dividia com o pai, no centro do Rio.

21 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Corregedorias aprovam metas para 2012

As Corregedorias Gerais de Justiça dos Tribunais de Justiça brasileiros aprovaram na última sexta (18) 10 metas a serem cumpridas em 2012 como forma de aprimorar os trabalhos em seus Estados. Reunidos com a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, durante a manhã deste V Encontro Nacional do Judiciário, que se realiza em Porto Alegre/RS, os corregedores gerais discutiram e acertaram com a Corregedoria Nacional os princípios gerais das 10 metas que deverão melhorar a gestão de processos e a fiscalização disciplinar nas Justiças locais.

“No momento em que o CNJ discute as metas para 2012, a Corregedoria também negocia com os corregedores locais o que eles podem fazer, não somente em relação à atividade disciplinar, mas também em relação à gestão de processos”, explicou a minis-

tra Eliana Calmon. “Eu costumo dizer que as corregedorias são desatadoras de nós, pois tiram aquilo que emperra os processos”, completou a ministra.

A primeira, e uma das mais importantes metas definidas, de acordo com os corregedores, será a elaboração em até 120 dias de um Plano de Gestão para 2012 que terá algumas premissas gerais, mas também levará em consideração as realidades regionais de cada Judiciário. O prazo de 120 dias será contado a partir do momento em que a Corregedoria Nacional de Justiça divulgar a todos os tribunais por meio do seu site modelos de planos de gestão elaborados por alguns tribunais do país que, segundo a Corregedoria, são exemplos de boas práticas de gestão que podem colaborar significativamente para a melhoria do serviço jurisdicional.

Além de comandar a discussão sobre as metas de 2012, a ministra Eliana Calmon pediu aos corregedores que mantenham seus esforços para desenvolver os programas do CNJ. Um exemplo é o programa Justiça Plena que monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançado em novembro de 2010, a iniciativa visa acelerar o julgamento de processos relacionados a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, defesa do direito do consumidor e ambientais. Outro programa destacado pela ministra é o da Conciliação que estimula a resolução de conflitos por meio de conciliação. A ministra ainda chamou a atenção das Corregedorias locais para o programa Pai Presente, que visa garantir a inclusão do nome do pai de crianças e adolescentes na certidão de nascimento.

21 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministra indicada ao STF será sabatinada pelo Senado

Está prevista para 30 de novembro de 2011 a sabatina da ministra gaúcha Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. A magistrada, que atualmente integra o Tribunal Superior do Trabalho (TST), é oriunda do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) e foi indicada pela presidenta Dilma Rousseff para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência da aposentadoria da ministra Ellen Gracie.

Uma vez aprovada na sabatina da CCJ, composta por 23 senadores, a ministra terá seu nome apreciado pelo plenário do Senado, o que deve ocorrer no mesmo dia. Se aprovada pelo órgão, a ministra deverá integrar a 1ª Turma do STF, juntamente com os ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Mobilização

O TRT-RS apoiou fortemente a indicação da ministra Rosa Maria ao STF. No início de setembro, o Tribunal encaminhou à presidenta Dilma um manifesto em apoio à indicação da magistrada. O documento foi assinado pelos 36 desembargadores da Corte. O movimento ganhou apoio imediato do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Adão Villaverde, do presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Claudio Lamachia, além de parlamentares e lideranças da sociedade gaúcha. Em conjunto com o TRT-RS, participaram da iniciativa a Associação dos

Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), a Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra) e a Sociedade de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul (Satergs).

21 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Banco de dados reunirá informações de tribunais

Na abertura dos trabalhos do V Encontro Nacional do Judiciário, na sexta-feira (18), o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fernando Marcondes, destacou a importância do trabalho com os tribunais no aperfeiçoamento do Judiciário brasileiro. “Nestes seis anos, o CNJ tem enfrentado com dificuldade as demandas da sociedade. E esses desafios têm sido vencidos com a ajuda dos senhores (presidentes dos tribunais). Sem a colaboração e o esforço conjunto as metas estabelecidas não seriam possíveis de serem alcançadas, mas a população exige mais”.

O secretário-geral anunciou que o CNJ está trabalhando na criação de “um grande banco de dados” com informações de todos os tribunais. Essa nova ferramenta servirá para conferir mais transparência e vai divulgar para a população o trabalho dos tribunais e as suas dificuldades. “O CNJ reconhece o esforço dos tribunais para aperfeiçoar seus serviços e a precariedade material e orçamentária com a qual os tribunais convivem”, disse Fernando Marcondes, acrescentando que o trabalho do CNJ é apoiar as cortes.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Anvisa fará
audiência
pública sobre
tabaco

21 NOV 2011

FÁBIO CAMPANA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) remarcou para o próximo dia 6 de dezembro as audiências públicas para debater regras mais duras para fabricação e propagandas de produtos derivados do tabaco. Elas foram suspensas pela Justiça Federal.

As audiências deveriam ter ocorrido em outubro no Rio de Janeiro, mas foram suspensas por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, em favor da ação judicial movida pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. A entidade alegou que o local escolhido para as audiências era pequeno para comportar os interessados e a data não foi informada com antecedência. Os eventos estavam programados para ocorrer no auditório do Ministério da Saúde no Rio, com 200 lugares. Desta vez, a Anvisa escolheu o Ginásio de Esportes Nilson Nelson, em Brasília, com capacidade para receber público superior a 10 mil pessoas, para promover as audiências.

Tabaco

O desembargador Marcos Moura, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, suspendeu os efeitos da Lei 711 de 2011, do município de Cornélio Procópio, que proibia a exposição de publicidade de produtos derivados de tabaco nos pontos de venda. Com isso, perdem validade eventuais sanções já aplicadas a estabelecimentos e ficam proibidas novas autuações e multas.

21 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ reduz valor por cobrança indevida

A indenização imposta a uma administradora de consórcio de veículo que emitiu cobrança indevida contra um cliente foi reduzida de R\$ 180 mil para R\$ 30 mil. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que a cobrança de débito inexistente gera o dever de reparar os danos morais sofridos por quem é cobrado, mas o valor não pode ser exorbitante.

Com esse entendimento, a Quarta Turma deu parcial provimento a recurso especial da administradora de consórcio apenas para reduzir o valor da indenização. De acordo

com o processo, o cliente pagou aproximadamente 3 milhões de cruzeiros referentes à cota, à vista, de consórcio de um veículo. Ao ser sorteado, ele negociou a cota com a própria empresa, que alienou o bem a outra pessoa.

Depois da negociação, o cliente continuou sendo cobrado pelo consórcio, o que motivou ação de anulação de débito cumulada com indenização por dano moral. O pedido foi julgado procedente e a empresa foi condenada a indenizar o cliente no mesmo valor da cobrança, que era o valor total

do veículo. Convertido em real, o valor foi arbitrado em R\$ 150 mil – que, atualizados, chegaram a R\$ 180 mil.

O ministro Raul Araújo, relator do caso, considerou esse valor exorbitante, o que justifica sua revisão pelo STJ. Ele observou que não há no processo prova de quitação do valor total do veículo. Por isso, entendeu que foi demasiado estimar o montante da reparação dos danos morais no mesmo valor do bem sorteado. A decisão de reduzir o valor para R\$ 30 mil foi unânime.

21 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Cidadão honorário

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, recebe hoje o título de Cidadão Honorário do Paraná. A proposta partiu do deputado Fabio Camargo (PTB). Para o parlamentar petebista a homenagem se faz justa a um dos “11 guardiões da Constituição”. Segundo Camargo, Ayres Britto possui importância na formação jurídica de diversos magistrados, promotores e advogados paranaenses. O deputado também destaca o envolvimento cada vez maior dos membros do STF em decisões que influenciam a sociedade brasileira. “O STF hoje participa ativamente da vida nacional, como nas questões da Lei da Ficha Limpa, da união homoafetiva e da fidelidade partidária, para citar alguns exemplos”, analisa.

21 NOV 2011 JORNAL DO ESTADO

RÁPIDA

Conferência da OAB

O governador Beto Richa participa, hoje, às 9 horas, no Expo Unimed Curitiba, da sessão solene de abertura da 21ª Conferência Nacional dos Advogados. O evento é realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e tem como tema Defesa das Liberdades, da Democracia e do Meio Ambiente. A conferência traz a Curitiba 11 ministros do STF, STJ e STT, além de ministros de Estado do governo Dilma Rousseff.

TRÂNSITO

Mais rigor nas punições

Uma caminhada ontem de manhã, no Parque Ibirapuera, lembrou as vítimas de acidentes de trânsito em todo o país. Além de chamar a atenção para a necessidade de medidas capazes de prevenir acidentes de trânsito, os participantes da caminhada promovida pelo movimento União em Defesa das Vítimas de Violência (UDW) começaram a recolher assinaturas para uma proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, pedindo punição mais severa para os motoristas que dirigirem embriagados.

Em 45 dias, o movimento conseguiu recolher quase 200 mil assinaturas e espera atingir a marca de 1,3 milhão. A intenção é repetir o que foi feito na campanha pelo uso de cinto de segurança. Hoje todo mundo usa o cinto, não por estarem todos conscientizados, mas porque é lei e obrigatório.

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURIDICO

Curso

Acontece hoje, 21/11, o curso "Recurso Especial e Recurso Extraordinário no âmbito criminal", com o professor e advogado Francisco Monteiro da Rocha Jr. O curso, que será realizado na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), tem início às 19h e término às 22h30. Rocha Jr. irá falar sobre essas peças processuais restritas aos Tribunais Superiores. As inscrições podem ser feitas no site www.utp.br/extensao e são exclusivas dos alunos de Direito da instituição.

Agenda 21

Agenda 21 para Escritório de Advocacia será tema de debate num dos painéis especiais da XXI Conferência Nacional dos Advogados. O painel será realizado no dia 21 de novembro, das 14h30 às 18h30, na Sala 3, Asa 3, do ExpoUnimed, com a participação de três palestrantes: Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa, João Luiz Batelli, e Leda Ramos May, professora da PUC-PR, que falará sobre o tema central do painel, "Agenda 21 na Advocacia", apresentando propostas para disseminação de práticas de sustentabilidade no ambiente dos escritórios de advocacia.

Encontro

A Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) realiza entre os dias 22 a 24 de novembro o I Encontro Internacional de Direito do Consumidor. O evento irá reunir especialistas nacionais e internacionais, além de representantes dos Procons estaduais e entidades civis de defesa do consumidor. As palestras serão abertas para assessores do TJ do Paraná, funcionários do Procon, advogados, estudantes de Direito e juízes. Informações: www.emap.com.br ou (41) 3254-6500

Preservação

O TRF da 4ª Região considerou ilegal a cobrança de Imposto Territorial Rural sobre Área de Preservação Permanente e de utilização limitada pertencente uma empresa paranaense. Para o relator do processo, desembargador federal Álvaro Eduardo Junqueira "a isenção quanto ao ITR independe de averbação da área de reserva legal no Registro de Imóveis.

DIREITO SUMULAR Súmula n. 705 do STF

– A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

21 NOV 2011

Capacitação

A ESA – Escola Superior de Advocacia promove nos dias 28 e 30 de novembro e 05 e 07 de dezembro, das 9h00 às 12h00, o curso de Capacitação em Processo Eletrônico, com objetivo de capacitar o advogado para a utilização de ferramentas tecnológicas que vêm sendo implementados pelo Poder Judiciário. São 12 horas aula e o custo é de R\$100,00. Informações no site www.oabpr.com.br/esa/

21 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

A CONDUTA E O DIREITO PENAL

STJ nega Habeas Corpus a torcedores

*Jônatas Pirkiel

Cinco diretores da torcida organizada do Atlético Mineiro, acusados pela morte do torcedor do Cruzeiro, fato ocorrido a cerca de um ano, vão continuar presos, diante da negativa de concessão de HC impetrado em favor dos mesmos, sob os argumentos de: "...nulidade da ação penal pela ausência de citação dos acusados do aditamento (suplemento) da denúncia...cerceamento de defesa no julgamento do recurso apresentado pelo MP ao TJMG, porque o intervalo entre a inclusão em pauta e a sessão de julgamento foi inferior a 48 horas...a denúncia está fundada em inquérito policial inconclusivo...nem todos os agressores foram identificados...a gravação dos crimes pelas câmeras de segurança do estádio não são claras e foram divulgadas irregularmente para a imprensa...os advogados dos indiciados não tiveram acesso às investigações...que as testemunhas não ratificaram seus depoimentos, que não houve premeditação ou dolo e que a identificação dos envolvidos era imprescindível..além, de que os acusados se apresentaram espontaneamente, e, por fim, a ausência dos pressupostos e motivos autorizadores da prisão cautelar..."

Talvez todos estes fatos fossem suficientes para que o Habeas corpus fosse concedido e os acusados respondessem o processo em liberdade, até porque estão a quase um ano presos, sem decisão de pronúncia. Porém, infelizmente, segundo a Ministra Laurita Vaz, foi deixado de juntar ao pedido a cópia do Acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que determinou a prisão cautelar, prejudicando a concessão de liminar. Conforme entendimento da ministra, é necessária, para a concessão da liminar, a demonstração concomitante e satisfatória da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora, o que não há no caso: "...O deslinde da controvérsia é de evidente complexidade, demanda o aprofundamento do exame do próprio mérito da impetração, tarefa insuscetível de ser realizada em juízo singular e prelibatório", concluiu. O mérito do habeas corpus ainda será analisado pela Quinta Turma.

* O autor é advogado na área criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

21 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Quanto vale o seu dano moral?

* **Thaíse Formigari Fontana**

A discussão sobre a fixação dos danos morais acalora o mundo jurídico, contudo, ao que tudo indica este assunto está prestes a sofrer grandes alterações. Tramita atualmente no Congresso Nacional o Projeto de Lei 523/11, de autoria do deputado Walter Tosta (PMN-MG), que define e fixa o dano moral conforme sua natureza.

Para o autor do projeto, dano moral é *"todo aquele em que haja irreparável mácula à honra subjetiva de pessoa natural ou jurídica"*. Segundo o PJ 523/11, a indenização deve ser fixada entre 10 e 500 salários mínimos (R\$ 5.540 a 272.500, atualmente) sempre levando em conta o potencial econômico da vítima e o do autor do dano. Nesta busca de especificar, e, em certo grau, de medir o dano moral, o deputado classifica quais são condutas ofensivas: cobrança indevida de valores; contratação em relação de consumo, sem a anuência formal expressa do consumidor; realização de revista em consumidor; venda de passagem para veículo de transporte coletivo cujas vagas estejam esgotadas; fornecimento de produto fora das especificações técnicas ou adequadas às condições de consumo; cobrança, por qualquer meio, em local de trabalho; erro médico que cause dano à vida ou à saúde do paciente; exposição da vida ou da saúde de outrem a risco; exposição de dados pessoais, sem a anuência formal da pessoa exposta; exposição vexatória ou não consentida da imagem pessoal; qualquer ato ilícito, ainda que não gere dano específico, entre outros.

Ainda que não estejam expressamente descritas todas as situações que o projeto prevê, é possível termos uma ideia de qual a intenção da medida. Há

muito permeia uma acirrada discussão sobre a legalidade da fixação do dano moral, baseando-se na premissa do não enriquecimento ilícito. E, pelo visto muito se discutirá até chegarmos a um consenso. A grande falha deste e de tantos outros projetos de lei ou mesmo de alguns entendimentos jurisprudencial está em definir e classificar o enriquecimento ilícito, ou o enriquecimento sem causa. Para tanto é necessário entendemos do que se tratam: *"enriquecimento ilícito é um aumento de patrimônio de alguém, pelo empobrecimento injusto de outrem. Ao passo que enriquecimento sem causa é o proveito que, embora não necessariamente ilegal, configura o abuso de direito, ensejando uma reparação"*. (Dicionário Jurídico Brasileiro. 9ª ed., ver., atual e ampl. - São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1998).

Com base neste conceito é que grande parte dos doutrinadores e aplicadores do direito, e aqui englobamos também o projeto de lei 523/11 equivocadamente tenta fixar o volúvel.

Para tanto se utilizam basicamente de dois parâmetros. Primeiro do não enriquecimento ilícito, contudo uma porção a mais de cautela deve ser tomar ao falar no tema. Este instituto na verdade não existe, ou melhor, é ilegal. Ora, não há nenhum parâmetro de justiça em dar menos ao que tem menos, ainda que tenha causado um enorme dano a sua vida ou de seu familiar apenas por seus rendimentos serem poucos, ou pior, majorar uma indenização, de um pequeno dano por ser o indenizado portador de bons rendimentos. (sem se esquecer ainda da condição patrimonial do causador do dano). Sendo assim, aqui está a gênese dos problemas.

E em segundo lugar, contudo não menos importante está

na dificuldade de se fixar algo tão subjetivo. O que seria dano moral? Conforme já elucidado, seria o dissabor vivido por uma ofensa, dano, ou melhor dizendo nas palavras de Yussef Said Cahali: *"é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)"*.

Por óbvio, não podemos afirmar que o dano gerado a um sujeito por ter sido revistado em um shopping seja o mesmo que para outro, uma vez que esta abordagem pode ter sido feita inúmeras maneiras diferentes e ainda, existem "n" dissabores que cada um pode já ter vivido, o que agrava ou minimiza a situação. Enfim, qualquer forma de igualar seria uma atrocidade e um desrespeito a individualidade, em um caminho sem volta para a mecanização dos processos e a igualdade forjada e irreal no judiciário brasileiro. Portanto, vale ressaltar que o que se busca não é indenizações incabíveis e descompensadas, nem tão pouco criar/alimentar uma fábrica de danos morais, mas sim chamar atenção ao temeroso risco que será criar uma lei que vise limitar tal proteção que foi conquistada com muito trabalho. Quanto vale o meu, o seu, o nosso dano moral? Fica a dúvida!

* A autora é advogada e integrante do corpo jurídico da Popp & Nalin Sociedade de Advogados.

19 NOV 2011

TROVÃO AZUL

Para OAB, STF abriu lacuna para impunidade

**Para OAB, STF abriu
lacuna para impunidade**



“A prevalecer o entendimento do ministro Luiz Fux, os políticos voltam a poder renunciar, na véspera da reunião do Conselho de Ética, para não serem cassados, ficando plenamente elegíveis para a eleição imediatamente seguinte, ou

seja, nada muda”, disse o presidente da OAB, Ophir Cavalcante. Segundo ele, a Constituição já determina a suspensão da renúncia de um parlamentar submetido a processo de cassação enquanto não houver decisão sobre o caso, item incluído por uma emenda de 1994. “Por isso, os parlamentares acabam decidindo sobre eventual renúncia antes mesmo da abertura do processo pelo Conselho de Ética.”

19 NOV 2011

TROVÃO AZUL

GREVE DE JUIZ?

Parece brincadeira, mas não é.

Está parecendo!

*Os juizes pretendem promover
uma greve ou uma parali-
sação "momentânea" de suas
atividades no próximo dia 30
em todo o Brasil.*

GREVE DE JUIZ?

Parece brincadeira, mas não é. Está parecendo!

Os juizes pretendem promover uma greve ou uma paralisação "momentânea" de suas atividades no próximo dia 30 em todo o Brasil.

Essa pretendida paralisação está merecendo críticas dos presidentes do STF e STJ que procuram contatos com as diversas representações oficiais e classistas dos juizes federais, através de telefonemas e ofícios, pois acham que a imagem do Judiciário já tão balançada ficará ainda pior.

Mas ao mesmo tempo em que isso eles falam, fazem alguma coisa também muito cabulosa, através da ação da CNJ, quando alardeiam a publicação via internet da relação dos juizes que respondem a processos dentro do sistema, mas omitem o nome e a lotação de cada um, colocando somente as iniciais.

Isso fica bem para uma plêiade de juizes que comandam a CNJ?

Mas na imprensa a iniciativa é tida como transparente e moralizadora. Em um dos processos indicados tem como envolvido (a) uma sigla M.M. Seria Mulher Melão? Não parece parecer do Tiririca na Comissão de Educação da Câmara Federal?

19 NOV 2011

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganiello Maierovitch

Além da Rocinha

NO FIM DO ANO 2000, em Palermo, as Nações Unidas aprovaram o primeiro e até agora único instrumento jurídico internacional sobre criminalidade organizada transnacional. Possui 41 artigos e ficou conhecido como Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional ou, simplesmente, Convenção de Palermo. No Brasil, ela mereceu aprovação do Congresso Nacional apenas em 2004. Na abertura dos trabalhos, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, revelou que o crime organizado obtinha lucros que cresciam anualmente entre 40% e 50%.

Para a polícia civil do Rio de Janeiro, o recém-aprisionado Antônio Bonfim Lopes, apelidado Nem, “faturava mais de 100 milhões de reais por ano”, a partir da Favela da Rocinha, territorial e socialmente reconquistada pelo Estado no domingo 13, sem troca de tiros. Na Rocinha e nos vizinhos complexos habitacionais do Vidigal e Chácara do Céu está em implantação a 19ª Unidade de Polícia Pacificadora.

Na Rocinha, fincou raízes, num arco de três décadas, o crime organizado empresarial de matriz pré-mafiosa. Uma empresa delinqüencial que tem até “razão social”: Amigos dos Amigos (ADA). Na ADA, sediada na Rocinha, Nem, como fazia em São Paulo Juan Carlos Abadia para o cartel do Vale Norte, atuava como executivo, ou melhor, era o *chief executive officer* (CEO).

Ainda não está desvendada a forma de circulação dos 100 milhões de reais. Seguramente não se deu pelas agências bancárias nem se ocultou em buracos na terra, como aconteceu com fuzis, munições e drogas. Até agora não se falou nem se identificou o financista da ADA, que não deve ser confundido com o contador próximo a Nem. Por evidente, esse vultoso fluxo de dinheiro não serviu apenas para o pagamento do “alvará” que garantiu funcionamento da empresa criminal por anos.

O crime organizado empresarial, em geral, conta, além do capital sujo obtido pelas atividades ilícitas, com aporte de giro para se abastecer. No caso da ADA, a organização, fora da Rocinha, adquiria cocaína, pasta básica de coca e maconha. E na própria comunidade operava laboratórios para multiplicar (baptizar), com insumos, as drogas colocadas no mercado consumidor. Esse capital de giro se presta também a armar e financiar os empregados na segurança da ADA, destacados nas tarefas de difundir o medo na comunidade, manter a lei do silêncio e promover enganosas ações sociais. Essa forma de crime organizado empresarial garantiu ao executivo Nem, quando da fuga, a assistência de três bandidos inscritos na Ordem dos Advogados.



Nem era o CEO do tráfico no morro. Mas até agora não se identificou o financista da organização

Nos trabalhos preparatórios à Convenção de Palermo, vários casos de executivos e financistas criminosos foram levantados. Um deles referia-se a seis potentes megatraficantes internacionais presos num balneário da Costa do Sol (Espanha) por força de mandado expedido pela Itália. O pedido de extradição foi negado pela Justiça espanhola. E todos foram soltos sob o argumento de não terem sido citados pessoalmente para o processo, ou seja, terem sido condenados à revelia. Essa é uma exigência da legislação processual espanhola, mas não a da italiana, que se contentava com a citação ficta por meio de editais e para casos de criminalidade organizada de matriz mafiosa. Os capi sabem se esconder e atuam, como revelou a Cosa Nostra sículo-americana, em várias partes do mundo. Tommaso Buscetta ficou conhecido como o

“boss dos dois mundos” e, obviamente, escolheu, como Abadia e o assassino Cesare Batisti, o Brasil para se esconder.

A propósito, no Brasil, a citação pessoal, ainda que se cuide de foragidos perigosos como Nem e Beira-Mar, é obrigatória. Nem possui apenas uma condenação por associação ao tráfico de drogas proibidas e está apenado, não definitivamente, com oito anos e quatro meses de prisão. Perto de 20 acusações contra ele aguardam sua citação pessoal. Para fins eleitorais, Nem, com condenação por um juiz e não por órgão judiciário colegiado, é um “ficha-limpa”. Enquanto o crime organizado empresarial atua sem fronteiras e contamina os sistemas financeiros e bancários, a legislação brasileira mantém o garantismo da citação pessoal. Não temos ainda uma legislação adequada e codificada para contrastar esse fenômeno.

O legislador brasileiro acabou de inovar de modo a beneficiar a delinqüência organizada. Pela novíssima norma processual penal, o juiz não pode decretar a prisão preventiva de integrantes de quadrilhas ou bandos que sejam primários. O novo dispositivo favoreceu colarinhos-brancos associados e integrantes de uma categoria que os penalistas chamam de criminosos potentes ou poderosos. Por tabela, o novo dispositivo beneficia gente da ADA, PCC, Comando Vermelho etc. Nem é, por exemplo, primário.

Apesar dos Beltrames, Freixos, Frossards e Patrícias Aciolis da vida, o crime organizado continua a vencer o Estado, a romper autoridades e a manter ocultos os seus financistas. ●

Paciente com câncer tem isenção retroativa de IR

CONJUR 18 NOV 2011

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve sentença, em julgamento realizado nesta quarta-feira (16/11), que concedeu isenção de Imposto de Renda retroativa a 2003 a um portador de câncer de próstata. A União havia recorrido contra a decisão, alegando que a doença estava controlada até 2007.

Na Apelação, a Fazenda Nacional requeria ainda que, no caso de ser concedida a isenção, ela retroagisse apenas até 2007 — data em que o câncer voltou a se manifestar. O autor, que mora no Rio Grande do Sul, teve o câncer de próstata diagnosticado e operado em 1995, mas pediu a isenção apenas em 2008, após descobrir que a doença tinha retornado e progredido. Em sua petição, requeria os valores retroativos aos últimos cinco anos, como permite a lei. Durante todo este tempo, o autor fazia o controle da enfermidade.

Após analisar o recurso, o relator do processo, desembargador federal Joel Ilan Paciornik, teve o mesmo entendimento que o juiz de primeiro grau. Conforme Paciornik, ainda que a doença esteja controlada, não há na legislação exigência de que a enfermidade esteja progredindo para a concessão do benefício.

"Antes de mais nada, deve-se almejar a qualidade de vida do paciente, não sendo possível que, para se fazer jus ao benefício, precise o postulante estar adoentado ou recolhido a hospital, ainda mais levando-se em consideração que algumas doenças previstas pela lei podem não causar a total incapacidade, mas serem debilitantes, como a cegueira ou a síndrome de imunodeficiência adquirida", escreveu o desembargador no acórdão. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.

Juíza entra com representação contra supermercado

CONJUR 18 NOV 2011

A juíza Laura Ullmann López, titular da 1ª Vara Cível de Tramandaí, ingressou com representação no Ministério Público Estadual contra o Supermercado Nacional por prática abusiva e ofensa ao Código de Defesa do Consumidor. A representação é em favor dos consumidores de Tramandaí e Imbé, no litoral norte do Rio Grande do Sul, por conta do longo tempo de espera em fila nas unidades do supermercado localizadas nestes balneários. A representação foi apresentada ao MPE nesta quarta-feira (16/11).

Na representação, a juíza Laura lembra que o Nacional possui duas unidades nos municípios, ambas dotadas de uma razoável estrutura, como estacionamento próprio e uma ampla variedade de produtos. Entretanto, disponibiliza número insuficiente de caixas-operadores em cada um dos estabelecimentos. "Além disso, os caixas-operadores, que já são insuficientes, ainda realizam a atividade de empacotadores", observa. "Tal situação determina uma má-prestação de serviço aos consumidores."

Destaca, ainda, que ao deixar de colocar em funcionamento toda a bateria de caixas em seus terminais, a empresa comete grave prática abusiva, vez que o tempo de espera do consumidor nas filas acaba por ultrapassar, não raras vezes, o prazo de 30 minutos, inclusive a fila dos idosos. "Enquanto se vislumbra uma série de terminais sem operadores, o consumidor amarga quase por 45 minutos para efetuar o pagamento e conferência dos produtos", pondera a juíza em sua representação ao MP.

"Na época do veraneio, a situação se agrava sobremaneira, visto que não obstante a demanda aumenta de forma deveras significativa, ainda assim o fornecedor não oferece a contraprestação adequada, aumentando-se de forma ainda mais desarrazoada o tempo da fila de espera", finaliza.

A juíza informa ainda a possibilidade de que outras pessoas venham a aderir ao pedido de providências, enviando e-mail para mptramandai@mp.rs.gov.br. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.

Jornalista é condenada a pagar R\$ 15 mil a colega

CONJUR 18 NOV 2011

A jornalista Beatriz Barbosa Ayoub foi condenada à revelia ao pagamento de R\$ 15 mil para a blogueira Adriana Vandoni por danos morais. Beatriz afirmou, em maio deste ano, pelo microblog Twitter que a colega seria desonesta com o marido. Beatriz disse que vai recorrer. As informações são do site HiperNotícias.

Este é o primeiro caso de condenação motivada por ofensas na internet em Mato Grosso e um dos poucos já ocorridos no Brasil. A sentença é do juiz Yale Sabo Mendes, do 5º Juizado Especial Cível do Planalto. O marido de Adriana Vandoni, Cássio Curvo, também entrou com ação semelhante em outro Juizado de Cuiabá.

O episódio que gerou o processo entre contra Beatriz ocorreu em maio deste ano. Por meio do microblog Twitter, a jornalista, segundo decisão do juiz, provocou a blogueira colocando em dúvida sua honestidade em relação ao marido. Adriana é proprietária do blog Prosa&Política, em Cuiabá. Beatriz é proprietária do site PerspectivasMT.

Adriana, por sua vez, se defendeu das acusações dirigidas a ela pela jornalista. A discussão foi acessada por várias pessoas. De acordo com os autos, Adriana alegou, no Juizado Especial, que a colega lhe ofendeu moralmente “proferindo-lhe xingamentos e palavras de baixo calão, sobretudo contra sua reputação”.

No decorrer do processo, Beatriz Barbosa, segundo o juiz, foi citada e intimada, mas não compareceu à audiência de conciliação e nem justificou sua ausência.

A condenação da jornalista foi baseada no Código Civil e no artigo 5º da Constituição Federal. O magistrado, conforme consta na decisão, visualizou diversas jurisprudências a respeito do caso, inclusive uma em que relator Luis Eduardo Arima, da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, cita a utilização de meios eletrônicos para dirigir ofensas a outras pessoas.